

CADERNOS
CANDIDO MENDES

Brasil-África: Cooperação Privilegiada

A Concepção da Educação em Moçambique

O Novo Diálogo América Latina-África

Revisita a Lima Barreto

Documento: As Relações Moçambique-Brasil

estudos

AFRO-ASIÁTICOS

4



CADERNOS
CANDIDO MENDES



estudos **4**
AFRO-ASIÁTICOS

CADERNOS CANDIDO MENDES

Conselho Editorial

Almir de Castro, Candido Mendes, Candido José Mendes de Almeida, Hélio Jaguaribe, Hélio Silva, José Maria Nunes Pereira, Luiz Alberto Bahia, Sérgio Pereira da Silva, Vicente Barreto.

Editor

Candido José Mendes de Almeida

39(05)
C 122

estudos **AFRO-ASIÁTICOS**

N.º 4 – 1980

Edição de *Cadernos Candido Mendes*
Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEEA
do Conjunto Universitário Candido Mendes

Diretor
Candido Mendes

Vice-Diretor
José Maria Nunes Pereira

Secretaria de Redação
Hamilton Magalhães Neto

Supervisão Gráfica
Carlos Augusto de Oliveira Lima

Capa
Antônio Seara e Paula Seara

Impressão
Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.
Rua Irineu Marinho, 30 - s/loja 206 – Rio de Janeiro – RJ

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Solicita-se permuta.
On demande l'échange.
We ask for exchange.
Se solicita canje.

Preço no país: Cr\$ 200,00
Assinatura: Cr\$ 600,00 (três números)
Price (exterior): US\$ 5.00
Subscription: US\$ 15.00 (three issues)

Assinaturas, correspondência e pedidos de números atrasados devem ser encaminhados para:

Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua Joana Angélica, 63
22420 – Rio de Janeiro – Brasil

Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to:
Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua Joana Angélica, 63
22420 – Rio de Janeiro – Brasil

SUMÁRIO

Brasil-África: Convergência para uma Cooperação Privilegiada	5
<i>Jacques d'Adesky</i>	
Evidencia que os atuais resultados da política africana do Brasil e a abertura da África no sentido de um alargamento das relações Sul-Sul deixam prever a realização de uma cooperação privilegiada entre o Brasil e a África, ressaltando ainda que o fundamento dessa cooperação tem suas raízes nos níveis diferentes, mas aproximados, de desenvolvimento tecnológico.	
A Concepção da Educação em Moçambique: Notas Introdutórias	21
<i>Elimar Nascimento</i>	
Enfatizando a importância de Moçambique no contexto africano atual, o autor debruça-se sobre o patrimônio pedagógico da Frelimo, descreve a concepção de sociedade e educação existente no pensamento teórico de Samora Machel.	
O Novo Diálogo América Latina-África: Fundamento das Relações Sul-Sul	43
<i>Guy Martinière</i>	
O autor sublinha a importância das relações emergentes entre América Latina e África, a partir em especial da análise das políticas africanas empreendidas por Cuba e Brasil; e procura demonstrar a autonomia relativa que a política desses dois países está adquirindo frente, respectivamente, à União Soviética e aos Estados Unidos.	
Revisita ao Escritor Negro Lima Barreto	63
<i>Joel Rufino dos Santos</i>	
Não comungando com a idéia corrente no seio de certa crítica, segundo a qual a obra de Lima Barreto é apenas o retrato de sua vida desventurosa, o autor afirma que tal crítica não percebeu aquilo que nela há de mais original: a denúncia do bovarismo e do racismo como "doenças nacionais".	
Documento: As Relações entre os Estados Contróem-se Passo a Passo	71
CEAA: Novas Perspectivas	81
Eventos:	
1.º Seminário sobre o Racismo e o <i>Apartheid</i> na África Austral	95
1.º Encontro Brasil-Nigéria	97
Livros	103

ERRATA

Página 22 – 2.^a coluna – 1.^o parágrafo – 6.^a linha

Onde se lê: (referência de Samora ao pensamento stalinista e seus seguidores, hoje tímidos)

Leia-se: (referência do autor ao pensamento stalinista e seus seguidores, hoje tímidos)

BRASIL-ÁFRICA: CONVERGÊNCIA PARA UMA COOPERAÇÃO PRIVILEGIADA

*Jacques d'Adesky**

Introdução

Se mais e mais se coloca a questão da emergência dos países em desenvolvimento no seio da economia mundial, principalmente após a crise do petróleo de 1973, faz-se necessário no entanto reconhecer que as relações econômicas entre países em desenvolvimento se situam, ainda hoje, a um nível limitado, comparando-se com o nível das trocas entre países em desenvolvimento e desenvolvidos e com o das trocas entre os países desenvolvidos, que constituem o elemento principal no quadro das relações econômicas internacionais.

Pensamos, entretanto, que as relações econômicas entre países em desenvolvimento serão nos próximos anos consideravelmente ampliadas e concorrerão, por sua especificidade, a dar lugar a uma nova estruturação — já, inclusive, em curso — nas relações internacionais. De fato, o peso dos países em desenvolvimento nos fóruns internacionais e os sucessivos fracassos do diálogo Norte-Sul suscitaram no Terceiro Mundo a tomada de consciência de uma mudança estrutural, a partir da redistribuição dos papéis no contexto mundial e da crescente importância das relações Sul-Sul, como principal forma de diminuir a dependência em relação aos países desenvolvidos. Sob este aspecto, pensamos que a cooperação entre países em desenvolvimento é mais do que um imperativo de ordem econômica: vem a ser para o Terceiro Mundo uma exigência vital no plano das relações internacionais.

É dentro desta ótica que inscrevemos a convergência entre o Brasil e a África, sobre a qual elaboramos um primeiro estudo intitulado "Intercâmbio Comercial Brasil-África (1958-1977): Problemas e Perspectivas", mostrando não só as possibilidades de crescimento a médio prazo das trocas comerciais entre este país e países do continente africano, bem como a importância da diversificação das trocas entre os países do Hemisfério Sul.¹

O presente trabalho se situa como prolongamento desse estudo, mas ultrapassa o

* Professor de Economia Africana do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA.

quadro restrito da análise econômica para nos conduzir a uma reflexão mais abrangente sobre as relações Brasil-África, como sendo novas formas possíveis de laços entre países em desenvolvimento. E assinala ainda que as diferenças de níveis de desenvolvimento Sul-Sul — menos elevadas que as existentes entre o Norte e o Sul — poderiam melhor conciliar os interesses e as exigências de desenvolvimento, induzindo ao estabelecimento da solidariedade recíproca e simétrica.

Este trabalho, que se limita todavia aos pontos essenciais das relações Brasil-África, terá por objetivos analisar os fundamentos e os elementos de convergência da instituição dessas relações e indicar eventuais procedimentos que o Brasil usaria para a prática de uma política de cooperação com a África que venha a favorecer, principalmente, o desenvolvimento econômico e técnico de seus "vizinhos do leste", entendendo-se que o Brasil poderia aparecer no continente africano como o país cuja geografia, nível médio de industrialização em certos setores, história e cultura apontam-no como o interlocutor privilegiado do mundo africano.

O estabelecimento de relações, um caminho ainda recente

O lugar reservado à África na política externa brasileira contemporânea nasceu no contexto da ascensão à independência de um grande número de Estados africanos. Esta política foi estimulada durante o governo Jânio Quadros e concretizada com a abertura de oito embaixadas no continente africano, entre janeiro e julho de 1961, fato que constitui uma das etapas essenciais do estabelecimento de relações com a África.²

No entanto, a partir de 1964, ano que corresponde à derrubada do governo civil de João Goulart, o Brasil porá um fim provisório ao desenvolvimento de sua política africana. Será somente em 1972 que o País reconsiderará a África, enviando inclusive

em missão oficial o então Ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa.

No decorrer dessa missão, qualificada como histórica, o chanceler brasileiro visitou nove países africanos — Costa do Marfim, Senegal, Nigéria, Camarões, Gana, Togo, Zaire, Benin e Gabão. Esta viagem, que tinha como objetivo principal promover a imagem do Brasil e desenvolver um diálogo produtivo com esses países, será pautada pela assinatura, a nível governamental, de diversos acordos de cooperação técnica, cultural e comercial e também de um acordo geral de cooperação com o Zaire.

Após este primeiro contato, as relações entre o Brasil e a África se alargam, conhecendo uma intensificação e evolução favoráveis, sobretudo a partir de 1974, quando se conhece a primeira tomada de posição pública do Brasil de condenação do *apartheid*, do colonialismo e de todas as formas de discriminação racial (comunicado conjunto assinado em janeiro desse ano, no Rio de Janeiro, pelos ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Nigéria).

O ano de 1974 será igualmente marcado pelo discurso do Presidente Geisel, recomendando a adoção do pragmatismo ecumênico e responsável, abstraindo assim a política externa brasileira da paralisia de todo dogmatismo ideológico.³ Esta orientação geral que deve permitir à economia nacional prosseguir sua expansão, ao se voltar para novos mercados, explica o reconhecimento do governo popular da Guiné-Bissau, fato que acelerará a aproximação com a África, da mesma forma que o reconhecimento dos governos de Angola e Moçambique em 1975.⁴

De um modo geral, o grau de intensificação das relações Brasil-África não mais diminuiu depois de 1975, como o demonstram as numerosas missões africanas de todos os horizontes ideológicos que não cessam de chegar a Brasília. O reconhecimento do Zimbábue pelo Brasil — única nação sul-americana convidada para a festa da independência zimbabueana —, o apoio

brasileiro à luta de libertação da Namíbia através dos numerosos contatos com a SWAPO de Sam Nujoma, e as boas relações com os países árabes da África mediterrânea, as quais distanciaram o Brasil cada vez mais de Israel, demonstram os progressos da diplomacia brasileira.

A convergência de interesses

A participação financeira nos fundos africanos de desenvolvimento, a admissão como observador na Organização da Unidade Africana – OUA, e o número de embaixadas que o Brasil possui na África, com 18 embaixadores residentes, evidenciam a disposição brasileira de aproximar-se dela.⁵ Esta disposição é igualmente posta em relevo pelas tomadas de posição do Brasil nos últimos anos, nos fóruns das organizações internacionais, sempre mais próximas dos pontos de vista da África.⁶

Se a aproximação entre o Brasil e o continente africano vai sendo concretizada, a convergência dos interesses econômicos, comerciais, como também dos políticos e culturais, só aparece claramente para os parceiros após os últimos cinco anos, quando particularmente a deterioração das relações Norte-Sul, no quadro da estratégia cognominada Nova Ordem Econômica Internacional, mostrou o interesse de todo o Terceiro Mundo em contar com suas próprias forças.⁷ Assim, a ausência de real progresso no diálogo Norte-Sul, os resultados decepcionantes das duas últimas reuniões da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD, em Nairóbi (1976) e em Manilha (1978), bem como as negociações do Tokio Round (General Agreement on Tariffs and Trade – GATT), sem esquecer o fracasso da III Conferência da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial – ONUDI (21-01 a 01-02-80), são elementos que favorecem a tendência dos países em desenvolvimento a se unirem para encontrar recursos de capital e de tecnologia e para desenvolver suas trocas, sobrepondo

interesses unilaterais de curto prazo e suas divergências ideológicas.

O Itamarati que, dentro do quadro de seus objetivos de política internacional, considera a África como sua segunda prioridade após a América Latina, percebeu essa confluência de interesses. Por conseguinte, não deixou de propor, através do atual Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, durante a 34.^a Sessão de Trabalho da Assembléia Geral das Nações Unidas em setembro de 1979, aos africanos, seus “vizinhos do leste”, com os quais o Brasil se sente particularmente ligado, a criação conjunta de novos modelos de cooperação econômica e técnica, assim como a procura de soluções comuns para ultrapassar os desafios do desenvolvimento e da independência, com base na confiança e no respeito mútuo.⁸

Da mesma forma, a África, até 1975 muito mais voltada para a Europa com a “Eurafrica”, começa a mostrar um interesse político efetivo em relação à América Latina em geral e ao Brasil em particular, como uma das alternativas à tradicional opção pelos países industrializados. Não se pode esquecer quanto a este assunto que a África e a Ásia já se encontram próximos e solidários politicamente pela tradição do afro-asiatismo, cuja Conferência de Bandung, em 1955, e da Argélia, em 1965, constituíram os grandes momentos desse movimento bicontinental de emancipação e anticolonialismo.⁹

Lembremo-nos que por ocasião da visita de Azeredo da Silveira (então ministro das Relações Exteriores no governo Geisel), em junho de 1975, o Presidente da Costa do Marfim, Houphouët-Boigny, declarava em Abidjan que seu povo pretendia, “tomando o Brasil como exemplo, realizar uma cooperação que poderá servir não somente aos nossos dois países, mas também à África e mesmo ao Terceiro Mundo”.¹⁰ Sobre o mesmo assunto, o Presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, afirmava em entrevista à imprensa, quando de sua visita a Brasília em novembro de 1977, que o Brasil era para o Senegal o mais importante

parceiro na América Latina e que a intenção era de aumentar as relações na área comercial, política e cultural. Quanto à América Latina, acrescentava que as afinidades que a uniam ao povo senegalês eram numerosas; e citava como exemplo o aspecto cultural e econômico, "porque somos países em desenvolvimento, sujeitos às regras impostas pelos países mais industrializados, o que não nos é favorável".¹¹

Paralelamente a estas declarações, pode-se afirmar, como já foi aqui assinalado, que as diversas missões africanas de alto nível, que visitam Brasília desde 1975, são uma ilustração patente desta aproximação, mostrando também claramente que a África tomou consciência desta convergência de interesses e que deseja estabelecer laços mais estreitos e mais intensos não apenas com o Brasil, mas também com outros países do Terceiro Mundo, a fim de diversificar suas relações externas e para responder à dependência econômica e comercial multiforme que ainda sofre das antigas potências coloniais.

Já internamente, a África tenta colocar em questão a dependência externa do comércio e dos capitais, através do desenvolvimento das trocas inter-africanas e pela elaboração de estratégias comuns, nos debates em instituições multilaterais, como a Comunidade Econômica Européia - CEE, e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento - UNCTAD. A modificação das características do modelo vertical no que se refere às comunicações é igualmente um dos objetivos dos Estados africanos. Sabe-se, por exemplo, que a Comissão Econômica para a África - CEA, da ONU, em associação com organismos regionais, tenta estimular as comunicações inter-africanas através de uma variedade de projetos, como a realização das futuras estradas transafricana e transaariana, a ferrovia Tanzânia-Zâmbia e a rede de telecomunicações Panafrel.¹²

No âmbito do Terceiro Mundo, recordemos que sob o impulso do movimento dos não-alinhados, favorável a uma estratégia de autonomia coletiva (*collective self-*

reliance), teve lugar três grandes conferências em 1976 a propósito de cooperação entre países em desenvolvimento. A primeira (de 26-01 a 07-02), com a realização em Manilha da III Reunião Ministerial do Grupo dos 77. A esta reunião seguiu-se a V Conferência dos Chefes de Estado dos Países Não-Alinhados, em Colombo, de 16 a 19 de agosto, durante a qual foi adotado um programa de ação para cooperação econômica dos países não-alinhados. E por fim, de 13 a 22 de setembro, no México, deu-se a conferência do Grupo dos 77 sobre cooperação econômica entre países em desenvolvimento, que aprovou um programa detalhado sobre esta cooperação.

Outras reuniões e conferências ainda se sucederam, nas quais se tratou de questões e estratégias de cooperação no interior do Terceiro Mundo. Pode-se destacar a Conferência sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), ocorrida em Buenos Aires em setembro de 1978, na qual as delegações de 138 Estados adotaram unanimemente um plano de ação para a promoção e início da cooperação técnica entre países em desenvolvimento, plano este conhecido hoje sob o nome de Plano de Ação de Buenos Aires.

É necessário ressaltar que o Brasil, que adotara o Plano de Ação de Buenos Aires durante a Conferência, já declarava, na 20.^a Sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, em junho de 1975, não aceitar "continuar a ocupar um papel passivo ou, ainda, apenas o papel de país beneficiário. Temos vontade de partilhar nossas experiências e nossas capacidades. Dentro desse espírito, todos os países em vias de desenvolvimento deveriam, com a ajuda financeira inicial do PNUD, através do particular apoio de seus escritórios no exterior, tornar-se, ao mesmo tempo, doadores e beneficiários.¹³ É neste sentido que as autoridades de Brasília, em abril de 1978, apresentaram ao Administrador Assistente e Diretor Regional do PNUD para a África, Michel Doo Kingué, em missão oficial no Brasil, seu interesse em utili-

zar o Programa para alargar a cooperação com a África e torná-la mais eficiente.¹⁴ Observemos também que estão se desenvolvendo contatos atualmente entre o Brasil e a Unesco para examinar as possíveis formas de cooperação no setor educacional, com projetos que vão desde a pesquisa de processos de alfabetização em língua portuguesa até o ensino de técnicas de plantio em países africanos.¹⁵

Antes de prosseguir, faz-se necessário assinalar que as recentes políticas de autonomia coletiva dos países em desenvolvimento, nascidas à sombra dos conflitos dos interesses Norte-Sul, representam uma evolução positiva porque concorrem para uma reorientação das relações Sul-Sul, no sentido de reequilibrar as estruturas internacionais. Mesmo no caso da produção de matérias-primas similares — que não induzem à interdependência econômica em termos de complementaridade entre grupo de países dotados de estruturas de produção fundamentalmente diferentes¹⁶ —, estas relações são benéficas, já que permitem o estabelecimento de políticas de harmonização entre países em desenvolvimento. Tal fato já é uma realidade para um certo número desses países, principalmente para os países da Opep, em relação ao petróleo, e para o Brasil e alguns países africanos, em relação ao café e ao cacau.

Os laços econômicos — início de uma cooperação efetiva

Com relação à convergência de interesses, evidencia-se a necessidade de concretizar as esperanças dos parceiros envolvidos na aproximação. Entretanto, terão Brasil e África, pertencendo ambos ao Terceiro Mundo e tendo problemas estruturais e laços de dependência com o Norte, meios para concretizar uma política de cooperação privilegiada? Em outras palavras, esta aproximação do Brasil com a África será somente um discurso de intenções para esconder a fraqueza dos meios, no sentido de ações concretas de cooperação Sul-Sul, ou visa a realizações práticas?

O desenvolvimento das relações comerciais nos fornece uma primeira resposta. Entre 1972 e 1979 as exportações do Brasil para a África multiplicaram-se por 7,7 — evoluindo de 90,4 milhões para 692,9 milhões de dólares, ao passo que as exportações da África para o Brasil triplicaram, passando de 153,0 milhões de dólares em 1972 para 463,6 milhões em 1979. Em termos relativos as exportações para a África, no total do comércio externo brasileiro, experimentaram uma evolução, passando de 2,3% em 1972 para 4,5% em 1979, depois de atingir 5,2% em 1978; as importações, ao contrário, conheceram uma inversão de até 2,6% em 1979, após terem alcançado 5,4% em 1974 e 3,6% em 1978.

Segundo os últimos dados publicados, o petróleo bruto ocupa, em 1979, como nos anos anteriores, o lugar de maior relevo no quadro das importações — 47,8% —, o que responde à preocupação do Brasil de assegurar para suas crescentes necessidades em energia a diversificação das fontes fornecedoras. Por ordem de importância, os fornecedores desse petróleo bruto, em 1979, são Gabão, com 105,3 milhões de dólares; Congo, com 41,0 milhões; Nigéria, com 28,5 milhões; Líbia, com 25,3 milhões; e Argélia, com 21,3 milhões.

Em 1979, os principais produtos exportados para a África eram o açúcar, a gasolina para veículos, óleo diesel, automóveis, locomotivas (em número de 22 — das quais 21 para Moçambique e uma para a Costa do Marfim —, atingindo o montante de 10,6 milhões de dólares em divisas para o Brasil), bem como sete barcos de diversos calados para a Libéria, que significaram divisas para o Brasil na ordem de 84,4 milhões de dólares. Numerosos artigos manufaturados e semimanufaturados — desde a máquina de escrever e têxteis sintéticos até as barras de ferro e aço — mostram também a diversificação das exportações brasileiras em contraste com a composição das importações provenientes da África, de tal forma concentrada em torno de somente alguns produtos (petróleo bruto, ácido ortofosfórico e fosfato), que faz com que esses

representem 76,9% do total dos produtos importados da África em 1979.

Convém também notar que a maior parte desse comércio se efetua com um número restrito de países. Em 1979, apenas dez países compram, em conjunto, 86,2% das exportações do Brasil para a África, quais sejam: Argélia, Nigéria, Moçambique, Egito, Marrocos, África do Sul, Angola, Libéria, Tunísia e Zaire. A Nigéria, principal cliente do Brasil na África, representa 19,8% em relação ao conjunto das exportações para o continente.

No que se refere às importações, o grau de concentração em 1979 se eleva a 98,3% e em torno de apenas oito países — Líbia, Gabão, África do Sul, Nigéria, Marrocos, Argélia, Congo e Zaire. Com exceção do Marrocos, África do Sul e Zaire, os demais formam o grupo de países africanos fornecedores de petróleo bruto, como assinalamos anteriormente. É preciso ressaltar, porém, que a África do Sul ocupou durante esse ano o primeiro lugar entre os países africanos que exportaram para o Brasil, com um montante de 149,6 milhões de dólares — 32,3% do total importado da África —, do quais 95,3 milhões de dólares correspondentes à exportação de ácido ortofosfórico.¹⁷

Entre as firmas brasileiras a se interessarem pelo mercado africano, é necessário colocar à parte por sua importância as *trading companies*, como a Interbrás e a Cobec. A Interbrás, por exemplo, se associou a 21 sociedades brasileiras e a um grande distribuidor nigeriano para comercializar na Nigéria — considerada como uma plataforma para a penetração na África Ocidental — uma centena de produtos com selo exclusivo da Tama. Segundo as últimas informações, entretanto, parece que, após um início promissor, o projeto Tama não produziu os frutos esperados devido a uma má programação.¹⁸

Algumas filiais de multinacionais implantadas no Brasil estão também engajadas neste comércio, notadamente a Volkswagen, que alcançou grande sucesso na Argélia e na Nigéria. O apoio concedido

pelo governo brasileiro a estas multinacionais se inscreve no quadro da política comercial agressiva desenvolvida pelo Brasil a partir de 1974, visando à procura de novas saídas, como resposta ao desequilíbrio de sua balança comercial, provocado principalmente pela quadruplicação dos preços do petróleo bruto. Por outro lado, esta política se baseia também no argumento de que só estas empresas possuem, no momento, uma infra-estrutura adequada para as operações externas.¹⁹

A esta política comercial, articula-se uma política financeira que se concretizou com a instalação em 1978, em Abidjan, de uma agência do Banco Real e, em 1979, de uma do Banco do Brasil, que também opera em Lagos. O Banco do Brasil, já possuindo desde maio de 1977 participação no Banque International d'Afrique Occidentale — BIAO (uma das mais antigas instituições bancárias da África), está atualmente em negociações com outros países para estabelecer novas agências, notadamente em Angola, Mauritânia, Gabão, Senegal, Camarões, Quênia e Egito. Quanto ao Banco Real, pretende abrir em breve uma sucursal no Gabão.

Linhas de crédito, tendo por finalidade facilitar a compra no Brasil de bens de capital e de produtos de consumo duráveis, bem como o pagamento de serviços, estão colocadas à disposição de certos países, entre eles, Angola (US\$ 160 milhões), Moçambique (US\$ 100 milhões), Senegal (US\$ 12,9 milhões), Costa do Marfim (US\$ 12 milhões), Gabão (US\$ 10 milhões), Guiné-Bissau (US\$ 5 milhões), Níger (US\$ 1,8 milhão), Mali (US\$ 690 mil) e Togo (US\$ 690 mil).

Depreende-se, dessa maneira, que se por um lado essa política financeira tem como objetivo sustentar as trocas entre Brasil e África, por outro lado, e sobretudo, ela tem projetos a médio e mesmo a longo prazo, ao contrário da política comercial, mais limitada a vender a alguns países chaves e preocupada com o fornecimento de certas matérias-primas, principalmente petróleo e fosfato.

Como outro indicador da atividade brasileira, observa-se que quanto ao transporte de exportações brasileiras para a África — as quais até recentemente tinham que fazer grandes desvios pelos portos dos Estados Unidos e outros — patenteiam-se hoje alguns progressos. É exemplo a iniciativa da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro de atracar regularmente em Dacar, Monróvia, Tema, Takoradi, Lagos, Luanda e Lobito, na costa atlântica da África, bem como em Moçambique e na África do Sul. O crescimento do comércio entre Nigéria e o Brasil até fez com que o Lloyd Brasileiro estabelecesse uma linha marítica para este país, em associação com a Nigerbras Shipping Line, ao passo que a Varig colocava vôos regulares, de passageiros e fretes, para Lagos.²⁰ Atualmente esta companhia pensa restabelecer brevemente, em colaboração com a Transportes Aéreos de Angola — TAAG, um vôo semanal fazendo a linha Rio de Janeiro—Luanda, que, suspensa em 1974, operava via Johannesburg.

É útil ressaltar ainda, para uma melhor apreciação da presença brasileira na África, a penetração realizada por sua engenharia, em diversas áreas. Esta penetração repousa em parte no fato de o Brasil, além de ser um país em desenvolvimento, possuir em certos setores uma tecnologia tropicalizada — dita intermediária, por oposição à tecnologia sofisticada do Norte — e que pode se adaptar às condições climáticas africanas, muito semelhantes às do Brasil.

Assim, foi construído na Argélia um conjunto de 31 edifícios para a Universidade de Argel, bem como cerca de mil km de ferrovias, que se encontram ainda em fase de construção, além da instalação de uma fábrica de gás. Empresas brasileiras são também responsáveis pela construção de hospitais e de conjuntos residenciais nos Camarões, no Senegal e em Angola. Na Nigéria, onde se encontra a maior concentração de *know-how* brasileiro, realiza-se um programa de reflorestamento, um projeto de modernização das linhas telefônicas de Lagos e a implantação de fazendas integradas. Na Costa do Marfim, está em anda-

mento a consecução de um projeto para a cultura da soja e, na Mauritânia, foi construída a estrada Nouakchott—Kiffa, com 600 km de extensão, que obteve grande repercussão na África, e para a qual está ainda prevista a construção de um novo tronco de 200 km.

Os progressos verificados até o presente entre o Brasil e a África no plano econômico e tecnológico, embora interessantes, são ainda frágeis, mesmo na área de cooperação técnica, para a qual os recursos disponíveis são escassos. Segundo o jornal *O Globo*, de 26.10.80, o Itamarati “contou apenas com 300 mil dólares, aproximadamente [para os países do Terceiro Mundo em geral], enquanto a Secretaria de Cooperação Técnica Internacional — Subin, destinou outros 300 mil para a cobertura de projetos específicos com o continente africano”. De qualquer maneira, tais progressos mostram que a cooperação entre os países do Terceiro Mundo é possível, ainda que em nível pouco elevado, e faz prever as possibilidades que esse tipo de relação pode suscitar, quando bem incentivada.

Observemos, entretanto, que num plano geral a cooperação entre países em desenvolvimento não implica de forma alguma a renúncia à cooperação Norte-Sul, uma vez que não é possível prescindir, levando-se em conta as estruturas atuais, de toda ajuda financeira e técnica dos países mais desenvolvidos. De mais a mais, o Plano de Ação de Buenos Aires resalta a necessidade de os países desenvolvidos intensificarem sua cooperação técnica, no que concerne à transferência de técnicas apropriadas e de técnicas avançadas, e também em outras áreas do conhecimento, onde são sem dúvida superiores.²¹

Parece, por conseguinte, que a aproximação Brasil-África ilustra, mesmo no estágio atual, o que no futuro poderia ser a cooperação Sul-Sul, se esta for compreendida como um processo visando a criar uma estrutura de múltiplos laços, colocando ao serviço de países em vias de desenvolvimento o *know-how* de outros países na mesma situação. E a existência, entre o Brasil e a

África, de condições climáticas análogas, de problemas similares, o uso de critérios semelhantes e de técnicas adaptáveis, facilitam esta aproximação. Acreditamos, sobretudo, que o nível de desenvolvimento atingido pelo Brasil em certos setores econômicos e tecnológicos garante a possibilidade de se levar a termo uma cooperação mútua e ampla, capaz de ser proveitosa para as duas partes.

É verdade que outros países do Terceiro Mundo, como a Argentina, México, Coréia do Sul, Índia etc., deram e podem continuar a dar à África uma ajuda apreciável. Deve-se, porém, acrescentar que só o Brasil desenvolve no presente uma política tão voltada na direção do continente africano e que, devido à sua herança cultural, goza de um conceito mais favorável na África. Todavia, seria errôneo pensar que o componente cultural africano do Brasil seja o fator determinante da atual aproximação; na realidade pode este, como por exemplo a afinidade lingüística, apenas facilitar os laços e os contatos.

Antes de continuar nossa exposição, merece consideração o fato de que a África do Sul, face à sua avançada industrialização, poderia também beneficiar o resto da África, se não existisse o problema aberrante do *apartheid*. Quanto a isto, impõe-se a questão de saber até que ponto a manutenção do *apartheid* — sustentáculo do regime sul-africano — não constitui o meio encontrado pelas potências ocidentais para manter este país sob seu controle e influência, e mais, para impedi-lo de entrar livremente e com grande facilidade nos promissores mercados da África Negra e do Norte.

Do mito do desejo de hegemonia ao afastamento dos laços tradicionais

Se se deduz que o Brasil e a África podem perseguir essa aproximação com base em seus interesses mútuos, existem duas opiniões difundidas em relação ao Brasil que podem concorrer desfavoravelmente para o desenvolvimento da estratégia brasi-

leira em prol da plena realização desta cooperação que se esboça. A primeira dessas opiniões é a suspeita alimentada por diversos países latino-americanos, segundo a qual todas as tentativas brasileiras de aproximação são marcadas pelo desejo de hegemonia. A segunda afirma que os laços tradicionais privilegiados com os Estados Unidos apontam o Brasil como sendo potencialmente um Estado-ponte desta superpotência na África.

Com relação à desconfiança dos países latino-americanos para com o Brasil, Schooyans pensa ser isto inevitável ao se considerar a grandeza do País, seus recursos, seu desenvolvimento. Ele acrescenta que o passado do Brasil não se encontra ligado a nenhuma tradição colonialista ou imperialista e que, no presente, nenhum problema grave se coloca em relação aos países limítrofes. Para Schooyans, o que dita a ação do Itamarati na América Latina e em outras regiões é, antes de tudo, a preocupação de fornecer ao Brasil a infraestrutura indispensável à sua expansão interna.²²

No entanto, para um grande número de especialistas em questões internacionais, esta resposta não satisfaz, uma vez que é necessário reconhecer que os laços econômicos, tecnológicos, culturais, quaisquer que sejam, entre países, não são jamais neutros. Não obstante, em suas relações atuais com a África, o Brasil não pode ser considerado parceiro dominante, embora sua economia seja muito mais desenvolvida que a dos países africanos, considerados cada um isoladamente. E mais, o bom funcionamento de seu modelo econômico e a valorização de seus recursos são dependentes do movimento do comércio externo, principalmente o petróleo bruto, em parte proveniente da África. Por fim, o peso relativo de suas exportações e importações no quadro do comércio global africano com o resto do mundo, incluindo o Zimbabwe e a África do Sul, não representa ainda senão uma percentagem marginal que se elevou em 1978 a apenas 0,99%.

Mesmo ante a hipótese de um crescimento muito grande das trocas comerciais Brasil-África, mal se percebe como este país sul-americano em vias de desenvolvimento poderia a médio prazo substituir as potências européias, muito bem implantadas no continente africano. A Convenção de Lomé, renovada em outubro de 1979, entre a CEE e os Estados ACP (África-Caribe-Pacífico) — 42 dos quais africanos,²³ reforça ainda por muito tempo, além dos numerosos acordos bilaterais existentes, a influência e a presença européia na África. O mesmo acontece na África mediterrânea em relação aos acordos de cooperação com a CEE, os quais outorgam um regime preferencial ao Egito e aos países do Maghreb. Por outro lado, não devemos esquecer de ressaltar que a Comunidade Econômica Européia é atualmente o primeiro cliente do Brasil, antes mesmo dos Estados Unidos, e terceiro fornecedor, depois do Oriente Médio e dos Estados Unidos. Um novo acordo geral de cooperação econômica e comercial entre a Comunidade Européia e o Brasil foi assinado em Bruxelas, em 18.9.80, em substituição ao anterior, que data de 1974.

A *fortiori*, mal se pode ver também como o Brasil poderia ter, na África, o papel de Estado-ponte dos Estados Unidos, cujo peso relativo de suas contas — excluídas as ajudas financeiras e técnicas outorgadas — se eleva em 1978 a 18,7% no conjunto das exportações e importações africanas, excetuando o Zimbábue e a África do Sul. O peso do CEE, no mesmo ano, elevava-se a 45,7% do total das exportações e importações da África, excluindo os dois países citados.

Por outro lado, constata-se também que as relações tradicionais entre o Brasil e os Estados Unidos se afrouxam, principalmente depois de 1974, ano em que é posta em prática o "pragmatismo responsável" do Presidente Geisel, através de que o Itamarati procura diversificar suas alianças, principalmente com a Europa e o Japão. Por sua vez, em matéria de blocos políticos, será atribuída maior importância à cliva-

gem Norte-Sul que ao antagonismo Leste-Oeste.²⁴

O reconhecimento pelo Brasil, antes de todos os países ocidentais e até mesmo da União Soviética e Alemanha Oriental, da República Popular de Angola — fundada pelo Movimento de tendência marxista-leninista MPLA, reconhecido como legítima autoridade em Luanda, enquanto os Estados Unidos o recusavam — pode ser interpretado, à parte a aspiração do Brasil em estabelecer uma comunidade de língua com as antigas colônias portuguesas na África, como uma demonstração do não-alinhamento automático brasileiro com os norte-americanos.

A denúncia unilateral pelo Brasil, em 1975, do acordo militar que o ligava aos Estados Unidos, após um relatório do Departamento de Estado para o Congresso norte-americano a propósito do respeito aos direitos humanos no Brasil, ilustra também esta vontade de maior autonomia, o mesmo acontecendo com a conclusão do acordo de cooperação nuclear assinado com a Alemanha Ocidental em junho desse mesmo ano.

Mais recentemente a recusa brasileira em aderir ao boicote norte-americano à venda de cereais à União Soviética como medida de represália à invasão do Afeganistão, evidencia o desejo brasileiro de afrouxar os laços com os Estados Unidos. No entanto, é verdade que essa recusa se explica, principalmente por parte do Brasil, pela necessidade de manter adequadamente o perfil de sua balança comercial, sobretudo com os países do Leste europeu, com os quais o fluxo de negócios caiu em 50%, em 1979. De mais a mais, o Brasil afirma, em nota à embaixada americana em Brasília, que deixará o mercado determinar o nível das exportações de soja para a União Soviética.²⁵

Parece, dessa maneira, que o Brasil faz uma revisão global de suas relações com os Estados Unidos e que a afirmação da personalidade brasileira, em matéria de política externa, implica a independência em relação aos blocos dominantes, isto é, o funcio-

namento e a continuidade de uma política de não-alinhamento — que por si só permite, entre outras coisas, fazer com que despareçam as interpretações equívocas de sua aproximação com a África, mesmo porque os antigos Estados coloniais, exceto Portugal, conservam ainda sólidas posições, muito difícil de serem abaladas pelos recém-chegados.

De sua Inclusão no Terceiro Mundo

A emergência do Brasil em certos setores industriais, seu nível de urbanização, sua entrada em novos mercados, como a África, apesar de modificarem sua imagem na cena internacional, suscitam também a questão da realidade de sua inclusão no Terceiro Mundo.

Esta questão foi levantada durante o 1.º Encontro Brasil-Nigéria, realizado em São Paulo, de 29 a 31 de julho de 1980, por membros da delegação nigeriana; e o Dr. Bolaji Akinoyemi, Diretor do Nigerian Institute of International Affairs — NIIA, de Lagos, questionou se o Brasil, “em suas relações com a África, deseja se situar no Primeiro Mundo e pretende ser um outro Japão, preocupado em vender e comprar, ou continuar no grupo dos países do Terceiro Mundo? Ou, enfim — acrescentou com uma ponta de humor —, o Brasil com a sua capacidade já pertence a um ‘outro mundo’?”²⁶

Se esta questão preocupa os nigerianos no sentido de uma melhor percepção da política externa do Brasil, outros parceiros estão igualmente interessados nesse debate, como o demonstra a visita, em fins de 1979, do presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, e a presença de dois especialistas norte-americanos encarregados de analisar a situação econômica e financeira do País, com o objetivo de precisar a situação do Brasil no que se refere à sua inclusão entre o grupo dos países desenvolvidos ou no grupo dos países em vias de desenvolvimento, já que — segundo estes dois especialistas — “ele não mais é subde-

envolvido”.²⁷ Paralelamente a esta afirmação, a CEE custou a reconhecer durante as reuniões preparatórias para o novo acordo geral de cooperação econômica e comercial com o Brasil, a diferença de nível de desenvolvimento existente entre a economia de seus países membros e a brasileira.²⁸ Desse modo, uma simples comparação mostraria que o PIB do Brasil, em 1979, segundo as estatísticas do Banco Mundial, é mais baixo do que o PIB dos Países Baixos e da Bélgica reunidos, que, em conjunto, contam com uma população de cerca de 22 milhões de habitantes, enquanto o Brasil possui mais de 116 milhões.²⁹

Finalmente, aquele que conhece as realidades econômicas e sociais do Brasil não ousará a se limitar, por exemplo, a medir o nível de desenvolvimento do País, a partir dos indicadores da renda nacional *per capita* ou da taxa de crescimento industrial, sem dúvida eloqüentes, mas cuja utilização tem pouca significação para dar conta das desigualdades de renda, dos desequilíbrios regionais, do dualismo econômico existente etc. Em outras palavras, esses dados estatísticos reunidos constituem meios aritméticos cujos valores podem estar muito longe da realidade.

Nesse sentido, José Maria Nunes Pereira, professor da Universidade Candido Mendes, do Rio de Janeiro, e também especialista em civilizações e culturas africanas, explica que uma possível posição oportunista do Brasil, mesmo ultrapassando o chamado “limiar do desenvolvimento”, seria considerar preferível ser o primeiro no inferno que o último no paraíso. Ele afirma, contudo, que a inclusão do Brasil no Terceiro Mundo é evidente, porque isto não é uma simples questão de PIB ou de algumas estatísticas, mas uma questão de estrutura social e de formação histórica.

Deixemos também que o antigo presidente do Banco do Brasil e ex-Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, responda a essa pergunta, quando declara: “aqueles que procuram nos desligar dos países em desenvolvimento esperam com isso dividir um pouco mais o Terceiro Mundo, a fim de

perpetuar seus privilégios".³⁰ Como resposta, não podia ser mais explícito, e demonstra que o Brasil está consciente de que a redistribuição dos papéis, nesse mundo em mudança e cada vez menos bipolar, passará também pelo estreitamento das relações Sul-Sul, apesar da atuação dos países ricos, que especulam sobre as reais divergências de interesses imediatos ou sobre as contradições ideológicas dos Estados do Terceiro Mundo, buscando com isso fracionar a sua frente de reivindicações.

Dentro desta linha, a conferência que o Chanceler Saraiva Guerreiro pronunciou na Escola Superior de Guerra (5.9.80) sublinha a subsistência de um "hiato" que "separa o Brasil dos países desenvolvidos". E ressalta: "O Brasil, envaidecido, não se deixará enganar pelos rótulos de 'país recentemente industrializado' ou de 'país em desenvolvimento avançado', rótulos cujo objetivo é simplesmente nos separar dos demais países do Sul e, assim, com aparente legitimidade, nos negar os benefícios da cooperação internacional".³¹

Da comunidade afro-brasileira

Quando se estudam as relações Brasil-África, é importante observar a especificidade dessas relações, considerado o fato de que o Brasil, devido ao número de sua população de origem africana, pode ser considerado o segundo país negro do mundo, depois da Nigéria. Esta especificidade é, além do mais, posta em relevo pelo Brasil através do conceito de "miscigenação". Em numerosos discursos oficiais, como por exemplo o pronunciado pelo Presidente João Figueiredo, durante a visita do Presidente da República da Guiné, Sékou Touré, em fevereiro de 1980, é ressaltado que "as afinidades e os laços entre o Brasil e a África colocam as relações entre os dois povos muito acima das simples questões de interesse mútuo. A contribuição africana está profundamente enraizada na nossa cultura. Os hábitos, os costumes, as crenças, as maneiras de ser,

fazem parte da dimensão interna das pessoas e do Brasil".³²

No entanto, constata-se que a participação da comunidade afro-brasileira no quadro da aproximação Brasil-África está ainda muito limitada. Pode-se também constatar o interesse de uma fração da burguesia afro-brasileira em ter um papel dentro do quadro dessa aproximação, considerada como um instrumento propício à ascensão social, principalmente porque sua representatividade interna é muito fraca, particularmente nas altas funções das grandes empresas privadas e estatais, bem como nos escalões superiores dos organismos ministeriais. Esta é a visão, por exemplo, de Adalberto Camargo — primeiro deputado federal negro a ser eleito em São Paulo e atual presidente da Subcomissão das Relações Exteriores para a África da Câmara dos Deputados, e ainda presidente da Câmara de Comércio Afro-Brasileira. Reconhecia ele, em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, em 1978, que a população afro-brasileira não participa de forma efetiva no processo político da nação, em termos de poder econômico e social. Nesta mesma entrevista, ele assinala ainda que a incorporação da comunidade afro-brasileira no desenvolvimento do comércio com a África seria um dos instrumentos naturais para colocar esta comunidade no centro do poder no Brasil, através de sua maior inserção no mercado de trabalho qualificado.³³

Esta preocupação — a de maior participação da comunidade afro-brasileira na vida econômica e social do país — é igualmente partilhada por um grande número de entidades e instituições afro-brasileiras, de um novo tipo, que surge atualmente em todo o Brasil. Entre essas entidades pode-se apontar o Movimento Negro Unificado — MNU, representado nas grandes cidades brasileiras, e sobretudo o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras — IPCN, no Rio de Janeiro, preocupado, nas conferências e debates que realiza, com os problemas sociais que a comunidade negra brasileira enfrenta.³⁴

Entretanto, não obstante a aproximação Brasil-África e a importância da população negra no Brasil, pode-se também observar que não existe nestas entidades nenhum movimento de conotação pan-africanista, à exceção talvez da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África — Sinba, do Rio de Janeiro, que procura estabelecer, através de seu jornal, contatos com o continente africano. Verifica-se, portanto, que as relações Brasil-África não estão, para a comunidade afro-brasileira, senão em seu prelúdio e que só o seu crescente impacto fará com que, pouco a pouco, esta comunidade venha a ter no futuro um papel mais destacado.

Conclusão e últimas considerações

Se bem que a recente aproximação do Brasil com a África seja principalmente de natureza econômica e tecnológica, não há dúvidas que poderá, ao final, chegar a um maior objetivo político, como já o havia previsto o ex-presidente Jânio Quadros em 1961, quando se ensejavam os primeiros passos desta aproximação.

Os atuais resultados da política africana no Brasil e a abertura da África para uma expansão das relações econômicas e políticas Sul-Sul deixam, realmente, pressagiar a futura concretização deste objetivo de aproximação, baseado sobre interesses comuns e o desejo de cada parte ser um pouco mais senhora dos seus destinos num mundo em transformação. Não se pode deixar de dizer que essa aproximação será um acontecimento considerável no cenário internacional e cujo alcance é, hoje, difícil de ser plenamente avaliado.³⁵

Mas, como já havíamos proposto no estudo "Intercâmbio Comercial Brasil-África (1958-1977): Problemas e Perspectivas", torna-se necessário, para formalizar esta aproximação, que o Brasil proponha à África a realização de um programa de cooperação de âmbito global, capaz de reforçar, nos mais diversos domínios, as bases dessa convergência. Sem entrar em detalhes, o programa que propomos pode-

ria se situar em três níveis: um a nível institucional, definindo as diretrizes para uma política conjunta Brasil-África; outro a nível operacional, abrindo às empresas brasileiras e africanas possibilidades concretas para uma colaboração conjunta; e o terceiro no plano cultural e técnico, diretamente baseado no diálogo Brasil-África. Com relação aos numerosos diálogos (Norte-Sul, Euro-Árabe, Euro-Africano etc.), abortados ou estéreis, pensamos que, quanto ao diálogo entre o Brasil e a África, o elemento favorável é a sua inclusão no Hemisfério Sul, possibilitando relações mútuas e igualitárias, fundamentadas sobre uma dependência recíproca e simétrica, inversas, por exemplo, às relações de tipo complementar e vertical, como as que unem a CEE e os Estados ACP, constituídas principalmente em torno da idéia de organizar, estruturar e assegurar as trocas de produtos acabados contra matérias-primas.³⁶

Foi ainda ressaltado, nesse nosso trabalho, que os estudos realizados, no Brasil, sobre a África são pouco numerosos, dando-se o mesmo no que toca às informações. É evidente que as insuficiências e os bloqueios constatados atualmente, no domínio de informação e de estudos, retardam e comprometem as possibilidades de aplicação de um diálogo produtivo Brasil-África. É por isso que seria conveniente reiterar que o Brasil deve se empenhar particularmente para reforçar a coleta direta de documentos, a análise e a difusão das informações relativas à África, uma vez que o fluxo de informação sobre este continente é proveniente, em sua maior parte, da Europa e dos Estados Unidos, em particular através de agências de informação norte-americanas e européias, como a United Press International, Associated Press, Agence France-Press, Renter etc.

A propósito disto, até mesmo o Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, em sua visita ao Brasil em 1979, confirma esta opinião, quando, antes de embarcar para a Conferência de Países Não-Alinhados, em Havana, afirmava que as informações dos brasileiros sobre a África estão praticamen-

te limitadas às fontes inglesas e norte-americanas, que representam os interesses dos investidores ocidentais na África do Sul.³⁷

É certo que, além desta simples constatação, Kenneth Kaunda dirigia indiretamente um recado ao Brasil, pedindo-lhe que se mantivesse afastado da África do Sul. E é evidente que uma eventual ligação entre Brasil e África do Sul, no quadro do propalado projeto de criação de uma aliança para a defesa do Atlântico Sul contra possíveis manobras soviéticas, indisporia, mesmo nas atuais circunstâncias de invasão do Afeganistão pela União Soviética, os países da Linha de Frente, entre os quais Angola e Moçambique.

O comunicado conjunto, assinado em Brasília, a 5 de fevereiro de 1980, pelos Presidentes Figueiredo e Sékou Touré, con-

tudo, desmente, uma vez mais, as especulações relativas à participação do Brasil neste pacto militar, que incluiria a África do Sul, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia. A concretização dele teria uma consequência inevitável, segundo Amílcar Alencastre: a de fazer com que os países africanos considerassem favoravelmente a presença da União Soviética para restaurar o equilíbrio rompido e neutralizar, em alguma circunstância crítica, uma ação militar sul-africana.³⁸ Mas, se realmente existisse a necessidade de uma aliança militar para preencher o vazio ilusório do Atlântico Sul, a alternativa, com um menor custo político, para estes países da América do Sul, não seria a Nigéria em vez da África do Sul?³⁹

Tradução: Maria Helena de Oliveira Barbosa

NOTAS

1. Publicado em *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 3 (Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA, 1980), p. 5-35.
2. Essas oito embaixadas correspondem ao Benin, Mauritânia, Níger, Etiópia, Gana, Nigéria, Quênia e Senegal, mas apenas os quatro últimos países foram contemplados com embaixadores residentes.
3. M. Schoovans, *Demain, le Brésil?* (Paris: Éditions du Cerf, 1977), p. 38.
4. Cf. Guy Martinière, "Politique Africaine du Brésil (1970-1976)", in *Problèmes d'Amérique Latine*, n.º XLVIII (Paris: La Documentation Française, 1978), p. 51.
5. África do Sul (dirigido, por razões de ordem política, somente por um encarregado de negócios), Angola, Argélia, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Líbia, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Quênia, Senegal, Togo, Tunísia, Zaire, Tanzânia.
6. Para uma análise quantitativa, ver W. A. Selcher, *Brazil's Multilateral Relations: Between Firts and Third Worlds* (Colorado: Westview Press Boulder, 1978), p. 229.
7. Em relação à estratégia Nova Ordem Económica Internacional, ver, por exemplo, a interpretação de Samir Amin, "A Propos du Nouvel Ordre Économique International et de l'Avenir des Relations Économiques Internationales", in *Africa Development*, vol. III, n.º 4 (Dacar: Codesrib, 1978), p. 133-49.
8. Cf. *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), de 25.9.79.
9. Ver B. Boutros-Ghali, *Le Mouvement Afro-Asiatique* (Paris: PUF, 1969).
10. Guy Martinière, *op. cit.*, p. 54.
11. Cf. *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), de 7.11.79.
12. T. M. Shaw & C. Newbury, *Dependence or Independence: Africa in the Global Political Economy* (Bloomington, Indiana: African Studies Program Indiana University, 1979), p. 45.
13. M. L. Hanley, "La Coopération Technique entre Pays du Tiers-Monde", in *Forum du Développement*, n.º 21 (Paris: 1975).
14. M. Doo Kingué, "Report Mission to Brazil", Relatório ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (Nova Iorque: 6.11.78), p. 2.
15. Cf. *Afrochamber*, vol. 4, n.º 1 (São Paulo: Câmara de Comércio Afro-Brasileira, 1.º e 2.º bimestres de 1980), p. 2.
16. A propósito da ambigüidade do conceito de Interdependência, ler, entre outros, Eustache Paléologue, *Les Nouvelles Relations Économiques Internationales* (Paris: PUF, Coleção Tiers-Monde, 1980), p. 28-34.
17. Cf. Anuários Estatísticos da Cacex, Banco do Brasil, e os do Ministério da Fazenda, cobrindo o período de 1972 a 1979.

18. Cf. *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), de 4.2.80.
19. Cf. *Bolsa* (Rio de Janeiro), de 3.7.80.
20. *Africa Guide Rand McNally World Information*, 1979, p. 31.
21. A Graham, "The Transfer of Technology: a Test Case in the North-South Dialogue", in *Journal of International Affairs*, vol. 33, n.º 1, primavera-verão de 1979, vol. 33.
22. M. Schooyans, "La Diplomatie Brésilienne: Cap sur l'An 2000", in *Politique Internationale*, n.º 4 (Paris: 1979), p. 229-49.
23. Benin, Botswana, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro-Africana, Comores, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Alto Volta, Quênia, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurício, Maurítânia, Níger, Nigéria, Uganda, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Chade, Togo, Zaire, Zâmbia.
24. M. Schooyans, *op. cit.*, p. 50-65.
25. Cf. *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), de 2.3.80.
26. Além do NIIA, estiveram presentes a esse Seminário o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo, o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes. É necessário assinalar que, na área acadêmica, os três centros mencionados são os únicos no Brasil a se dedicarem a problemas africanos e que pela primeira vez se encontraram reunidos.
27. Cf. *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), de 4.2.80.
28. *Id.*, de 23.8.80.
29. Cf. Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, *World Bank Atlas, 1979 - Populations, per capita Products and Growth Rates* (Washington: Banco Mundial, 1979).
30. Simposium para o Desenvolvimento do Intercâmbio Comercial entre o Brasil e a África Ocidental (Abidjan, 19 a 22.2.79); cf. *Jeune Afrique*, n.º 948 (Paris: 1979), p. 16.
31. Saraiva Guerreiro, conferência pronunciada na Escola Superior da Guerra, em 5.9.80, e publicada no "Caderno Especial" do *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), de 21.9.80.
32. *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), de 5.2.80.
33. *O Globo* (Rio de Janeiro), de 9.1.78. Esta questão foi também levantada durante o 1.º Encontro Brasil-Nigéria, realizado em São Paulo, em 1980. Para uma primeira abordagem da perspectiva nigeriana, ler *West Africa*, n.º 3.293 (Londres), de 1.9.80.
34. Para uma visão mais abrangente desse fenômeno, sugiro a leitura de Pierre-Michel Fontaine, "Transnational Relations and Racial Mobilization: Emerging Black Movements in Brazil" (Los Angeles: Center for Afro American Studies University of California, 1979, mimeo.).
35. Neste sentido, pensamos ser oportuna a criação, à semelhança do que ocorre em outros países, de um Conselho de Relações Exteriores para a África, constituído por personalidades que tiveram ou têm papel importante na aproximação do Brasil com a África, incluindo diplomatas, especialistas em assuntos africanos e relações internacionais, representantes das instituições afro-brasileiras e empresários.
36. Quanto aos atuais fundamentos da atitude da CEE com referência à cooperação com o Terceiro Mundo, ler, por exemplo, a entrevista de Claude Cheysson, Comissário para o Desenvolvimento da CEE, publicada em *Jeune Afrique*, n.º 1.022 (Paris), de 6.10.80, p. 53-9, e em *Le Courrier Communiste Européen - ACP*, n.º 44 (Bruxelas), de julho-agosto de 1977, p. 66-75.
37. *Folha de São Paulo* (São Paulo), de 31.8.79.
38. Amílcar Aleastre, *América Latina, África e Atlântico Sul* (Rio de Janeiro: Editora Paralelo, 1980).
39. Durante a V Conferência de Cúpula da CEDEAO, em Lomé (Togo), de 27 a 28 de maio de 1980, a Nigéria e o Togo demonstraram interesse na criação de um pacto de defesa mútua contra agressões externas e internas. Segundo o comunicado final, foi formado um Comitê Ministerial para apresentar uma proposta preliminar para a próxima conferência. Observemos que, conforme o *Africa Research Bulletin*, vol. 17, n.º 5, de 30.6.80, p. 5528-9, o representante do Mali considerava, antes da Conferência, que a formação de tal força comum seria um passo na direção da "reconquista colonial" da África e encorajaria a partilha do continente em blocos, dominados pelas potências externas.

SUMMARY

In this article, the author believes that the economic relations between developing countries that actually form only a minor part of international commerce, are destined to greatly increase

In the coming years and will bring about because of their specificity, the creation of a new structure of international relations more favorable to the Third World, as has already been

demonstrated by the results of the petroleum crisis of 1973 for the nations of OPEP.

It is in this area of the transformation of international linkages, that the author traces the contemporary *rapprochement* between Brazil and Africa, all to demonstrate that despite the convergence of interests accented on both sides, only the technological and economic domains have received a first concrete application, that points the way towards the possibilities this type of South-South relations could bring to the Third World, if it were to be encouraged.

Favorable to a larger Brazilian penetration in Africa, the author however notes that the commercial weight of Brazil in Africa is still marginal, compared to that of the EEC, whose solid position, for the newcomers, represents a difficult investment, even for the medium-long run, especially for Brazil, a developing country. If between Brazil and Africa, the existence of analogous climatic conditions, similar problems, usage of similar criteria, without counting the geographic approximation, make the *rapprochement* easier, it is principally for the author, the level of development achieved by Brazil in certain economic and technological areas that is the

guarantor for establishing, in the future, a mutual and broad cooperation able to prove profitable the two parties.

In this article the author also puts into play as a part of the particularity of the relations Brazil-Africa, the fact of the importance of the population of African origin in Brazil. Despite that African dimension in Brazil, the author notes the weak participation of this Afro-Brazilian community in the process of *rapprochement* Brazil-Africa, predicting at the same time that the latter will be called upon to play a stronger role, to ensure, and as a consequence of, the increasing impact of this *rapprochement*.

The author ends by affirming that the actual results of the African policy of Brazil and the opening of Africa towards an enlarging of economic and political relations, South-South, would seem to presage the formal concretizing of this *rapprochement* by means of a privileged dialogue. The author recalls lastly the lack of information in Brazil about the African continent that could, according to him, slow down the chances for the application of this horizontal dialogue, Brazil-Africa.

RESUMÉ

Dans cet article, l'auteur pense que les relations économiques entre Pays en Développement qui forment actuellement une partie mineure des échanges internationaux sont appelées à s'amplifier grandement dans les années qui viennent et concourront par leurs spécificités à la mise en place d'une nouvelle structure des relations Internationales plus favorables au Tiers-Monde, ainsi que l'ont déjà montré les résultats de la crise pétrolière de 1973 pour les nations de l'OPEP.

C'est dans ce cadre de transformation des rapports internationaux que l'auteur inscrit le rapprochement contemporain entre le Brésil et l'Afrique, tout en montrant que malgré les convergences d'intérêts ressentis des deux côtés, seuls les domaines technologiques et économiques ont reçu une première application concrète que fait entrevoir les possibilités que ce type de relations sud-sud peut apporter au Tiers-Monde, si celui-ci était encouragé.

Favorable à une plus grande pénétration brésilienne en Afrique, l'auteur note cependant que le poids commercial du Brésil en Afrique est encore marginal, comparé à celui de la CEE dont la position solide est très difficile d'investir pour les nouveaux venus, même à moyen terme, et en particulier pour le Brésil, pays en développement. Si entre le Brésil et l'Afrique, l'existence de conditions climatiques analogues, de problèmes simi-

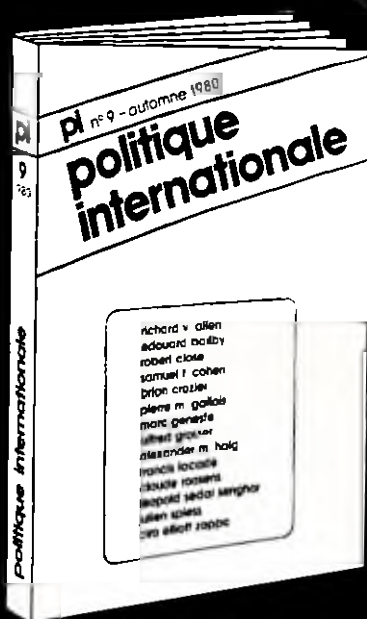
laire, l'usage de critères semblables, sans compter l'approximation géographique facilitent le rapprochement, c'est principalement pour l'auteur, le niveau de développement atteint par le Brésil dans certains domaines économiques et technologiques qui est le garant d'établir à terme une coopération mutuelle et large pouvant être profitable aux deux parties.

Dans cet article, l'auteur met aussi en exergue la particularité des relations Brésil-Afrique du fait de l'importance de la population d'origine africaine au Brésil. Malgré cette dimension africaine du Brésil, l'auteur dénote la faible participation de cette communauté afro-brésilienne dans le processus du rapprochement Brésil-Afrique, prévoyant toutefois que celle-ci sera appelée à y prendre part plus fortement, au fur et à mesure de l'impact grandissant de ce rapprochement.

L'auteur termine en affirmant que les résultats actuels de la politique africaine au Brésil et l'ouverture de l'Afrique vers un élargissement aux relations économiques et politiques sud-sud laissent présager la concrétisation formelle de ce rapprochement au travers d'un dialogue privilégié. L'auteur rappelle enfin l'insuffisance des informations au Brésil sur le continent africain qui peut, selon lui retarder les chances d'application de ce dialogue horizontal Brésil-Afrique.

Le numéro 9 de **politique internationale** vient de paraître

Chaque trimestre, les universitaires, diplomates, industriels, militaires, gouvernants les plus prestigieux du monde écrivent dans **politique internationale**



Quatre commentaires :

Le Figaro Magazine :
"Une publication indispensable à ceux qui s'intéressent à notre monde tourmenté"

Le Point :
"Une revue qui manquait au panorama français"

Le Nouvel Observateur :
"Ce qu'on fait de mieux dans le genre"

Radio France :
"Enfin un véritable 'Foreign Affairs' français"

Bon à retourner à : **politique internationale** 4, rue Cambon, 75001 Paris
 Tél. 260.83.02

	France	Etranger
Tarif normal institutions (ministères, administrations, ambassades, universités, sociétés)	220 FF <input type="checkbox"/>	260 FF <input type="checkbox"/>
Tarif réduit particuliers	160 FF <input type="checkbox"/>	220 FF <input type="checkbox"/>
Tarif au numéro	50 FF <input type="checkbox"/>	65 FF <input type="checkbox"/>
A partir du numéro <input type="checkbox"/>		

Ci-joint : chèque
 mandat

Nom : _____

Adresse : _____

Date : _____

Signature _____



A CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: NOTAS INTRODUTÓRIAS

*Elimar Nascimento**

A meus companheiros da STP (Secretaria de Trabalho Político), Rui, Miguel e Vergameta, que são em parte responsáveis pelos acertos que este artigo contém, mas de forma alguma pelos seus prováveis erros.

"Nós criamos as zonas libertadas e elas produziram-nos." (Samora Machel)

O processo de transformação social que a jovem República Popular de Moçambique conhece atualmente tem suscitado reações cada vez mais vivas entre os estudiosos dos assuntos africanos e entre aqueles que se dedicam ao estudo dos processos de transição socialista, para citar apenas dois exemplos. As últimas publicações dos discursos de Samora Machel entre nós são também demonstração deste interesse crescente, mesmo em ambiente paradoxalmente inóspito.¹

Independentemente de quaisquer convicções ideológicas não se pode negar a contribuição marcante da ex-colônia portuguesa à correlação de forças no interior do continente africano, correlação esta de que o Zimbabwe constitui apenas a manifestação mais visível, longe porém de ser a única.

Neste trabalho debruçamo-nos sobre um aspecto particular desse processo, o aspecto educacional, não enquanto descrição ou análise das mudanças (embora estas não estejam evidentemente ausentes), mas enquanto esforço de entendimento das idéias que têm surgido e orientado essas mudanças educacionais.

As idéias gestadas na, e orientadoras da, experiência educacional moçambicana foram sistematizadas pelo atual presidente da Frelimo, Samora Moisés Machel, a partir de 1970 sobretudo. Por esta razão escolhemos o espaço do seu discurso para reconstruir a lógica deste patrimônio pedagógico.

Não pretendemos um estudo exaustivo, mas uma primeira abordagem da questão, de caráter exploratório, o que explica uma certa aparência de "colagem" à textura do

* Professor de Sociologia Política do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA.

discurso samoriano²: enfoque metodológico proposital de identificação e apresentação dos elementos que consideramos constantes neste pensamento, de sua coerência interna, de seu desenvolvimento e de sua relação com o contexto gestador.

A formação dos intelectuais dirigentes moçambicanos

A figura do jovem estadista Samora Machel ultrapassa hoje os limites do continente africano. Se não é a primeira vez que um estadista negro se projeta no cenário mundial, ele é, sem dúvida, o primeiro a declarar-se marxista-leninista e a propor-se, neste sentido, a dirigir um processo de construção do "socialismo científico" na África.³

Entendemos o pensamento e a figura de Samora Machel não como algo individual, mas como expressão de uma camada de intelectuais, ao mesmo tempo ligada organicamente a e dirigente de um grupo social determinado. Camada de intelectuais que, tendo conduzido o processo da luta de libertação contra o colonialismo português de 1962 a 1974 e assumido a direção do Estado moçambicano após a Independência (1975), possui uma genética complexa ainda não estudada (à parte as reflexões feitas pelos seus próprios componentes).

Apenas a título introdutório, poderíamos citar os elementos mais visíveis deste processo, situando-os inicialmente no contexto histórico da formação moçambicana.

A resistência anticolonial em Moçambique data da mesma época da chegada dos portugueses à África Oriental, mais particularmente da tentativa pelos conquistadores europeus de controlarem as terras, as populações e suas riquezas, no caso o ouro do Muenemutapa (Nogueira da Costa, 1977). Ambas histórias, a da conquista e a da resistência, formam na realidade uma e se sucedem em fases de características distintas, cujas diferenças são traçadas no confronto dialético dos atores sociais.

Num *approach* abrangente podemos distinguir quatro grandes fases desta história, simultaneamente uma e dupla, sem com isso desconhecermos que os seus traços típicos se interpenetram. Infelizmente, para os "marxistas evolucionistas" (referência de Samora ao pensamento stalinista e seus seguidores, hoje tímidos), a história não é linear.

Na primeira fase — a da colonização mercantilista — o colonizador encontra uma resistência dura, embora fragmentada, no interior da diversidade étnica que conforma a população do território moçambicano. À superioridade bélica dos portugueses soma-se a divisão das etnias em Moçambique, para assegurar, não sem dores, o sucesso da empreitada colonial do século XVI ao século XIX, desenhada através de ciclos econômicos exclusivamente extrativos, que vão do ouro e marfim ao escravo, segundo a dinâmica internacional em que se insere o império colonial português.

Apesar disso, os portugueses não conseguem penetrar no interior do país, salvo em alguns pontos isolados do vale Zambeze, onde vão-se constituir espécies de capitânicas hereditárias, chamadas de "prazos".

A segunda fase, que chamaríamos de transição e que vai dos fins do século XIX às primeiras décadas do século XX, corresponde à implantação de uma colonização tipicamente capitalista, com a introdução do modo de produção baseado no capital e a ocupação do território (Capela, 1977). A resistência conhece, aqui, um pequeno deslocamento para alianças inter-étnicas, cuja demonstração mais evidente é a revolta de Barué em 1917 (Isaacmann, 1976). Deslocamento este que, pelo seu caráter embrionário e tardio, não impede, no entanto, a ocupação territorial projetada pelo colonialismo português. Pela primeira vez as terras moçambicanas serão efetivamente ocupadas, não sem que os colonizadores deixem de sofrer algumas derrotas.

Realizada a ocupação, urgia consolidá-la através da implantação de setores populacionais da metrópole e da instalação de

uma administração local, como garantia para a exploração que se acimentava. Com o salazarismo (1926), a colônia torna-se uma fonte de acumulação e um estímulo à concentração de capitais em Portugal (Medeiros, 1977). Será necessário, porém, esperar pelo segundo pós-guerra para que esta consolidação se efetive, riscando a paisagem da terra de Maguiguana, no sul, com uma urbanização e industrialização importantes, mas extremamente incipientes e concentradas, e sem que o capital estrangeiro esteja ausente desde os seus primórdios, pela fragilidade estrutural do capitalismo português (Serra, 1976). Nesta terceira fase, o problema central do colonialismo é o de se fazer reconhecer como poder legítimo no seio da população moçambicana e no contexto internacional. Preocupação, aliás, que jamais o abandonará, exceto quando a colônia já tiver sido perdida pelo avanço da luta armada. Os instrumentos desta "hegemonia em força", guardadas as especificidades locais, não são alheios ao restante da África sul-equatorial: a Igreja, a Escola e a Administração, em ordem que não diz respeito à sua importância (Nascimento, 1979). Também em paralelo aos outros colonialismos é a sua ideologia de superioridade racial do branco, buscando incutir no negro o "complexo de inferioridade", para usar uma expressão cara a Samora Machel.

A resistência anticolonial ainda nesta fase, sem abandonar o meio camponês-tribal, conhece dois novos terrenos: o exterior do país, no meio dos trabalhadores migrantes (particularmente nas então Rodésia do Sul e Tanganica) e no seio de uma minúscula *intelligentsia* universitária (que passa por Lisboa) de caráter simultaneamente urbana e internacional; e, internamente, o meio urbano, particularmente entre setores da pequena burguesia, fragilmente nascente. Os traços tribais e racistas da resistência não estão absolutamente ausentes, mas, agora, possuem condições menos favoráveis de desenvolvimento. Desta forma, a resistência anticolonial da fase que percorre dos anos 30 a 50 ganha contornos novos que

tornam mais complexo e rico seu desenvolvimento (Mondlane, 1976).

Da confluência de três movimentos anticoloniais formados no exterior — Manu, Uname e Udenamo — numa situação internacional favorável, nasce em 1962 a Frente de Libertação de Moçambique, demarcando o fim da terceira fase e o nascimento da quarta — a da resistência nacional e da derrota do colonialismo.⁴ Se nas fases anteriores a dinâmica parecia ser determinada em especial pelo movimento do colonizador, esta dinâmica passa a aparentar ser ritmada pelos progressos da resistência nacional-popular, que se organiza na vizinha Tanzânia e rapidamente ganha o norte e o centro do país.

O início da luta armada de libertação nacional (1964) irá produzir uma transformação significativa na camada dirigente da Frelimo. De forma sintética, pode-se constatar dois processos diacrônicos: de um lado, a formação de um grupo de intelectuais provindo basicamente do campesinato e estruturado no processo da luta; de outro lado, a depuração das camadas intelectuais anteriores, em que alguns simplesmente abandonam a luta, outros traem-na, além dos que cindem — formando novos grupos de resistência de curta duração — e, finalmente, os que se mantêm, transformando-se a si mesmos. O novo grupo dirigente da Frelimo, que derrotará o colonialismo, nasce da fusão destes últimos intelectuais com o grupo formado na guerra, os "político-militares" — na expressão de Aquino de Bragança —, cujo expoente máximo é Samora Machel.⁵

Provindo de classes e grupos diversos, com experiências distintas, estes novos intelectuais-dirigentes se ligarão cada vez mais aos camponeses, como base social da guerra de libertação, e à perspectiva socialista marxista internacional. O forno desta formação será a luta interna dos anos 68-70 que excluirá da Frelimo os "intelectuais tribalistas e racistas", como o seu vice-presidente, Uria Simango, e o chefe político de Cabo Delgado, Lázaro Nkavandame, demarcando a passagem da luta de liberta-

ção à Revolução, como afirma Machel em texto consagrado sobre a questão.

Pode-se utilizar diversos cortes analíticos — de cunho tribal, racial, regional, religioso etc. — na interpretação deste grupo de intelectuais-dirigentes, todos, contudo, simultaneamente subordinados e secundarizados ao corte político-militares/*intelligentsia* urbana internacionalizada. A fusão destes dois setores representa, de certa forma, a aliança do campesinato pobre com a pequena burguesia progressista, que adota a postura revolucionária no transcórre da luta, realizando o sonho da "traição" proposto pelo líder guineense (Cabral, 1976).

A trajetória pessoal de Samora Machel é, neste sentido, elucidante, porque bastante representativa. Filho de camponeses do sul, ele vem a ser, na cidade, empregado doméstico e enfermeiro, antes de aderir à luta de libertação nacional após a fundação da Frelimo, seguindo na segunda turma de militantes que vão treinar na Argélia, em 1963. Sua formação se dá, assim, nos campos de treinamento, no combate, na instrução militar, na direção da luta, na organização das zonas libertadas, no convívio com os intelectuais urbanos internacionalizados, no contato com outros povos nas missões de representação da Frelimo e na discussão com as "massas camponesas" e líderes internacionais experimentados. Ele parece, portanto, reunir em sua trajetória pessoal um conjunto de elementos formadores da jovem intelectualidade moçambicana: campo/cidade, interior/exterior.

Educação e sociedade

A posição e a importância da concepção da educação no pensamento político de Samora Machel — nossa hipótese e premissa mais geral — encontram-se delimitadas e definidas na articulação entre a sua concepção geral da sociedade e do processo de transformação social e sua concepção particular sobre a sociedade e o processo revolucionário moçambicanos.

Em sua concepção mais global, o desenvolvimento das formações sociais é sempre visualizado como o "resultado de contradições"⁶, especialmente na contradição entre "o velho e o novo" como expressão e forma, sempre geral e particular, da "luta de classes", da luta entre "exploradores e explorados".

Já no período da luta armada, após a sua ascensão à direção da Frelimo (1970), esta concepção é notória: "Ao nível da natureza, ao nível das formações sociais, todo o desenvolvimento resulta do choque dos antagonismos que precedem a nova fase." (ANL, p. 147.)

Ao jornalista René Leforto, de *Le Monde*, após a Independência, como em inúmeras outras ocasiões, Samora voltará a afirmar e confirmar a percepção da contradição como "natural e inevitável ao progresso", em sua forma de oposição entre o "velho e o novo": "Há um divórcio, uma incompatibilidade e não-coexistência entre classes exploradoras e os trabalhadores. Esta luta de classes exige a criação do Homem Novo e o Homem Novo nasce do combate. Luta de idéias, luta constante para eliminar o velho e para que o novo possa nascer." (*Disc. III*, p. 10.)

Nesta abordagem, ressalte-se, a concepção do conflito entre grupos, a contradição como "motor do desenvolvimento", não tem um caráter monótono, um caráter fatalista. Não se trata de um confronto cego entre coisas ou "estruturas" ao qual o homem estaria alheio ou nele estaria presente como simples objeto, elemento passivo. Ao contrário, embora enraizada no "sistema econômico", no âmago da infra-estrutura social, sustentada numa determinada "base material" que condiciona a própria maneira de ser e perceber o mundo dos grupos protagonistas do conflito, a contradição conforma a consciência dos homens ao mesmo tempo que é condicionada, em seu desenvolvimento, por esta mesma consciência. Aqui, a História é sempre a história dos homens, e eles a fazem segundo a sua percepção de si, do(s) outro(s) e do todo social. O que não implica que esta consciên-

cia seja sempre lúcida, e nem que os homens tenham "plena" consciência das conseqüências todas e últimas de suas ações.⁷

Partindo-se do princípio de que o "homem é o fator decisivo", nesta dimensão não-mecanicista, segue-se como corolário imperativo que a "luta de idéias" tende a ocupar um espaço privilegiado na concepção geral sobre o desenvolvimento social.

Esta concepção geral não parece ter-se acoplado à realidade concreta vivida pela camada dirigente da revolução moçambicana, mas parece constituir-se no fruto da "teorização" desta mesma realidade, construída num processo longo e doloroso, em que a sinuosidade do trajeto percorrido foi, antes que tudo, a sua constante.

Respondendo a Ian Christie e Allen Isaacmann, em entrevista concedida em maio de 1979, sobre como divulgar o marxismo e construir o socialismo numa sociedade formada fundamentalmente por analfabetos, Samora sintetiza o processo de gestação desta concepção geral da sociedade e de seu processo de desenvolvimento: "Esta questão reflete uma concepção errada do marxismo. Ela sugere que o marxismo é como uma bíblia. 'Como eles podem aprender o catecismo se eles não sabem ler?' (...) Quem faz o marxismo? O cientista fechado com os seus livros? Uma ciência pertence ao seu criador. Quem é o criador do marxismo-leninismo?" — Posta a questão nos devidos termos, arrumado convenientemente o alvo, ele não aguarda por atacar: "Seu criador é o povo na sua luta secular contra os diferentes sistemas de exploração. (...) A guerra popular de libertação, nossa ciência militar (...) foi elaborada e desenvolvida pelo nosso povo analfabeto. O marxismo-leninismo não fez sua aparição em nossa pátria como produto importado ou resultado da simples leitura dos clássicos. Nosso partido não é um grupo de estudo composto de cientistas especializados na leitura e interpretação de Marx, Engels e Lênin (Christie e Isaacmann, 1978, p. 1-3).⁸ Contudo, ele não abandona a necessidade e a importância imperiosa do trabalho de alfabetização, já

definido como o trabalho prioritário da educação deste o tempo da luta armada. Assim, faz-se indispensável, para Samora, "elevar o nível cultural do povo" para que este possa "sintetizar sua própria experiência", "assimilar corretamente as experiências de outros povos", capacitando-se por conseguinte a dirigir a nação em todas as suas instâncias.

Já no ano anterior, na inauguração da Escola Superior Militar, em Nampula, com um corpo docente incluindo estrangeiros, ele enfatizara esta questão: "É necessário um esforço, particularmente dos professores, para que o estudo de certas matérias como o Materialismo Dialético, o Materialismo Histórico, a Economia Política e o Comunismo Científico, não seja feito de maneira abstrata, independentemente da realidade moçambicana, ou utilizando a realidade moçambicana apenas como um ponto de referência. Pontos de referência, fontes de inspiração, são as realidades vividas por outros processos revolucionários; a nossa, essa constitui sempre o ponto de partida e a essência." (*Disc. IX*, p. 67). Isto depois de ter situado que "o estudo da ciência e arte militar que hoje se desenvolve, enraíza-se na tradição forjada durante a nossa luta, do estudo e síntese de nossas experiências. O estudo foi sempre uma das palavras de ordem das FPLM [Forças Populares de Libertação de Moçambique]. A troca de experiências, a sua síntese e elevação à categoria de leis científicas foram uma prática de 16 anos da Frelimo e das FPLM." (*Id.*, p. 66.)

Para Samora, a concepção geral da sociedade e de seu processo de transformação nasce da práxis, da luta, da luta de libertação nacional, "experiências teorizadas" por um grupo estreitamente ligado ao povo, o "verdadeiro criador da ciência". Ela se gerou e se configurou em suas linhas centrais ao longo de um processo de contradições, que inclui não apenas o colonialismo, mas também os "reacionários nacionais". É uma concepção conquistada em batalhas sucessivas.

De fato, o I Programa da Frelimo (1962) tem muito pouco de marxista, aproximando-se mais de um programa nacionalista moderno. Mesmo no II Congresso da Frelimo (1968), assim como ao longo da luta de libertação, a questão do socialismo e do marxismo-leninismo não se explicita jamais de forma clara e contundente, embora seus contornos venham emergindo gradativamente, particularmente após 1970, quando é proposta a criação de Comitês de Partido (1972) e se funda a primeira Escola de Partido (1974).⁹

O espaço de gestação desta concepção geral da sociedade e seu desenvolvimento, sendo a luta de libertação em sua articulação interna-externa resposta aos problemas de organização dos espaços sociais conquistados, definição prática de inimigos/aliados — o espaço de gestação tem em duas impossibilidades históricas o seu fermento. Seja a impossibilidade de distinguir no caso moçambicano o colonialismo — do capitalismo; seja a inviabilidade do acasalamento capitalismo-independência nacional.

Numa entrevista a Simon Malley, em 1975 (*Afrique-Asie*), o dirigente moçambicano tocava esta questão de forma patética: "Aliás, pensas que se quiséssemos ser capitalistas poderíamos sê-lo? Poderíamos mesmo gerar o capitalismo? Seríamos num instante devorados pelo capitalismo internacional. O que queremos é um sistema popular, um sistema que permita ao povo participar na construção de uma sociedade que, no plano político, econômico, social e cultural, lhe permita recuperar a sua personalidade de uma forma harmoniosa, estruturada (...)." (*Disc. 1*, p. 87.)

Por paradoxal que possa parecer a alguns, há fortes indícios de que esta opção socialista não nasce de um determinismo econômico ou de razões outras de cunho fatalista, mas está estreitamente ligada ao caráter e ao desenrolar da luta e — incrível! — à *fierte* moçambicana em salvaguardar sua capacidade de decisão sobre os seus destinos, em conservar e consolidar sua independência, em descobrir/construir sua própria personalidade.

Infelizmente o espaço exíguo deste artigo não nos permite percorrer em sua extensão as dobras do caminho complexo da elaboração desta concepção geral da sociedade no pensamento samoriano, e não é este o nosso objetivo aqui. Assim, como não podemos aprofundar os liames deste marxismo com o leque desta corrente teórica hodierna que se abre amplamente em nossos dias, basta constatar, neste nível de abordagem, que no bojo desta concepção o universal e o particular articulam-se dialeticamente, assumindo o segundo o papel de "realizador" do primeiro: a teoria geral importa enquanto elemento da resolução do particular, na medida mesma em que o "particular é o universal determinado"¹⁰, sempre recoberto/descoberto no particular.

O caráter motor das resoluções da contradição no particular (e haveria outra forma?) é evidente quando se observa melhor a articulação da dinâmica da luta com as formulações político-ideológicas mais gerais em Samora Machel. Na guerra, sob o imperativo da pobreza dos recursos e no interior de uma estrutura social profundamente castradora da iniciativa pessoal, castração hiperdimensionada na justa articulação somativa das "sociedades tradicional-colonial", ele transforma em palavra de ordem e princípio educativo as fórmulas de "contar com as próprias forças" e "libertar a iniciativa criadora". O capital humano — quase que o único existente — obriga os combatentes a um esforço especial para a sua máxima liberação e aproveitamento intensivo, concedendo, assim, à educação um espaço privilegiado. Este espaço é, portanto, aberto, não como vontade arbitrária ou livresca, mas como imperativo das necessidades básicas da luta e do núcleo duro da realidade concreta enfrentada, e corretamente enfrentada.

No pensamento político de Samora Machel a educação é, inicialmente, concebida como um processo de transmissão de "conhecimentos e experiências", "valores e idéias" às novas gerações, com o objetivo de assegurar a sobrevivência — entendida como reprodução — da própria socie-

dade.¹¹ Esta definição pede certas considerações, mesmo que rápidas.

A transmissão de "conhecimentos e experiências" não pode aqui, sob pena de fugirmos à fidelidade ao pensamento de Samora, ser interpretada como simples processo mecânico de "ensinar a ler e a escrever", porque, segundo ele, "se pode ensinar sem educar". E, afinal, "a educação é um processo global" (ANL, p. 157), donde mais abrangente.

Os "conhecimentos e experiências transmitidos", como são sempre eleitos em conformidade com a própria natureza da sociedade em que ocorre o processo educativo, são distintos, como distintas são as sociedades. Desta maneira, a educação não é entendida como algo possível de compreensão desligada do todo social. Ela é sempre uma sua parcela, e tem sua configuração determinada por este. Porém, ao mesmo tempo, a educação contribui no desenho deste mesmo todo social, numa relação dialética. Ou seja, não sendo desligada da sociedade, a educação (com suas instituições, métodos e conteúdos) não transforma/faz a sociedade, ela é um produto seu, assumindo os contornos produzidos pela "relação de forças"¹² existente no interior da sociedade em que ela se encontra inserida.

A educação constitui também, para Samora, de forma analítica e real, um campo de luta, um terreno de embate ideológico que, em seus resultados, modifica a própria "relação de forças" gestadora: "As escolas são centros sensíveis da luta de classes. Nelas se trava a luta entre duas concepções antagônicas, que se manifestam na prática cotidiana, no comportamento diário de professores e alunos; estudar para servir o povo ou estudar para servir um punhado de exploradores" (*Estudemos . . .*, p. 27). Nota-se, no líder moçambicano, a preocupação de demarcar a ambigüidade da relação da escola com a sociedade, relação na qual aquela pode assumir a função conservadora de assegurar a reprodução das estruturas da sociedade ou a função revolucionária de contribuir eficazmente para a cria-

ção de novas relações sociais. Não se trata tanto de a escola cumprir uma ou outra função de forma exclusiva; ambas estão sempre presentes em seu interior. Interessa saber — e aqui reside a questão fundamental — qual a tendência que domina.

A concepção da educação como resultado de uma "relação de forças" que a conforma, no discurso samoriano, não exclui o entendimento de seu caráter de classe, na medida em que a posição das classes nesta mesma "relação de forças" não é de similitude, mas sim de dominação-subordinação. Decorre disso a afirmativa de que: "Foi na luta que aprendemos que as escolas ou são centros da revolução ou são centros da reação. É aí onde aprendemos que, quando se trata da escola, não há meio termo (. . .)." (*A Educação . . .*, p. 28.)

A especificidade da luta de libertação nacional em Moçambique, pode-se sugerir, demarca a especificidade da concepção da educação em Samora Machel, como indivíduo que reflete o pensamento coletivo da direção desta luta, de modo não-exclusivo, mas ímpar. Devemos, talvez, lembrarmos dos traços mais relevantes desse caráter específico da luta de libertação no plano interno e externo. Sejam estes traços o "atraso" deste combate em relação à luta anticolonial na África, com a conquista da Independência década e meia mais tarde do grande momento das independências africanas; o insólito deste colonialismo português que sobrevive, e teima em sobreviver, sustentado não em suas próprias forças, mas no dorso do capitalismo internacional; a particular longevidade da luta anticolonial em Moçambique, obrigada a assumir feição armada em face da "teimosia" portuguesa, e mais, na estratégia possível — determinada pela correlação de forças daquela época — de "guerra popular de longa duração", com a conseqüente formação de zonas libertadas, que exigiu ainda em meio à luta a construção de um novo poder; seja o caráter *sui generis* do grupo dirigente, que reúne "intelectuais" de uma massa analfabeta e uma *intelligentsia* urbana internacionalizada, cuja síntese mais evidente encon-

tra-se no Dr. Eduardo Mondlane — para não citarmos o poeta Marcelino dos Santos —, “pastor de rebanho”, antropólogo, professor universitário e funcionário da ONU; a ocasionalidade do encontro desta luta com um mundo socialista não mais monolítico e, sobretudo, desestalinizado ou em processo de desestalinização; seja, por fim, a natureza e o papel da “luta das duas linhas” de 1968-1970, desconhecida a qualquer movimento anticolonial na África, e da qual emerge os intelectuais novos, como chamava na época Aquino de Bragança (1969, p. 29) os “político-militares” — jovens experimentados e formados na luta, provindos de todo o país, que abraçam e abarcam a *intelligentsia* urbana e internacionalizada, rompendo com a possibilidade de generalização da rede obscura e odiada do tribalismo e racismo, imperantes em outros movimentos do continente.

Todos estes elementos como que se arman, entrelaçam e articulam numa espécie de feixe, para permitir o salto qualitativo da transição da luta de libertação nacional, democrática e popular. Conseqüentemente o inimigo passa a ser claramente definido como sendo o sistema colonial-capitalista, e o objetivo da luta ultrapassa a simples obtenção de uma independência formal, como um fim último. A independência é vista como um meio indispensável à criação de uma “Nova Sociedade”, embora seus contornos não estejam definidos com clareza, nem esta definição seja colocada como questão central neste momento a estes combatentes realistas e práticos.

Neste processo de conflito interno (1968-1970), a “luta de idéias” foi decisiva e parece ter marcado profundamente os dirigentes moçambicanos que o viverem diretamente. A exigência de uma nítida e rigorosa distinção entre “a nossa vida e a vida do inimigo” passa a ser um componente específico deste novo grupo de intelectuais. Daí a insistência na “luta interior” que cada um deve desenvolver, pois afinal o “inimigo está também em nós”. Como dizia um destes intelectuais de maior proeminência e, como boa parte deles, poeta:

“Não basta que seja pura e justa a nossa causa. É necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós” (Rebello, 1977). A permanência deste elemento de “luta interior” nos discursos pós-Independência atribui-lhe um estatuto de elemento estrutural no interior do discurso samoriano.

A sermos rigorosos, a questão da passagem, do salto qualitativo, não é abordada de forma unívoca no discurso de Samora. Em certas ocasiões, a preocupação de continuidade impera; noutras, ela cede. Assim como a questão da “luta interior” que vem e volta, obedecendo talvez a uma lógica situacional e didática que norteia o discurso do dirigente moçambicano.¹³

De toda maneira, as possíveis ambigüidades levantadas — se verídicas forem — não enfraquecem o papel e a importância que a educação assume no pensamento samoriano. Ao contrário, ele é conduzido a parâmetros mais precisos e objetivos, na medida em que a “construção da Nova Sociedade em que estamos empenhados é indissociável da criação do Homem Novo” (ANL, p. 159). Afirmação da época da guerra, Samora a retoma, de maneira mais extensa e precisa, quando não nos mesmos termos, no momento pós-Independência: “(...) estudamos casos concretos que nos demonstram como a falta de um combate sistemático e intenso ao nível cultural, como a incapacidade por parte de alguns de levarem a sua confrontação com o capitalismo ao nível dos valores e do comportamento, determinam a sua capitulação frente ao inimigo ou criaram condições para a traição à causa do Socialismo. Da nossa discussão, surgiu claro por que razão não pode haver Socialismo, não pode haver Revolução Socialista, sem o combate pela criação do Homem Novo.” (Disc. IX, p. 48.)

Sem dúvida, o elemento da continuidade impera, nesta passagem, em que as dificuldades do “socialismo realmente existente” (Rudolf Bahro, 1979) parecem ter sua presença assegurada numa leitura crítica: “Mesmo quando destruídos os sistemas de exploração, se não combatermos a mentalidade que os determina, cedo ou tarde,

lenta ou rapidamente, o sistema renascerá das suas cinzas, fecundado pelos valores negativos que foram preservados em nós. A contra-revolução, devido à herança que trazemos, surge como que espontaneamente. Pela inércia ou activamente, ela opõe-se continuamente a todo progresso." (ANL, p. 159.)

Educação tradicional e educação colonial

"Aprender com os outros" é uma constante do discurso samoriano, e entendida de maneira suficientemente ampla para que a aprendizagem se faça não apenas com os amigos, mas também com os inimigos. Por isso, é também uma constante em seus discursos sobre a educação a análise crítica da educação colonial e da educação tradicional. Tanto uma como outra ensinam em seus erros; e, sobretudo, a sua correta compreensão liberta aqueles que a elas foram submetidos. Exercício psicanalítico? Sem entrar no mérito da questão, ele tem um efeito de auto-reconhecimento por uma verbalização do vivido, mas em uma faceta original porque público e coletivo.

A característica de analisar e proclamar o vivido na educação colonial e na tradicional é algo que perpassa o conjunto do discurso samoriano e que assume um tom mais incisivo após a Independência, nos quatro principais momentos em que ele se debruça explicitamente sobre a questão educacional: em 1.º de maio de 1976, quando da inauguração da Universidade Eduardo Mondlane; em 8 de março de 1977, no momento do encerramento das 10.^{as} e 11.^{as} classes e da distribuição dos jovens nas diversas tarefas da Reconstrução Nacional; em 16 de fevereiro de 1978, por ocasião da abertura do ano letivo; e em 5 de julho do mesmo ano, na abertura da 1.^a Campanha Nacional de Alfabetização.¹⁴

A exemplaridade deste exercício de auto-reconhecimento libertador, que lembra Fanon (Zahar, 1970; Fanon, 1975), assume sua forma mais incisiva no discurso

de maio de 1976. É uma citação longa, mas cuja singularidade a exige e a justifica:

"Podemos dizer — a cada um aqui que recorde a sua própria experiência — que o objetivo essencial do ensino colonial era o de despersonalizar o moçambicano, desligá-lo de seu país e da sua origem, levando-o assim a negar, a desprezar, a envergonhar-se do seu povo e da sua classe, a perder a iniciativa criadora e a só reconhecer como válidos os valores do colonizador. O banco da escola aparece assim desde os primeiros graus como passaporte para outra classe e para outra sociedade. Daremos alguns exemplos, estamos convencidos que todos que estão aqui presentes passaram por esse processo. Quem não recorda as humilhações constantes quando se fosse filho de um operário (. . .) Muitas vezes tinham vergonha de dizer que 'o meu pai é maquinista nos Caminhos de Ferro' (aplausos). Quem não se recorda da vergonha que se procurava fazer sentir quanto ao facto de se ser pobre e que levava muitos de nós a esconder a sua origem? Quantos de entre os moçambicanos não foram levados por esse processo a inventar uma vida que não faziam, casas que não possuíam, refeições que não comiam (aplausos). Quantos ao serem mandados fazer uma redação na escola sobre o seu quarto, inventavam a luz que diziam possuir, inventavam a cômoda que, no seu quarto, não existe, inventavam um guarda-fatos que nem sabem o que é (aplausos). Inventavam um mosqueteiro que só defende a cama e a cama ele não possui, apenas possui a esteira, inventavam dois, três lençóis que mudavam semanalmente, quando o único lençol era a esteira e sobre o corpo o cobertor, quando muito. Assistimos a tudo isso e a outros que diziam que tomaram o chá, quando na realidade aqueciam água e puseram um pouco de piri-piri para poderem vir à escola (aplausos) (. . .)." E continua o jovem líder africano a relatar as mazelas a que o colonialismo obrigou o seu povo a sofrer, quebrando a sua personalidade, a sua iniciativa, o seu poder criador, humilhando-o.

O objetivo supremo da política educa-

cional parece ter sido tocado como chaga. No processo de "assimilação" daquela suposta sociedade inter-racial¹⁵, identifica-se a sua dupla natureza discriminatória: social e racial. Discriminação que visa a criar no povo um "espírito de resignação e submissão" e inculcar no negro o "complexo de inferioridade" por ser pobre, mas, principalmente, por ser "preto": elementos indispensáveis a uma "hegemonia de força"¹⁶ que "consente" a exploração e a opressão. Cria-se ou busca-se criar um homem que se rejeita, que não se reconhece a não ser no estrangeiro, e duplamente estrangeiro porque português e branco. De forma reduzida, ainda no tempo da guerra, o líder africano fazia notar: "Para além dos seus objetivos de fortificação da opressão burguesa, o ensino colonial procura especialmente despersonalizar o moçambicano. Longe do povo que lhe ensinaram a desprezar, isolado pelo individualismo, sem dimensão no tempo fornecido pela sua História, sem conhecimento do seu espaço dado pela Geografia, vivendo de idéias importadas, corrompido pelos gostos decadentes da sociedade colonial, o moçambicano deve-se tornar um pequeno burguês de pele preta, instrumento dócil do colonialismo e ansioso de viver como o colono, a cuja imagem foi criado." (ANL, p. 34.)

O discurso samoriano, como diálogo a muitos — exercício de aprendizagem coletiva —, desfolha paciente e gradativamente as camadas múltiplas deste sistema educacional. Um exemplo ímpar encontra-se no discurso de março de 1977. Nele, os elementos anteriores são retomados e sintetizados, situando Samora como um continuador de Eduardo Mondlane. Além do processo de despersonalização, são assimilados:

- a aprendizagem do elitismo, como idéia e como prática, enfatizada no desprezo ao trabalho manual, ou em sua utilização abusiva e humilhante nas missões;
- a separação da teoria, da prática, materializada na "formação do homem

longe da realidade" e na concepção da ciência como algo "desligado da prática social", particularmente da prática produtiva;

- o individualismo em que o estudo é tido exclusivamente como "um meio de enriquecimento e promoção social";
- o ódio à disciplina, porque imposta "através do medo, da sanção por mecanismos burocráticos", o que dá à escola o caráter de "um centro anti-democrático";
- a denúncia da Igreja como instrumento privilegiado deste processo de "tornar o negro um cordeirinho manso";
- a dupla forma deste sistema, inscrevendo na sua própria estrutura a discriminação racial: a oficial — para os filhos dos colonos que, do primário, ingressam no Liceu, para concluir seus estudos na Universidade — e a das missões — confiada às Igrejas, particularmente a Católica, em que raramente o moçambicano conclui o primário, reduzido ao ensino rudimentar,¹⁷ e quando o faz é para ingressar no ensino profissionalizante de segunda categoria (as Escolas de Artes e Ofícios ou Elementar de Agricultura) ou, no máximo, para os filhos dos assimilados, as Escolas Técnicas;
- a sua natureza de fonte de lucro, que surge nos anos 60 com as escolas privadas e o sistema de explicador¹⁸;
- e, por fim, o caráter de um sistema de planificação, nascendo ao acaso das pressões políticas locais ou das necessidades de paralisar a luta de libertação nacional a qualquer custo.

Seria arriscado encerrar a lista sem citar o que Samora afirmou em *A Educação* . . . (p. 27): "A educação em Moçambique tinha como objetivo: primeiro — preparar os filhos da burguesia colonial para continuarem a explorar e a oprimir o nosso povo; (. . .)."

No entanto, a educação colonial, em sua dupla estrutura, *oficial/missões*, jamais alcançou, mesmo remotamente, a possibilidade de absorver o conjunto da população (Casal e Judith, 1978). Criada nos anos 40, após a ascensão salazarista, sua instalação se efetiva apenas tardiamente, nos anos 60, acompanhando o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas na África e sobretudo o início da luta armada em Angola, Guiné e Moçambique (1961-1964). Mesmo em seu apogeu, em 1974, o sistema educacional colonial abarcava apenas meio milhão de consumidores, em Moçambique, para uma população de mais de 10 milhões de habitantes. Por isso a educação tradicional é predominante em meados dos anos 60, assim como no momento da Independência.

Samora descreve-nos sucintamente as características da educação tradicional a partir de breves e sugestivas reflexões sobre a natureza da sociedade "tradicional". Em rápida síntese: "o fraco desenvolvimento da economia tradicional, baseada na agricultura de autoconsumo, leva ao isolamento da comunidade" (ANL, p. 33), que restringe as relações sociais ao nível clânico e tribal, em grande parte do território. Esta fragilidade infra-estrutural é acompanhada de uma sobreestrutura em que "ainda não [se] tinha procedido à separação entre a ciência física e a matemática. Os fenômenos da natureza e as suas leis não eram estudadas objetivamente e eram considerados como expressões e manifestações de um sobrenatural. Assim, embora os conhecimentos práticos fossem vastos em certos campos, nomeadamente o da medicina e botânica, ainda não se tinha desenvolvido uma verdadeira ciência. As relações entre o Homem e a Natureza ainda eram interpretados como relações entre o Homem e as forças sobrenaturais, mais ou menos hostis, a quem importa apaziguar continuamente." (ANL, p. 160.)

O comércio de escravos, nos séculos XVIII e XIX, irá acentuar o caráter rígido e hierárquico desta estrutura social, impedindo o seu desenvolvimento. Por consequên-

cia, como assinala Samora, "o comércio da escravatura e as guerras suscitadas por este comércio provocam uma hecatombe sem paralelo em toda a história da humanidade. Os sobreviventes abandonam terras e povoações, procuram refúgio nas zonas mais inacessíveis, fogem a todo o contacto. Neste processo perde-se um capital imenso do saber colectivo da sociedade, e o que resta, até, para ser protegido, sacraliza-se e torna-se objecto de transmissões rituais. O dogmatismo do método esteriliza completamente a ciência, tanto mais que a inovação é considerada como uma profanação ou até sacrilégio." (ANL, p. 160-1.)

Dai o caráter conservador deste "sistema"¹⁹ educacional, que, como assinalamos em outro texto com a pedagoga italiana Savínia Gasperini, "transmite a ideologia da passividade, da submissão do jovem à mulher, da mulher ao homem, dos vivos aos mortos, do futuro ao passado". "É a sacralização do adquirido e o tabu da renovação"²⁰, apesar de vários aspectos positivos que ele contém, tais como "o liame entre educação e instrução, o tirocínio profissional gradual e integrado na vida da comunidade, a responsabilidade coletiva do momento educativo, o valor atribuído ao grupo como situação formativa, a atribuição gradual de responsabilidade no trabalho e na sociedade, a aprendizagem no 'fazer'" (p. 171). Elementos presentes apenas como alusão no discurso samoriano, que, de fato, não se debruça na análise da educação tradicional com o mesmo empenho como o faz na análise da educação colonial. Diferença que se justifica pelos resultados desiguais de uma e outra na submissão de seu povo; pois se a primeira bloqueia sua iniciativa, a segunda visa a esmagá-la, despersonalizando o indivíduo, fazendo-o renunciar e abominar sua cultura, seu povo, suas tradições e história, quando não a própria cor da pele — sua condição de não-pertencente a uma raça distinta.

É particularmente relevante que à gerontocracia acrescente-se o papel submisso e passivo da mulher como "instrumento de

produção e reprodução da força de trabalho", além de "objecto do prazer sexual dos homens". O casamento prematuro, a poligamia, o lobolo (compra de mulher) e os ritos de iniciação sexual formam um todo complexo em que ela se encontra inserida, como rede imensa de seu aprisionamento. Relevância de que Samora retira as conseqüências, como veremos adiante.

É fácil perceber, nesta ótica, como os dois sistemas educacionais somam-se na tentativa de paralisar qualquer iniciativa de rebelião. Como face de uma mesma moeda, articulam-se no exercício comum de quebrar essa iniciativa popular, obtendo o "consentimento", a nosso ver, uma "hegemonia pela força", típica do sistema de poder colonial.

Educação nas zonas libertadas

Moçambique, na época da guerra, é formado, portanto, por uma tríplice realidade educacional. O terceiro vértice deste triângulo é composto pelo espaço pedagógico das zonas libertadas.

É preciso ter presente que, na compreensão deste espaço, ele não se limita — quer ao nível do empírico, quer ao nível da compreensão dos combatentes da Frelimo — às simples instituições escolares. A educação no discurso samoriano é percebida como algo que nasce coetaneamente à própria luta e que a recobre em sua totalidade.

Na II Conferência do Departamento de Educação e Cultura — DEC (1973), o dirigente moçambicano lembrava aos responsáveis pela educação nas zonas libertadas a estratégia de formação adotada desde os primórdios do movimento libertador: "(...) o método que com sucesso vimos aplicando há vários anos já, na nossa guerra. Desde que um combatente adquire um mínimo de treino, é lançado para a batalha; lá desenvolve os seus conhecimentos práticos e transmite aos outros; do campo de batalha selecionamos elementos que vêm adquirir uma preparação superior, e em seguida regressamos para elevar o nível

geral. Não aguardamos formar generais para travar a batalha." (ANL, p. 41.)

Esta perspectiva é retomada em 1978 — "A luta armada foi a Escola, a grande Universidade, o laboratório onde se forjaram os militantes da Frelimo, onde se forjaram a unidade e a consciência nacional" (A Educação . . . , p. 24) — e assume conotação estrutural no seu discurso, em coerência com a sua concepção geral da educação como um processo global e globalizante que perpassa o tecido social, provavelmente como legado da educação tradicional, que não conhece um espaço separado da produção e da vida.

Aparentemente é na esteira desta tradição que a direção da Frelimo transforma o país, após a Independência, numa "grande escola", conforme a palavra de ordem do III Congresso, retomada no discurso de abertura da 1.ª Campanha Nacional de Alfabetização.

Neste ângulo, as teses do III Congresso, desde 1976, foram discutidas quarteirão por quarteirão, vilarejo por vilarejo, o mesmo observando-se noutras campanhas, tais como na eleição para as Assembléias do Povo (1977), estruturação do Partido (1978), 4.ª Sessão do Comitê Central (1978) e na mudança da Constituição e aprovação de outras leis importantes (1978/1979). Atualmente, o povo discute arduamente a "limpeza do aparelho de Estado", no bojo da ofensiva pela desburocratização e destruição do velho aparelho de Estado (Machel, 1980).

Se a luta de libertação foi a "primeira escola", por sua vez obrigou à "generalização da escola", ou seja, à criação de um espaço educacional separado da produção: "O desenvolvimento da luta, o engajamento popular no processo de libertação, que do povo requeria sempre e cada vez mais conhecimentos, exige a generalização da escola. A vida nas zonas libertadas organizava-se. A produção, a troca, a saúde, o enquadramento social, o progresso político, a própria evolução dos nossos meios e métodos de luta e dos meios e métodos do inimigo, tudo requeria a implantação crescen-

te da escola. O povo exigia a escola, a Revolução exigia a escola" (*Disc. III*, p. 22). Nascia nas zonas libertadas o primeiro sistema de educação nacional, que já em 1972-73 compreendia mais de duzentas escolas primárias (para uma população de cerca de um milhão de habitantes e com dez mil alunos só na província de Cabo Delgado), um ensino secundário até a 8.^a classe, um curso de enfermagem, curso de formação de professores primários, além de infantários" [equivalente ao jardim de infância] (*ANL*, p. 235). Isso sem tomar em consideração as escolas de treino político-militar, em Nachingwea e Tunduru.

Como no discurso samoriano define-se esta "Escola Nova", esta "educação revolucionária"?

A escola é concebida como uma unidade tríplice de estudo, produção e combate. Uma unidade cujo objetivo central é o de formar o "Homem Novo" para "vencer a guerra e libertar a pátria". "Homem Novo" que é definido anos mais tarde, como aquele que "se libertou do obscurantismo e da superstição (...) se libertou da mentalidade burguesa (...) dotado de consciência coletiva (...) engajado na luta pela afirmação dos valores da nova sociedade (...) capaz de assimilar e utilizar a ciência a serviço do povo." (*Estudemos . . .*, p. 516.)

Para que esta "unidade educacional" possa realizar esta tarefa imensa de "criar uma mentalidade nova e um novo tipo de relações sociais" que assegure o progresso da Revolução, é necessário defini-la com precisão e, sobretudo, dotá-la de métodos novos e de novas relações pedagógicas.

Samora traça, em seus discursos, os elementos centrais desta nova pedagogia, "voltando a procurar, na nossa experiência, aquela que nos permitia preparar combatentes, instrutores e quadros (...) buscar a teoria que colectivamente elaboramos a partir da nossa prática" (*Disc. III*, p. 22). Ele define como primeiro princípio básico da educação o da articulação entre estudo e produção, na medida em que a "produção é uma escola porque dela vêm os nossos conhecimentos"; e a "combinação da edu-

cação com a produção significa sobretudo a aquisição teórica e prática de conhecimentos a serem postos à disposição da produção . . ." (*ANL*, p. 16-7). Esta definição assenta-se numa postura epistemológica que o aproxima de Mao Zedong (1971) e, pedagogicamente, de Freinet (1979), guardando, porém, sua especificidade moçambicana.

O princípio pedagógico de articular o estudo à produção instaura na realidade moçambicana um duplo rompimento. De um lado, com a educação colonial, que "separa a formação do homem da realidade", criando um abismo entre teoria e prática, trabalho intelectual/trabalho manual; de outro, com a educação tradicional, que não distingue um espaço próprio à educação, salvo no momento dos ritos de iniciação. Desta forma, em Samora a educação é diferenciada da produção, mas não separada. Muito ao contrário, é estreitamente ligada. Afinal, "(...) é na produção que nós aprendemos", e "o fazemos para produzir melhor".

Enraizado na sua realidade concreta, a articulação estudo-produção responde, "na situação de extrema pobreza", a uma necessidade básica material — a de formar unidades educativas auto-suficientes — e, também, a uma necessidade ideológica — a de impedir que os jovens "esqueçam suas origens", assumindo um comportamento elitista, de desprezo pelo trabalho manual e conseqüentemente de desprezo pelos produtores materiais. No específico da história moçambicana emerge a lição da crise de 1968-70, quando os alunos do Instituto Moçambicano, mobilizados pelo "traidor Gwengere", recusam-se a ir à guerra, na expectativa de que "quem irá dirigir amanhã o país serão os doutores". Como assegurar, após 1970, que isso não se repetisse? A resposta encontra-se na confluência de duas estratégias. A primeira no combate ideológico no interior da escola; a segunda, fazendo sair desta o aluno a cada nível previamente determinado, para provar, na prática da luta, a sua condição de poder continuar os estudos "a serviço do povo". Samo-

ra distingue esta última estratégia, que chama de "permanente e progressiva", da estratégia do "estudo contínuo", na qual a criança "entra na escola para sair doutor" — típica do sistema de educação colonial.

No pensamento samoriano, da natureza de unidade triplíce da escola e do princípio pedagógico básico da articulação estudo-produção geram-se outros princípios pedagógicos, entre os quais:

— *aprender a fazer, fazendo*: "Nós costumamos dizer que aprendemos a guerra na guerra, o que quer dizer, na realidade, que é fazendo a revolução que aprendemos a melhor fazer a revolução, é lutando que aprendemos a lutar melhor (...)" (ANL, p. 17), o que implica uma ampliação da articulação contida no primeiro princípio pedagógico básico:

— *estudar com as massas e aplicar junto às massas*: "Podemos estudar muito, ler muito, mas de que servirão essas toneladas de conhecimentos se não os levamos às massas (...)? Se alguém guarda sementes de milho na gaveta, será que vai colher maçaroca? Se alguém aprende muito e nunca vem às massas, nunca vem à prática, ficará um compêndio morto (...). A sua inteligência ficará estéril, como aquele semente fechada na gaveta." (ANL, p. 17.)

Apesar das aparências, estes princípios não conduzem à ditadura do espontâneo, do empirismo, da prática, quando Samora, no mesmo texto, alerta-nos para a importância do estudo sistemático e regular, da reflexão constante e coletiva sobre a experiência própria e dos outros, chamando a atenção de seus companheiros para o fato de que "o estudo é como uma lanterna à noite, mostra-nos o caminho (...). Trabalhar sem estudar é andar às escuras, pode-se avançar, é certo, mas grandes são os riscos de tropeçarmos, de nos enganarmos no caminho. Em certas bases, entre certos companheiros, criou-se o bom hábito de consagrar regularmente algum tempo ao estudo. Isto é bom, mas é insuficiente. Queremos propor a todos os camaradas, a

todos os responsáveis e quadros, que organizem entre si com as unidades, programas constantes e regulares de estudo." (ANL, p. 21.)

Anos mais tarde este apelo mantém-se em seu discurso: "É de rejeitar a atitude daqueles que recusam o estudo alegando que vão adquirir esses conhecimentos na prática." (Disc. III, p. 27.)

Estes princípios pedagógicos, por sua vez, parecem apontar para uma concepção democrática e dinâmica na relação dirigente-dirigido, além de demonstrar um espírito de "profunda confiança no povo", que pode assustar pela margem fronteiriça ao populismo. Daí o segundo princípio pedagógico básico da "Escola Nova", ou seja, o "triângulo pedagógico", sintetizado na fórmula simples e rica para os moçambicanos, hoje parte integrante do seu senso comum, de "troca de experiência": "Os professores devem aprender entre eles. Os alunos devem aprender entre eles. Professores e alunos devem aprender uns dos outros". (ANL, p. 156.) Neste aspecto o dirigente moçambicano enfatiza constantemente que o "individualismo bloqueia a aprendizagem" e que o "espírito coletivo" é uma condição para que esta se realize corretamente. Como ele acentua no famoso discurso de 1.º de maio de 1976: "(...) aprender é um acto colectivo, é uma expressão da própria vida. Aprendemos trocando as nossas experiências (...). Aprender é avançar em conjunto." (Disc. III, p. 23.)

Este segundo princípio pedagógico básico nos introduz, por sua vez, no "nó gordido" do processo de aprendizagem: as relações sociais no interior da escola, particularmente, a relação professor-aluno. Conseqüentemente, na sua perspectiva, Samora proclama "que professores e alunos devem trabalhar lado a lado em todas as tarefas, porque na revolução não há grandes ou pequenas tarefas, há apenas tarefas revolucionárias (...)." (ANL, p. 37.)

Isso, no entanto, não é suficiente. Faz-se necessário desbravar as possibilidades concretas de sua realização. Em seu discurso,

ele analisa quais os impecilhos que surgem nesta relação. Em primeiro lugar, na especificidade moçambicana, os "complexos (...)" produtos do conflito entre o velho e o novo [que] semeiam entre nós um clima de desconfiança." (ANL, p. 149.) O sentimento de superioridade do professor, sobretudo quando ele é estrangeiro e branco, impede-o de compreender as dificuldades do aluno e de aprender com ele; o sentimento de inferioridade do aluno, massacrado pela rígida estrutura social da "sociedade tradicional" ou pela humilhação racista colonial, particularmente quando ele é mulher, impede-o(a) de aprender com o professor e mesmo entre si. Para que estes complexos não bloqueiem o processo de aprendizagem e não comprometam o objetivo mais geral de formar uma "mentalidade nova", instalam-se instrumentais como "estudo coletivo", "crítica e autocrítica" e "vigilância revolucionária", em especial sobre o professor. Vigilância não apenas do Partido, o que arriscaria a criar uma "ditadura da minoria sobre a maioria, de nova espécie", mas por parte de cada professor, de cada aluno e de cada trabalhador da comunidade em que a escola encontra-se inserida. Daí seu apelo de que "teremos que manifestar o máximo de severidade contra tudo aquilo que no seio dos professores e quadros da educação mostre subjetivismo, individualismo, tribalismo, arrogância, superstição, ignorância." (ANL, p. 36.) O que exige do professor, praticamente, a condição de militante. Esta condição, não podendo ser completamente obtida pelo fato de serem homens "formados no mundo antigo", fez com que seu trabalho esteja sempre ameaçado pela "herança da velha mentalidade".

O discurso samoriano arriscar-se-ia ao deslizamento irreversível no desfiladeiro do idealismo, se não fossem criados instrumentos independentemente das subjetividades, para evitar a queda. Em resposta a este risco decorre a segunda grande característica da sua concepção da "educação revolucionária": "a escola como centro democrático".

Para Samora Machel, as duas pedras angulares em que se assenta a democracia são a coletivização e a representatividade. Para isso a escola é organizada em "estruturas colectivas e eletivas". Os alunos organizam-se, no interior da turma, em grupos, cada qual elegendo seu responsável. Estes, juntamente com o representante de turma e um professor, ambos eleitos por todos os alunos da turma, formam o Conselho de Turma, órgão de direção submetido à Assembléia, que se reúne semestralmente. Alunos e professores, igualmente eleitos pelos seus pares, encontram-se nas seções de trabalho especializado, como nas seções de produção, limpeza, higiene, cultura, esporte etc., as quais planejam e orientam a execução destas tarefas. Os professores, por sua vez, encontram-se organizados em coletivos de disciplinas (conjunto de matérias de ensino), preparando conjuntamente as aulas e resolvendo em comum seus problemas específicos, "trocando experiências". O objetivo é, de um lado, "organizar estruturas adequadas no seio da escola que conduzam todos e cada um a sentirem-se realmente responsáveis pela vida do centro" e, de outro lado, preparar o aluno para o exercício democrático do poder: "Importa tanto quanto possível que a administração da escola esteja confiada aos próprios alunos. Em definitivo a escola pertence-lhes, e é participando activamente na sua gestão que poderão adquirir o sentido de responsabilidade pela propriedade colectiva. Defendendo nós o princípio de que o Poder deve pertencer às massas, é justo que desde a escola preparemos os alunos para assumirem o Poder." (ANL, p. 158.)

Esta organização da escola não exclui, para Samora, o "princípio do centralismo democrático", como ele mesmo observa: "é precisamente pela participação constante da base na elaboração das decisões que asseguramos que o centralismo seja democrático e não burocrático", ressaltando, assim, a importância da representatividade dos dirigentes nos órgãos coletivos. Aliás, anteriormente, no mesmo texto, ele nos alertara para este aspecto: "Uma direção

[que] ... perde sua autoridade política e moral procurará manter o poder através de um esforço constante de autoritarismo, de medidas administrativas e disciplinares, em resumo, instalará a ditadura onde devia haver democracia. As ordens de serviço tendo substituído a discussão com a base, as punições ocupando o lugar da crítica e da autocrítica, a base será de novo asfixiada e verá o seu poder usurpado por um punhado de burocratas." (ANL, p. 151.)

A estrutura do discurso samoriano é, porém, surpreendente. Quando o vemos beirar a fronteira do idealismo, querendo de suas águas saborear, ele salta-o, colado a um realismo duro e ácido que não nos imobiliza, antes nos impulsiona a ingressar mais profundamente na roda viva e dolorosa, porém magnífica, do real concreto.

Nada disso que foi até agora exposto é suficiente para Samora no forjar de novas relações sociais, no forjar do "Homem Novo". O risco da usurpação, do elitismo, da "opressão renascendo de suas cinzas", mantém-se, pois, na especificidade moçambicana; "a garantia primeira da democracia no ensino consiste em criar condições para que as largas massas laboriosas ascendam ao ensino e tomem os postos de comando nesta frente", e "enquanto o ensino não se generalizar ... haverá o risco grave de que, traindo a sua origem social, alunos e professores se constituam em elite privilegiada." (ANL, p. 156.)

Estes comentários sucintos sobre a concepção da educação em Samora Machel ficariam incompletos se não atentássemos para o lugar atribuído à educação da mulher. A situação de múltipla dominação que ela sofria (e que em parte ainda sofre) — do marido, do pai, do régulo, do patrão, do soldado colonial —, obriga a uma abordagem específica, pois a criação de novas relações sociais passa pela sua emancipação como "condição do triunfo". A construção da Nova Sociedade, trata-se afinal, também, da criação de novas relações sociais fora do mundo da produção — de camara-

dagem, confiança, solidariedade e respeito mútuo — que engloba necessariamente as relações homem-mulher. Nas palavras de Samora: "Ao definirmos as relações de camaradagem entre nós, um capítulo especial deve ser reservado à relação homem-mulher, uma vez que esta apresenta problemas específicos. A relação homem-mulher encontra-se profundamente viciada pela sociedade tradicional-feudal e colonial-capitalista. A sociedade tradicional negou toda personalidade à mulher, reduziu-a a um simples instrumento de reprodução e de produção. O colonialismo e o capitalismo acrescentaram a esta situação a forma suprema de degradação: a comercialização do sexo." (ANL, p. 163). Aqui também a escola conserva o seu papel privilegiado, nesta batalha fundamental de libertação da mulher: "as nossas escolas são os pontos onde encontramos as condições mais favoráveis para alcançarmos êxito". (ANL, p. 163.)

Este espaço privilegiado dedicado à questão da mulher não foi obtido sem conflitos. Como assinala o dirigente moçambicano, ainda em 1973: "Existem pessoas no nosso seio, a organização está consciente disso, que acham que devemos consagrar todos os nossos esforços à luta contra o colonialismo, que a tarefa da emancipação da mulher neste quadro é secundária, pois leva-nos a um desperdício das nossas forças (...) por isso importa aguardar a Independência, a construção duma base económica, social e educacional sólida para desencadear a batalha." (ANL, p. 75.)

Na luta "das duas linhas", a questão da mulher dividiu "reacionários e revolucionários". A vitória destes últimos permitiu a inserção especial da mulher na educação, para lhe possibilitar construir a "base científica e cultural" que lhe conduziisse a destruir os "mitos gerados pelo obscurantismo que a oprimem mentalmente e a privam de iniciativa" (ANL, p. 85), com suas próprias mãos. Um testemunho a mais que indica a organicidade do discurso samoriano.

A título de conclusão

No início deste trabalho assinalamos a metodologia adotada que lhe atribui um certo carácter morfológico, ou seja, de "colagem", à textura do discurso samoriano na perspectiva de sua reconstrução, o que nos permitiu ressaltar a natureza de continuidade de seus elementos estruturais. Seria necessário, porém, perguntar-se pela existência de possíveis pontos de transformação e rompimento. Questão que nos assalta pela nítida distinção entre a realidade das zonas libertadas, numa situação de guerra de libertação nacional, e a realidade de um sistema educacional, incrustado num aparelho de Estado herdado do colonialismo e que o texto nosso parece ter "esquecido". O próprio relacionamento dirigente-massa, na nova realidade, tenderia segundo certos observadores a fortalecer uma vertente centralizadora, autoritária, simultaneamente pré-existente à Frelimo, como herança de uma sociedade antidemocrática, e suscitada no interior da Frelimo, pela pobreza numérica de seus quadros e pela despolitização das massas recentemente incorporadas ao processo de transformação social.²¹ Aparentemente o peso da resistência a certas transformações sociais, se vitorioso, propenderia naturalmente a criar pontos de ruptura no pensamento pedagógico samoriano. Explicitemo-nos.

A nosso ver — trata-se de uma hipótese que investigamos —, os diversos espaços sociais, incluindo o educacional, começa a ser atravessado por uma luta difusa, ainda não cristalizada, entre "duas linhas", para usar os termos do líder africano.

De um lado, uma linha de acentuação e desenvolvimento, na nova realidade, da natureza democrático-popular do discurso pedagógico samoriano, que busca criar e consolidar espaços de expressão à base de trabalho coletivo e "troca de experiência"; de outro lado, uma linha que prega a necessidade da centralização, do saber técnico-formal, da relação pedagógica autoritária, sufocando o diálogo e burocratizando o trabalho coletivo.

Qualquer medida da política educacional do governo moçambicano que escolhermos como objeto de nossa análise coloca-se sempre numa ou noutra perspectiva. Quer nos debrucemos sobre a ênfase na alfabetização, a nova organização político-administrativa das escolas, a formação dos professores, o recrutamento para a direção do sistema escolar, a política cultural, o controle do acesso à escola (incluindo a universidade), a seleção dos alunos que foram estudar em Cuba etc., encontraremos sempre elementos que reforçam uma ou outra perspectiva.

Sem risco de cair numa atitude parcial, poderíamos avançar que a linha de continuidade tem prevalecido (Gasperini e Nascimento, 1980). No entanto, nada garante que assim continue, particularmente no campo educacional. Sobretudo porque a resolução da luta das "duas linhas" ocorre fundamentalmente fora dele. E fora do campo educacional (mas também no seu interior) há um duplo jogo de "cerco e aniquilamento". Numa trincheira movimentase a camada de intelectuais-dirigentes, com forte apoio nos setores sociais mais desfavorecidos; noutra, avança uma camada social, simultaneamente velha e nova, que chamamos a título provisório "pequena burguesia do saber" (Nascimento, 1979). Fortemente instalada no aparelho de Estado, ela se encontra na interseção da direção com a base, numa tentativa de criar um fosso entre as duas.

À última campanha político-ideológica, aberta por Samora Machel em 18 de março de 1980, contra o "novo burocratismo", assim como a autocrítica do Partido Frelimo na VII Sessão do Comitê Central, recentemente realizada, demonstram de um lado a sensibilidade da camada dos intelectuais-dirigentes para a questão que levantamos e, de outro, um comportamento ofensivo em relação à "linha centralizadora-burocrática". E não é por acaso que ela ocorre justo no momento do encerramento da questão Zimbabwé. A situação de guerra que vivia o país impossibilitava o pleno

desenvolvimento desta luta, obrigando a uma unidade a qualquer custo.

De toda forma, se nada nos garante quanto à sua continuação, nada existe que torne imperiosa a ruptura. Trata-se do resultado do desenvolvimento de um conflito que não se pode agora, sob o risco de sairmos do terreno do real previsível, ante-

cipar. E que nos remete para além dos limites deste trabalho: lança-nos face à problemática mais geral da viabilidade ou não da construção imediata de uma sociedade democrática nos países de passado colonial ou, para outros estudiosos, da viabilidade ou não de se construir uma sociedade socialista em países subdesenvolvidos.

NOTAS

1. De nosso conhecimento, são os seguintes os discursos de Samora Machel publicados em livro no Brasil: *Declaramos Guerra ao Inimigo interno* (texto integral do discurso pronunciado no dia 18 de março de 1980) (São Paulo: Edit. Quilombo, Col. Moçambique 1980, 1980), 75p.; *Estabelecer o Poder Popular para Servir às Massas* (Rio de Janeiro: Codecri, 1979), 55p.; *A Libertação da Mulher* (São Paulo: Global Editora, Col. Praxis, 1979), 142p.
2. Esta expressão foi pela primeira vez utilizada em um artigo do Prof. J. Chasin, aliás, muito sugestivo.
3. Abstramos as figuras de Nkrumah, Fano, Amílcar Cabral, Patrice Lumumba e Agostinho Neto, ou porque não se definiram desta forma, ou porque não sobreviveram para conduzir um processo dessa natureza.
4. Os intelectuais, na expressão gramsciana, que formam a direção da Frelimo em 1962, constituem três grupos distintos: os tribalistas, como Lázaro Nkvandame; os urbanos do interior, como Uria Simango; os urbanos internacionalizados, como Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos. Trata-se de uma hipótese que estamos ainda investigando. É provável, inclusive, a existência de um quarto grupo, os rurais não-tribalistas. Em todo caso, parece existir gamas variadas em cada grupo, fazendo-os não-homogêneos.
5. A este respeito, consulte-se os artigos de Aquino de Bragança, em *Africasia e Afrique-Asie* (1967-72).
6. As aspas indicam, exceto ressalva em contrário, expressões do próprio Samora Machel.
7. A idéia de criação do "Homem Novo", como causa e efeito da Revolução, remete-nos à terceira tese sobre Feuerbach de Karl Marx, segundo a qual a necessidade da educação do educador é entendida como parte integrante do rompimento com o "materialismo intuitivo" (Marx, 1978).
8. A tradução é nossa, pois tínhamos em mão apenas a versão francesa publicada pela AIM.
9. Aspectos do programa da Frelimo aprovado no I Congresso (Dar-es-Salaam, 23 a 28-6-62): "1) União e mobilização de todos os moçambicanos, de todas as camadas sociais (...); 2) Liquidação geral do colonialismo português (...); 8) Instauração de um Regime Democrático na base da Independência Total (...); 9) Formação de um Governo do Povo, pelo Povo, para o Povo (...); 12) Direito inalienável da Nação Moçambicana de dispor de si mesma (...)" (Frelimo, 1977, p. 32).
10. Na acepção clássica de Hegel.
11. "Cada sociedade procura sempre assegurar a sua sobrevivência através das novas gerações, nomeadamente transmitindo a soma dos seus conhecimentos e experiências. Todavia, porque a sociedade existe apesar das rupturas, é evidente que a sua sobrevivência compreende a permanência das estruturas, por opressivas que sejam. É neste contexto que a educação transmitida, ao refletir a sociedade concreta, apresenta-se como uma justificação da mesma, das suas estruturas econômicas, dos hábitos sociais, dos conceitos éticos, da arte, em suma, da cultura da sociedade." (AVL, p. 32.)
12. Ver Gramsci, 1975, p. 1580.
13. Presente, por exemplo, quando ele fala aos participantes no 2.º Curso de Formação de Unidade Policiais, em Marolane: "Vieram dispersos. Vieram relaxados. Vieram carregados de egoísmo (...). Aqui estão homens que vieram dos mais diversos distritos de Moçambique e de vários grupos étnicos. O primeiro combate, a primeira dificuldade que vocês encontraram, foi o combate interno. Liquidar o eu e adquirir o nós; liquidar o meu para adquirir o nosso. Esse combate não é fácil, mas é importante porque é através desse combate que temos a visão completa de nosso país." (Disc. VI, p. 83.)
14. Excetuamos os diversos momentos em que ele se debruça sobre a questão da cultura e da ideologia, o que, num aprofundamento do tema, seria indispensável.

15. Discurso mantido pelos portugueses como elemento diferenciador da sua colonização, que seria assim realmente "civilizadora", e daí o seu "direito" de manter-na África. A obra de Gilberto Freyre *Casa Grande e Senzala* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1969), fazendo a apologia da integração racial no Brasil, será utilizada como um dos elementos comprobatórios deste anti-racismo, propaladamente "inato", do português.
16. Expressão por nós utilizada, no texto já citado, e que, nos parece, informa a natureza da dominação colonial.
17. Ensino especial para os "nativos", criado em 1941 e formalmente extinto nos inícios de 1960. Dá-se o nome de explicador, em Moçambique, aos professores que davam aulas particulares, visando a recuperar os alunos atrasados nos estudos ou assegurar-lhes um melhor rendimento escolar. Como esta era a forma de os professores obterem uma renda complementar, a existência deste sistema, além de agudizar a degradação do nível de ensino, estimulava a tendência do ensino pago e, sobretudo, era um veículo de discriminação social e racial.
19. O termo sistema aplicado à educação tradicional constitui uma facilidade de linguagem, pois a rigor ela não pode ser tomada como tal.
20. Uma apreciação distinta sobre a educação tradicional, mas no contexto da Guiné Bissau, é feita por Rasiska e Miguel Darcy de Oliveira. (Freire, Darcy de Oliveira, Ceccon, 1980.)
21. No depoimento de um observador, Samora teria percebido esta problemática na assinatura do Acordo de Lusaka (1974), declarando: "A guerra acabou cedo".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bahro, Rudolf. *L'Alternative*. Paris: Seuil, 1979.
2. Bragança, Aquino. "Porquoi Mondlane a été assassiné". *Africasia*, n.º 1 (Paris, 1969), p. 38-9.
3. Cabral, Amílcar. *A Arma da Teoria, Unidade e Luta* (Obras Recolhidas, coordenação de Mário de Andrade, volume 1). Lisboa: Seara Nova, 1976.
4. Capela, José. *O Impasto de Palhota e a Introdução do Modo de Produção nas Colônias* (As idéias coloniais de Marcelo Caetano. Legislação do trabalho nos anos 60). Porto: Afrontamento, 1977.
5. Casa, A. & Judith, E. *Leis e Regulamentos sobre o Ensino durante o Período Colonial, 1934-1975*. Maputo: UEM, 1978.
6. Chasin, J. "Sobre Moçambique". *Temas de Ciências Humanas*, n.º 7 (São Paulo: Lech, 1960), p. 157-92.
7. Christie, Ian & Isaacmann, Allen. *La République Populaire du Moçambique Quatre Ans Après l'Indépendance* (Une entrevue avec le Président Samora Moisés Machel). Suplemento do Boletim do AIM, n.º 36 (Maputo: junho de 1978).
8. Fanon, Frantz. *Les Damnés de la Terre*. Paris: Maspero, 1975.
9. Freinet, Celestino. *A Educação pelo Trabalho*. 2 vols. Lisboa: Presença, 1975.
10. FRELIMO. *Documentos de Base da Frelimo, 1*. Maputo: Frelimo, 1977.
11. Freire, Paulo; Darcy de Oliveira, Rosiska e Miguel; Ceccon, Cláudio. *Vivendo e Aprendendo* (Experiência do IDAC em educação popular). São Paulo: Brasiliense, 1980.
12. Freire, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
13. Gasperine, Lavinia & Nascimento, Elimar. "Scuola o decolonizzazione in Mosambico". *Scuola e Citta*, n.º 4 (Roma: La Nuova Italia, 1980), p. 169-78.
14. Gramsci, Antonio. *Quaderni del Carcere* (la cura de Valentino Gerratana). 4 vols. Roma: Einaudi, 1975.
15. Isaacmann, Allen. *The Tradition of Resistance in Mozambique, Anti-Colonial Activity in the Mambesi Valley, 1850-1921*. Londres: Heinemann, 1976.
16. Machel, Samora Moisés. *A Nossa Luta*. 2.ª edição. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1975. (Contém os seguintes discursos citados: "Produzir é aprender. Aprender para produzir e lugar melhor", p. 7-25; "Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria", p. 27-43; "No trabalho sanitário materializamos o princípio de que a Revolução liberta o povo", p. 45-66; "A libertação da mulher é uma necessidade da Revolução, garantia de sua continuação, condição de seu triunfo", p. 67-93; "Fazer da Escola uma base para o povo tomar o poder", p. 143-67.)
17. ———. *Discursos I* (25-6-75 a 31-12-75). Documentos Informativos n.º 38. Maputo: Cedimo, 1976. (Citado: "África: sorte da Revolução joga-se em Angola", p. 85-7, in *Afrique-Asie*. Entrevista a Simon Malley.)
18. ———. *Discursos III* (20-4-76 a 14-6-76). Documento Informativo n.º 41. Maputo: Cedimo, 1976. (Citado: "A qualidade primeira na Revolução é a transformação profunda da sociedade", p. 9-11, in *Le Monde*. Entrevista a René Lefort.)

19. _____. *Discursos V* (11-11-76 a 9-3-77). Documento Informativo n.º 6, Série E. Maputo: Cedimo, 1977. (Citado: "A luta das classes trabalhadoras é para derrubar a burguesia", p. 25-9. Entre vista concedida a jornalistas dos órgãos centrais dos partidos comunistas europeus.)
20. _____. *Discursos VI* (14-3-77 a 25-7-77). Documento Informativo n.º 7, Série B. Maputo: Cedimo, 1977. (Citado: "Vocês são observados diariamente pelo povo", p. 83-4. Pronunciamento no 2.º Curso de Formação de Unidades Policiais.)
21. _____. *Estudemos e Façamos dos Nossos Conhecimentos um Instrumento de Libertação do Povo*. Maputo: Frelimo/Departamento do Trabalho Ideológico, Col. Palavras de Ordem, 8, 1977.
22. _____. *A Educação É uma Tarefa de Todos Nós*. Maputo: MEC, 1978.
23. Cedimo, 1979. *Discursos IX* (25-6-78 a 31-12-78). Documento Informativo n.º 1, Série A. Maputo: p. 65-9 -- discurso no I Curso da Escola Militar de Quadros de Nampula. "IV Sessão do CC foi um passo a frente no reforço do caráter de classe do Partido", p. 47-51 -- discurso proferido no encerramento da reunião do Comité Central da Frelimo.)
24. _____. "Discurso do 18 de Março". *Tempo* (193) (Maputo: 1980), p. 21-65.
25. Mao Zedong. "De la Pratique". *Cinq Essais Philosophiques*. Pequim: Ed. en langue étrangère, 1971, p. 1-48.
26. Mar[tins], Eli (seu) j. e. *Portugal e Capital Multinacional em Moçambique: 1500-1973*. Vol. 2. Dinamarca: African Studies, 1975.
27. Marx, Karl. "Teses sobre Feuerbach". In Marx, Karl & Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Grijalbe, 1978.
28. Medeiros, Fernando. *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.
29. Mondlane, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Sá da Costa, 2.ª edição, 1976.
30. Nascimento, Elimar. *Revolução, Escola e Ideologia em Moçambique* (Inédito, 1979).
31. Nogueira da Costa, Antonio. *Penetração e Impacto do Capital Mercantil Português nos Séculos XVI e XVII - o Caso de Moçambique*. (Maputo: UEM/CH/CEA, mimeo, 1977).
32. Rebelo, Jorge. "No povo buscamos a força". *Poesia de Combate 2*. Maputo: Frelimo, 1977.
33. Serra, Carlos. *O Capital Mercantil Indiano em Moçambique (1687-1835) - um Sistema de Pilha gem*. Maputo: UEM/DH, 1978.
34. Zahar, Renate. *L'Ouvre de Frantz Fanon*. Paris: Maspero, 1970.

SUMMARY

Emphasizing strongly the importance of Mozambique and its young leader, Samora Moisés Machel, within the present African context, the author analyzes the pedagogical patrimony of Frelimo, centered in the speeches of Samora.

After raising a hypothesis concerning the educational formation of the present Mozambican rulers (internationalized urban intelligentsia and young military politicians), the article describes the conception of society and education extant in the texts of the Mozambican leader, a conception born in *praxis*, in "successive battles".

Supposing that in the moment of the National Independence of Mozambique, there exists a triple educational reality in the country, the author briefly introduces us to analyses made by Samora Machel on colonial education and traditional education, signaling the liberating "psycho-analytic" function of these analyses.

In its attempt to reconstruct the Samorian pedagogical discourse 1970-1980, (the article), emphasizes the proposition that the Mozambican school possesses two central characteristics (such

as the triple unity of production, study and combat, and, such as democratic center), seated in two basic pedagogical principles (the articulation of production-study and the pedagogical triangle of "exchange of experience".) Both, characteristics and basic pedagogical principles, were acquired in the experiences within the liberated zones (66-74), and the project of Frelimo is to internalize them throughout the country. Particularly in this pedagogical proposition, that looks to create new social relations with a basis in a "New Society", the analysis of the situation and role of women is highlighted, because of the fundamental importance of her liberation, as a "condition of triumph" of the Revolution; (all) acquired in the experiences of the liberated zones.

By way of conclusion the author exposes us to the current problematic in Samorian discourse within the perspective of the dialectic rupture/continuity, briefly referring (after proving the dominance of the second term), to the most recent organizational and political offensive that the country is experiencing today.

RESUME

Révélant l'importance du Mozambique et de son jeune Chef d'Etat Samora M. Machel, dans le contexte africain actuel, l'auteur se penche sur le patrimoine pédagogique du Frelimo en se centrant sur le discours samorien.

Après avoir levé une hypothèse sur la formation des actuels dirigeants mozambicains (*Intelligentsia* urbaine internationalisée/Jeunes militaires politiques), l'article décrit la conception de la société et l'éducation existante dans les textes du leader mozambicain, conception née de la *praxis*, en des "batailles successives".

Supposant qu'au moment de l'indépendance nationale du Mozambique, il existait une triple réalité éducative dans le pays, l'auteur nous introduit brièvement dans les analyses réalisées par Samora Machel sur l'éducation coloniale et l'éducation traditionnelle, signalant la fonction "psychanalytique" libératrice de ces analyses.

Dans sa tentative de reconstruire le discours pédagogique samorien de 1970 à 1980, l'auteur met en évidence la proposition que l'école mozambicaine possède deux caractéristiques principales (L'unité, composé du triplet: pro-

duction, étude et combat, le centre: démocratique), qui reposent sur deux principes pédagogiques de base l'articulation production-étude et le triangle pédagogique "l'échange d'expérience").

L'ensemble des caractéristiques et des principes pédagogiques de base, ayant été acquis par l'expérience dans les zones libérées (66/74), le projet du Frelimo étant celui de les généraliser à tout le pays. En particulier, dans cette proposition pédagogique qui vise à créer de nouvelles relations sociales comme base d'une "Nouvelle Société", il est mis en exergue l'analyse de la situation et du rôle de la femme du fait de l'importance fondamentale de sa libération, ainsi que l'ont montré les expériences dans les zones libérées.

Et, à titre de conclusion, l'auteur nous replace la problématique d'aujourd'hui dans la perspective de la dialectique rupture/continuité du discours samorien, se référant brièvement, après avoir constaté la domination du second terme, à l'ultime offensive politique organisationnelle que connaît pour le moment le pays.

les éditions ja. jeune afrique

...de bonnes idées
...de grands écrivains
...de très beaux livres



des livres d'histoire

des guides de voyage

des livres pratiques

des atlas

des encyclopédies

CES LIVRES DES
éditions ja.
3 rue Racine - 75008 Paris Tél. 265 69 30
SONT EN VENTE
CHEZ VOTRE LIBRAIRE

publité Jeanne Afrique promotion

O NOVO DIÁLOGO AMÉRICA LATINA- ÁFRICA: FUNDAMENTO DAS RELAÇÕES SUL-SUL

Guy Martinière*

Introdução:
América Latina-África – a constatação de
novas relações

Uma das novas características da política internacional parece se esboçar, há alguns anos, através do desenvolvimento das relações entre a América Latina e a África. Evidentemente o fenômeno continua marginal ao nível, emergente, das relações Sul-Sul. O novo diálogo que se estabelece entre as 20 Américas Latinas e as 50 Áfricas é, contudo, suscetível de abrir novos horizontes.¹

Alguns sinais mais ou menos espetaculares prenderam a atenção dos observadores: entre outros, a vocação terceiro-mundista do Presidente mexicano Luís Echeverria; as repetidas visitas à África de chanceleres brasileiros, cuja diplomacia decretou o ano de 1980 como o "ano africano"; a visita do Presidente Senghor à América Latina (1977); as sucessivas viagens de Agostinho Neto, do Tenente-Coronel Mengistu Hailé Mariam e de outros chefes de Estado "progressistas" a Cuba, bem como os deslocamentos de Fidel Castro pelo continente africano (1977), mostraram o elevado nível deste novo tipo de aproximação. Paralelamente, nas diversas reuniões de organismos internacionais, dependentes ou não da ONU, e nas assembléias de países produtores de matérias-primas – petróleo, café, açúcar, cacau, cobre etc. –, o hábito de contatos regulares entre países da África e da América Latina concorreu para dar origem a decisões comuns que começam a modificar uma ordem de coisas, baseada no tradicional equilíbrio Leste-Oeste e nas antigas regras da concorrência e das rivalidades entre "jovens nações" impostas pelo Norte. A realização em Havana, de 3 a 9 de setembro de 1979, da VI Conferência de Cúpula dos Países Não-alinhados constituiu um dos pontos fortes da intensificação destas relações entre a América Latina e a África, uma África que se havia iniciado na política mundial sob o impulso do movimento afro-asiático, nascido em Bandung, em 18 de abril de 1955.

* Diretor do Gesral – Groupe de Recherches et d'Études pour l'Amérique Latine, da Universidade de Ciências Sociais de Grenoble.

Certamente, levando em conta os laços privilegiados que unem Moscou a Havana, numerosos observadores, unicamente preocupados com a evolução das relações Leste-Oeste, não quiseram ver na política externa cubana em relação aos países não-alinhados, bem como na política africana de Cuba, senão uma simples correia de transmissão, um "braço armado" da União Soviética e dos países socialistas. Dentro desta mesma ordem de raciocínio, outros analistas se empenharam em considerar a política externa do Brasil como profundamente submetida às decisões de Washington, fazendo dos militares brasileiros os executores de uma política imaginada nos Estados Unidos, com o objetivo de ligar o destino de um continente ao futuro de Brasília. Sem dúvida, não se pode deixar de dizer que nestes últimos 20 anos a política exterior de Cuba e do Brasil, por exemplo, não puderam desenvolver-se, a não ser em relação convergente às estratégias globais de seus respectivos aliados, a União Soviética e os Estados Unidos. Entretanto, o objetivo desta rápida descrição das principais etapas do novo diálogo estabelecido pelos países dos dois continentes, de um lado e do outro do Atlântico, será atingido se procurarmos melhor compreender as especificidades de certas orientações, a singularidade de certas ações — muitas vezes concebidas em total adequação com a política global dos dois grandes, mas às vezes, também, à margem de suas preocupações imediatas, chegando aos limites da inovação. É certo que os especialistas abertos às mudanças operadas com a descolonização, preocupados antes de tudo com o não-alinhamento e com o Terceiro Mundo, podem se interessar em explicar os conflitos e os compromissos que levaram os pólos de atração dos países não-alinhados — saídos de um encontro com o espírito de Bandung e de Belgrado — à passagem de um "afro-asiatismo" de combate para um "afro-latino-americanismo" de choque. Acima de tudo, se a situação africana não deixou insensíveis o "internacionalismo cubano" nem o "pragmatismo brasileiro", não terá sido apenas

porque o Leste e o Oeste encontraram novos parceiros desejosos de ratificar sua tutela sobre um novo terreno de confrontações, no qual a Europa se esforça por conservar seus trunfos? Ou terá sido, talvez, porque a descolonização da África tornou possível novas formas de relações internacionais entre países "latino-africanos"?²

I — A primeira fase da descolonização africana e a consciência da negritude das Américas Latinas (1950-1970)

Nos anos 60, com o fim da primeira fase da descolonização, se delineiam alguns esboços de aproximação entre as jovens nações da África e os países da América Latina. Tanto aqui quanto lá, eles serão coroados de sucesso. Mas, no conjunto, somente com a descolonização portuguesa será dado um novo impulso ao diálogo entre a África e a América Latina, o qual toma a partir de então uma forma definida. Entretanto, o estabelecimento — ou, melhor, o reestabelecimento — das relações entre a América Latina e a África, se se manifestam com brilho na época das diversas fases da constituição dos Estados politicamente independentes na África, é muito mais antigo do que aparenta. A procura de soluções levantadas por um problema fundamental, o da integração racial, contribuiu para induzir as chancelarias latino-americanas, muitas vezes contra a sua vontade, a instaurarem um diálogo com o continente antes da descolonização. Ao unir a luta contra a discriminação racial, tal como a praticava a África do Sul, à definição do papel que as populações negras da América Latina podiam ter no próprio destino das nações independentes do Novo Mundo, a política externa dos governos latino-americanos assumiu uma dimensão "africana", que encontrava suas origens no fenômeno do povoamento da América por gerações de escravos negros importados do continente africano.

A solidariedade pela luta em favor da integração racial

Os debates relacionados com a integração racial levaram, com efeito, as chancelarias da América Latina a definirem uma atitude política explícita, na medida em que a luta contra a discriminação racial tornou-se um dos objetivos da Organização das Nações Unidas. As resoluções da ONU que se referiam à questão do *apartheid* (desenvolvimento separado das raças) conduziram, por exemplo, as decisões da diplomacia brasileira, desde os anos 50, no caminho de uma política de condenação dos princípios de governo do regime branco da África do Sul.

É evidente que tal atitude não impediu o Brasil de manter excelentes relações bilaterais com a República da África do Sul, que se apresentava como um parceiro comercial e financeiro único na África. Desde 1939, o Brasil concluiu um acordo comercial com a União Sul-Africana que constituía um caso excepcional mesmo para a Commonwealth, da qual os sul-africanos se separariam em fins de 1960. De fato, este tipo de relação se apresentava como a continuação lógica de uma política desenvolvida pelo Brasil com a Europa, mais particularmente com o Reino Unido, no quadro das relações de dependência tradicionalmente mantidas desde o século XIX entre o centro e a periferia. Desejosa de se tornar um baluarte branco, prolongamento de uma Europa em expansão, nas fronteiras de uma África negra submissa após um século, a África do Sul aparecia como o único interlocutor de um continente colonizado, suscetível de adquirir uma certa autonomia política e de iniciar o diálogo com o mundo latino-americano, principalmente o Cone Sul da América branca.

No entanto, a posição internacional do Brasil em relação à questão do *apartheid* não sofreu nenhuma ambigüidade após a Segunda Guerra Mundial. Em 1954, por exemplo, o Segundo Relatório da Comissão das Nações Unidas para o Estudo da Situação na África do Sul, redigido pelos Em-

baixadores Bellegarde, Santa Cruz e Laugier, tinha bastante em conta as recomendações de uma análise do sociólogo Gilberto Freyre, desenvolvida dois anos antes. Ao modelo racial sul-africano de "desenvolvimento separado", o sociólogo brasileiro contrapunha o modelo de "mistura de raças", a "miscigenação", mas característica, segundo ele, das civilizações luso-tropicais que da América hispânica.³ Na mesma ocasião, a colonização portuguesa na África se encontrava "absolvida" de toda acusação de racismo, e o Brasil não tinha dificuldade alguma em manter relações privilegiadas com Lisboa, sempre afirmando a originalidade de sua colonização na América Latina. Assim, em 1953, foi assinado um acordo político de colaboração entre Portugal e o Brasil, selando a reconciliação entre a metrópole e sua antiga colônia, independente desde 1822, no qual se consagrava a renovação da existência da "comunidade lusobrasileira". O Portugal de Salazar encontrava-se dessa forma em posição de renovar seus laços com o Novo Mundo, tentando assumir novamente o papel de traço de união entre a Europa e o ultramar, reencontrando-se no seio do Ocidente após sua admissão na OTAN e na OCDE. Para o Brasil de Vargas o processo era importante, pois permitia, em plena fase de afirmação nacional, de "brasilidade", a superação de seu complexo de colônia, limitando certos efeitos de um pan-americanismo particularmente dominante após a Segunda Grande Guerra, que tinha diminuído a dupla influência de Londres e Paris.

Ajudado pelo impacto da primeira descolonização, a entrada maciça das jovens nações africanas francófonas e anglófonas na ONU levou a Assembléia Geral das Nações Unidas a endurecer as severas posições anteriormente assumidas pela Unesco. Em 1963, foi adotada toda uma série de resoluções sobre a "condenação política do *apartheid*" e sobre a "eliminação de todas as formas de discriminação racial". E, de fato, nesse cadinho latino-americano no qual coexistiram e se misturaram populações de extrema diversidade, "as nações que mere-

ciam serem citadas no quadro de honra de igualdade racial eram Cuba, a Jamaica e o Brasil".⁴

A escolha de um modelo de desenvolvimento nas nações "latino-africanas"

Na América Latina, porém, o problema de integração racial não era uma questão reservada apenas às chancelarias; tocava, e muito de perto, à própria organização das relações sociais e dizia respeito, sob esse título, diretamente às escolhas e aos projetos políticos de desenvolvimento de cada nação.

Situando-se dentro do campo nacional das relações sócio-culturais, o problema da integração racial veio a ser um dos elementos privilegiados do debate político interno.

Nos anos 60, a conjuntura política latino-americana encontrava-se fundamentalmente marcada pelo choque da revolução cubana. Pela primeira vez, uma via "socialista" de desenvolvimento, afirmando a construção de uma nação sobre as bases prioritárias da satisfação das necessidades do "povo", marcava o continente com seu cunho. No mesmo momento a América Latina tomava consciência de sua dependência neocolonial ligada a um subdesenvolvimento capitalista e a mudanças provocadas por uma tase de industrialização crescente que envolvia diversos países, entre eles Brasil, Argentina e México, provocando uma série de crises de identidade. Os debates sobre a relação entre integração racial e integração social voltavam com vigor, devido a esta recolocação em questão, por um lado das relações sociais tradicionais de dominação de classe no plano interior e, por outro, das relações de dependência econômica, política e cultural com os países desenvolvidos e capitalistas do centro, principalmente os EUA. Na medida em que o "povo" se identificava a uma América Latina mestiça ou mulata, no seio da qual o elemento afro-americano tinha

um papel preponderante, a afirmação de uma identidade cultural nacional, conservando raízes africanas, tornava-se um elemento fundamental do jogo ideológico e político, ultrapassando as tradições latinas. Cuba e Brasil encontravam-se, assim, na encruzilhada de caminhos de um Terceiro Mundo latino-americano, em busca da solução para combater o subdesenvolvimento.

As ideologias ditas da negritude tiveram, na elaboração de uma primeira política africana dos Estados latino-americanos, um papel verdadeiramente revelador. Sabe-se como a "crise negra" de 1920 em Paris e o movimento da Renascença Negra ("New Negro") no Harlem tornaram-se fontes de um mito que, numa reação contra a colonização e contra a aculturação, retirará de uma raça oprimida, orgulhosa de sua rejeição ao Ocidente, as formas de sua expressão. No Novo Mundo, a América ibérica das guerras de independência — Haiti à parte — havia descoberto um destino "latino" sob a influência da França. Após a Primeira Guerra Mundial, no momento em que o declínio da Europa se acentuava e quando as novas classes dominantes ainda hesitavam em se inclinar em favor de um pan-americanismo com feições *yankees*, apareceram alguns artistas e etnólogos que punham em evidência os impactos da *africanidade* entre os povos destas nações. Herskovits, por exemplo, apresentou um quadro com escalas de intensidade dos africanismos da América, que bem reflete a importância deste impacto, e Tannenbaum propôs outro que apresentava uma imagem da distribuição geral dos negros e mulatos nos diversos países do Novo Mundo, em 1940. Nestas condições, a fase pós-latina de uma nova consciência nacional que atravessava os Estados americanos não podia deixar de ser comparada, por fim, ao problema do lugar dos negros na sociedade. Vitimas de um *damnatio memoriae* dos governantes ocidentalizados — liberados das memórias culpáveis do passado escravista que havia feito suas fortunas coloniais —, os negros reagiam, assim, à ideologia do "branqueamento", do "arianismo progres-

sivo", oriundo da chegada em massa dos imigrantes europeus, entre 1860 e 1920. A partir de então, a *latinidade* será contrabalançada pelas evidências da mestiçagem, chamada no Brasil de "miscigenação".⁵ Dessa forma, em Cuba e no Brasil a negritude tendia, nos anos 50, a valorizar o negro transplantado, ocidentalizado, na medida em que estivesse assimilado aos valores hispano-cubanos ou luso-brasileiros.

O negrismo mestiçado, a Revolução e a primeira política africana de Cuba

Em Cuba, uma solução social radical teria aberto a via revolucionária ideal, capaz de solucionar esta situação de crise. Segundo o discurso oficial, o "negrismo mestiçado" de Nicolas Guillén, por exemplo, nascido nos anos 30, que contestava a sociedade cubana "entreguista" e dependente dos Estados Unidos, tornou-se um dos elementos de base da nova *cubanidad*, que só se afirmou plenamente com a Revolução em 1959. Na formação desse processo de integração nacional — que atingiu, a partir de então, um estágio em que as causas sociais da discriminação racial e da segregação se encontram cortadas de suas raízes, a exploração dos trabalhadores —, a intensidade da influência africana, longe de exacerbar-se em práticas marginais de sobrevivência, só pôde se transformar numa mestiçagem biológica e cultural profunda, símbolo do destino comum da América vindoura. Porque, no Novo Mundo, esta mestiçagem não havia sido o resultado apenas de uma herança africana: as três raças — a Índia, a branca e a negra, das quais nasceu o novo homem do continente — constituíram em conjunto esta mistura, que só alcançaria toda a sua significação original através da emergência de um novo homem forjado pelo socialismo vencedor.⁶

No domínio da política externa da Cuba revolucionária, a tradução deste "negrismo mestiçado" teve consequências imediatas: Fidel Castro, desde o verão de 1960, sonhou organizar em Cuba uma "conferência

da fome", envolvendo os países subdesenvolvidos da África, da Ásia e da América Latina. É evidente que, levando em consideração o lugar ocupado, na época, pela Ásia e pela Iugoslávia no movimento de independência do Terceiro Mundo, a evidência dos fatos logo provocaria uma aproximação dos países destas regiões com a América Latina.⁷ O objetivo dessa reunião encontrava-se definido nos seguintes termos por Claude Julien, um observador: "levar Bandung para Havana; mostrar que a Revolução cubana representava um apoio não negligenciável no Terceiro Mundo e romper, assim, o complexo de isolamento que estimula as energias no interior, mas que corre o risco de tornar-se perigosa; e, sobretudo, mostrar que Cuba constitui, de fato, um teste para a atitude dos dois blocos em relação aos países subdesenvolvidos... O insucesso desta tentativa neutralista aproximou Cuba dos países do Leste".⁸ No entanto, na medida em que a África persistia em sua luta anticolonialista, marcada pelo espírito de Bandung, a revolução cubana, ao introduzir a América Latina no terceiro-mundismo militante, encontrava nos próprios latino-americanos um parceiro cujo peso só podia aumentar consideravelmente com a entrada, na cena mundial, dos Estados africanos independentes nascidos da descolonização inglesa, belga e francesa.

Entrementes, a diplomacia cubana logo percebeu a extrema diversidade de opções políticas dos novos países independentes do Terceiro Mundo. Seu objetivo prioritário caracterizava-se pela procura de uma ação comum com os regimes revolucionários engajados na Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia (OSPAA), cuja conferência de constituição se deu no Cairo, de 26-12-57 a 19-1-58. Por assim dizer, a Revolução cubana empenhou-se em compor laços estreitos de solidariedade entre os regimes políticos contrários aos centros do imperialismo, laços esses suscetíveis de causar crises agudas com os regimes moderados, provocando uma dinâmica de tensão no seio do Movimento dos

Países Não-Alinhados. Tal posição foi adotada não apenas em função da radicalização da revolução em Cuba, voltada para uma orientação socialista, claramente definida em 16 de abril de 1961, mas também devido às tensões cada vez mais agudas entre Washington e Havana, a tal ponto que a Declaração de San Jose (Costa Rica), de agosto de 1960, tornou-se o prelúdio de uma ruptura definitiva, praticamente consumada no fim desse mesmo ano. Em tais circunstâncias, a URSS não encontrou dificuldade alguma para propor sua ajuda a Cuba. E a aproximação soviético-cubana se definiu cada vez mais abertamente, apesar dos efeitos das divergências sino-soviéticas, que dividiam o mundo revolucionário em dois campos. Como constatava Manuela Semidei, "a resposta cubana à sua expulsão do sistema inter-americano não demorou muito: em 4 de fevereiro de 1962, a Segunda Declaração de Havana conclama toda a América Latina, bem como todos os povos subdesenvolvidos da Ásia e da África, para a revolução e para a luta contra o imperialismo norte-americano, 'um dos imperialismos mais ferozes, muito mais poderoso e muito mais implacável que o imperialismo colonial espanhol'". Assim, três anos depois da ascensão de Castro ao poder, o conflito entre os Estados Unidos e a revolução cubana se situará, a partir de então, no plano mundial".⁹ De fato, a crise dos mísseis — outubro de 1962 — irá se revelar como o momento mais crítico de uma tensão forte entre os Estados Unidos e a URSS, passando por Cuba; e o desenvolvimento das relações entre Havana e os movimentos de libertação nacional reunidos na OSPAA claramente se intensificaram depois de 1962.¹⁰

Esquemáticamente, poder-se-ia reduzir as relações cubanas com a África em três planos básicos: relações desenvolvidas entre governos, isto é, de Estado para Estado; relações estabelecidas entre um Estado revolucionário e um movimento de libertação nacional em luta contra a colonização; relações mantidas entre um Estado revolucionário e um movimento revolucionário

em luta no interior de um Estado independente, porém neocolonizado. Dessa forma, os Estados recém-independentes cuja moderação arriscava limitar o dinamismo revolucionário da Conferência dos Chefes de Estados ou dos Governos dos Países Não-Alinhados, fundada em Belgrado em setembro de 1961, não se beneficiavam da aberta simpatia de Havana, que escolhia seus interlocutores no campo dos Estados progressistas ou, pelo menos, em ruptura com as antigas metrópoles e sustentando concretamente os movimentos de libertação nacional antiimperialistas e os movimentos revolucionários radicais, "socialistas". A partir de 1963-1964, Cuba, a fim de ultrapassar a crise das querelas ideológicas sino-soviéticas e impulsionar ao máximo o movimento revolucionário, aspirava a sediar uma conferência tricontinental dos povos — e, não, dos Estados. Essa conferência se daria em Havana, em janeiro de 1966 (OSPAA). Pode-se dizer que, com a emergência do movimento de independência dos povos africanos, esta negritude latino-americana, ligada ao destino nacional das Américas negras, irá contribuir para ajudar a Cuba revolucionária a reencontrar o espírito de luta de libertação nacional de Bandung. Pois, para ser completa, a vitória dos povos do Terceiro Mundo deveria livrar a África de todo perigo neocolonial. Sem fazer da África o pólo determinante de sua política externa, os dirigentes cubanos retiravam da ideologia do "negritismo mestiçado" os elementos de uma solidariedade privilegiada com o continente negro, cuja intensidade se media pelo nível das mudanças das estruturas sociais internas, planejadas em cada país por seus militantes, que agiam num quadro de libertação nacional de tipo colonial clássico ou num quadro de libertação socialista de tipo pós-colonial.

Por original que seja, esta política sofreu, porém, múltiplas variações e flutuações do movimento revolucionário internacional, dividido entre Moscou e Pequim. No início de 1965, Che Guevara efetuara a primeira grande viagem oficial de um dirigente cubano à África, a fim de melhor

sondar a amplitude das opções revolucionárias de diversos líderes do continente. A primeira fase desta política africana de Cuba foi encerrada quando os dirigentes cubanos abandonaram o *élan* "guevarista", de guerrilha generalizada, comprovando amargamente o sucesso das operações anti-revolucionárias levadas a cabo pela aliança das novas classes dominantes dos países moderados e dos países do centro.¹¹ Como Havana considerava, após muitos incidentes, Moscou seu aliado oficial e como o período de transformações provocadas pela descolonização francesa, belga e inglesa chegava ao fim, a impressão de uma África estabilizada parecia, em 1968-70, então predominante. À sombra de uma África do Sul intentando associar-se ao império português na África Austral, com promessas de um belo futuro econômico, e do alívio dos líderes dos países moderados de uma África Negra à procura de construir as primeiras estruturas de uma colaboração econômica com a Europa, a África revolucionária encontrava-se isolada, da mesma forma que os movimentos revolucionários na América Latina.¹² Nesse período de refluxo revolucionário, a política cubana na África só pôde, a partir de então, limitar-se a manter relações com alguns Estados que haviam definido e mantido uma orientação anti-imperialista e com alguns movimentos revolucionários em luta na África portuguesa para a libertação da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, além de, ao mesmo tempo, multiplicar os protestos contra o regime do *apartheid*. Assim, foram instauradas relações com a Gana de N'Krumah, com a Guiné de Sékou Touré, o Congo-Brazzaville, a Zâmbia, a Tanzânia, a Guiné-Equatorial e a Somália.

A miscigenação, a mudança do regime brasileiro e as dificuldades da política africana de Brasília

Do lado brasileiro, a política africana dos anos 60 aparece como um elemento revelador de numerosas contradições. A

ruptura provocada pelo golpe militar de 1964 significa a suspensão de uma política terceiro-mundista aberta para a África descolonizada, inaugurada pelo presidente Jânio Quadros e continuada pelo presidente João Goulart. Mesmo assim, porém, Brasília jamais houvera contestado, em qualquer movimento, sua aliança fundamental com o mundo livre. O golpe de Estado provocou um desenvolvimento de relações privilegiadas com o bloco ocidental da África Austral e o abandono de todo o diálogo com o continente negro, suspeito de rejeitar a influência do Ocidente. Assim, a África do Sul de um lado e Portugal colonial do outro passaram a ser os dois centros de atração de uma nova aproximação com a África, que veio a ser considerada indispensável devido às vitórias do milagre econômico, à procura de outros parceiros comerciais e financeiros. Mas a primeira política africana do Brasil refletiria, realmente, os riscos de um projeto de mudança das relações sociais que as classes dominantes tradicionais haviam combatido, a fim de melhor garantir a segurança de seus privilégios? A questão permanece em suspenso. Todavia, esta primeira política africana — que só foi possível graças à tomada de consciência da negritude do Brasil, entre 1950 e 1960 — afirmou-se a partir de 1962, no momento em que o país começava a experimentar os efeitos de uma crise econômica profunda, e iria se encontrar, dois anos depois, rejeitada como elemento de perturbação.

Com efeito, a relação "Negro-Povo-Proletariado", que se transformara na esperança do "negrismo mestiçado" de Nicolas Guillén, apresentava características bastante semelhantes no Brasil, expressas de forma romanesca por Jorge Amado. Roger Bastide e sua equipe de jovens sociólogos descreveram admiravelmente como a "negritude se inscrevia no nacionalismo brasileiro por considerar como os únicos brasileiros autênticos (em face dos descendentes de estrangeiros) aqueles que possuíam, pelo menos, uma gota de sangue negro nas veias: 'O Brasil é uma nação de negros ou

meio-negros' ". Os efeitos da fase de industrialização acelerada que o Brasil conheceu após a Segunda Guerra Mundial acentuaram o deslocamento do grupo negro, do subproletariado ao proletariado propriamente dito, a tal ponto que o desenvolvimento da consciência de classe determinou tensões que interessaram a todos os trabalhadores, qualquer que fosse a cor de sua pele.¹³

Entretanto, a luta política estava viva no Brasil entre 1962 e 1964, e algumas correntes de pensamento podiam imaginar que um processo de igualdade racial não encontraria seu termo, a não ser sobre a base de uma igualdade social devidamente estabelecida. Por consequência, os projetos "reformistas" dos governos civis de Quadros e de Goulart haviam provocado muitas reticências — projetos que não continham na realidade orientação alguma tão radical quanto os vencedores dos idos de março de 1964 propalaram. Não rompia eles com os hábitos herdados de um modelo tão dependente do Ocidente que muitos ocidentais, também tão pouco suspeitos de socialismo quanto o General de Gaulle, considerava-os como verdadeiramente inadequados e irrealis? De fato, até 1964, as relações entre o Brasil e a África conheceram diversas etapas, cujos pontos fortes foram marcados pela condução da política externa de três presidentes, Kubitschek, Quadros e Goulart.

Foi obra do Presidente Jânio Quadros a descoberta política da África. Sua permanência no poder, de curta duração (de 31-01 a 25-08-61), não o impediu de libertar a política externa brasileira do domínio inter-americano, no qual se sobressaíra Juscelino Kubitschek, ao considerar as jovens nações independentes da África como parceiros relevantes para sua diplomacia. Tal política africana, contudo, foi marcada por contradições, mais ou menos assumidas. Personagem invulgar, Jânio Quadros certamente ficou impressionado com a irrupção na cena política, em 1960, das nações africanas de expressão francesa. O

excepcional impulso do Movimento dos Países Não-Alinhados e o aparecimento em massa dos Estados africanos que concretizavam o declínio dos impérios coloniais inglês e francês, permitiram-lhe dar à política externa brasileira uma excepcional dimensão mundial. Não obstante, estimulado pelo Chanceler Afonso Arinos de Mello Franco, o diálogo com os Estados Unidos não foi negligenciado e todas as ocasiões se revelaram boas para lembrar que o Brasil fazia parte do mundo ocidental; e a África do Sul, moralmente condenada devido ao *apartheid* e ao seu domínio sobre a Namíbia, continuava a ser um parceiro comercial privilegiado. Quanto à tentativa de solução esboçada para encontrar um compromisso entre Portugal e a África independente, a propósito das colônias portuguesas de Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, esta tentativa foi um fracasso. Ante a intransigência de Lisboa, o Brasil continuou a cultivar relações com Portugal e teimou em implementar a cooperação luso-brasileira, herdada de Vargas: o delegado brasileiro na ONU preferiu abster-se de votar a resolução 1.603 da XV.^a Assembléia Geral, que condenava a ação colonial de Portugal em Angola, que não estava conforme a Carta da Organização.¹⁴

As difíceis opções caíram sobre os ombros do Presidente Goulart, que procurou, mercê de sua política africana, empreender um primeiro diálogo Sul-Sul. É certo que o Brasil não rompeu nessa ocasião suas relações comerciais com a África do Sul, como esperava a OUA em maio de 1963, em Addis-Abeba, mas a influência de Pretória se achava bastante reduzida em Brasília. Sem romper também com Lisboa, o Brasil também não votava contra Portugal na ONU e começava a ajudar os movimentos revolucionários luso-africanos. Sem procurar um confronto com Washington, o Brasil também não queria mais ignorar Moscou ou Pequim, e Cuba não era considerada o inimigo irreconciliável do continente latino-americano. Em 1962 o Presidente Goulart cogitou realizar uma viagem à África, que afinal não se concretizou. No

entanto, seu propósito estava inserido num contexto ambicioso: permitir ao Brasil ter um papel privilegiado na reconstrução da economia, finalmente independente, destas jovens nações africanas que acabavam de alcançar sua soberania, imiscuindo-se, se necessário, nos circuitos comerciais que esses países mantinham tradicionalmente com a Europa, a fim de reforçar o próprio dinamismo da economia brasileira. O desafio era ousado, mas o período de crise econômica que, por um lado, o Brasil atravessava e, por outro, a superestimação da disposição política da maioria dos dirigentes africanos para encontrar os meios que possibilitassem a independência econômica, no momento em que a CEE pensava em novos laços com o continente negro, comprometeram esta estratégia.

Desde então, o Brasil procurou encontrar, na Europa, aliados capazes de auxiliá-lo a desenvolver suas relações com a África e a apoiá-lo na procura da construção de sua economia nacional independente. Re-colocando em questão o caráter dependente de suas relações comerciais e financeiras com os Estados Unidos, o Brasil, pouco a pouco, foi levado para o interior do quadro de uma estratégia estruturalista oriunda da Cepal, encabeçando as nações subdesenvolvidas da América Latina, com o fim de propor às outras nações do Terceiro Mundo a estabilização dos preços das matérias-primas. Em certa medida, a França, desembaraçada do problema argelino e ambicionando reatar a amizade com a América Latina, não era hostil a esta proposta. Como o Brasil, porém, pretendia assumir um papel de primeiro plano na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento — CNUCED, em abril de 1964, não estava menos obrigado a considerar as novas relações euro-africanas, instauradas depois das independências sob o estímulo da França. Do mesmo modo, não é falso pensar que as visitas do presidente Senghor e do General de Gaulle ao Brasil, previstas para o outono de 1964, com algumas semanas de intervalo, permitissem a instauração de uma triangular “franco-afro-

brasileira”, de que o golpe militar de abril de 1964 repeliu qualquer possibilidade.¹⁵

Com efeito, os fatos não aconteceram em setembro-outubro de 1964, quando do encontro de Senghor e depois do General de Gaulle com os dirigentes da Revolução de abril. É claro que o Marechal Castelo Branco não renunciou a toda a preocupação africana: a África existia e o Brasil devia conservar as relações comerciais e culturais, mesmo que estas fossem reduzidas; e o Brasil dos militares, inclusive, enviou um observador ao segundo encontro do Movimento dos Países Não-Alinhados, no Cairo, em outubro de 1964. O objetivo principal era, contudo, apoiar-se sobre um “conjunto luso-afro-brasileiro”, capaz de dar à comunidade luso-brasileira um novo impulso, que se abria, no contexto de uma total fidelidade ao Ocidente, no mundo branco da África Austral em pleno milagre econômico. As concepções geo-estratégicas dos militares brasileiros que tomaram o poder em abril de 1964, sobretudo aqueles da Escola Superior de Guerra, e expostas magistralmente pelo General Golbery do Couto e Silva, foram aplicadas com eficácia entre 1964 e 1968. Dando prioridade absoluta à concepção de segurança, que define uma dialética do inimigo externo e do inimigo interno no quadro de uma concepção de defesa do Ocidente, herdada da guerra fria, os militares brasileiros reconheceram no Atlântico Sul uma de suas fronteiras prioritárias e consideraram a formação de um triângulo Brasília—Lisboa—Pretória, com base nas colônias africanas de Portugal. Como a República da África do Sul e a Rodésia — que acabava de romper com Londres — se esforçassem por incluir Angola e Moçambique, que os portugueses pretendiam reorganizar economicamente, em sua área de domínio financeiro, o Brasil podia esperar encontrar aí seus parceiros comerciais privilegiados do continente africano. No entanto, até 68-69, a ambição de Brasília foi das mais modestas, pois era necessário, em primeiro lugar, solucionar a crise econômica interna e estabilizar o continente latino-americano. O apoio dado à

intervenção norte-americana em São Domingos, em 1965, constituiu a primeira etapa desta nova ordem que a América Latina iria conhecer, com a instauração dos regimes militares "gorilas" e o esmagamento das guerrilhas revolucionárias. Quando em 1969 o General Médici sucedeu ao General Costa e Silva, que fora vítima de uma trombose cerebral, os primeiros efeitos de um milagre econômico muito desigual começava a se fazer sentir no Brasil. Por conseguinte, o melhor meio de reforçar sua segurança não seria associar-se a Lisboa e Pretória, militar e economicamente, na tentativa de valorização de Angola e Moçambique?¹⁶

Desta maneira, a partir de 1964-66, a política africana do Brasil e de Cuba, definida em função dos interesses estratégicos de seus respectivos aliados — Estados Unidos e União Soviética — encontrava aplicações originais, segundo a evolução da situação africana. Enquanto os países moderados do continente negro continuavam a manter relações privilegiadas com a Europa — França e Inglaterra, suas antigas metrópoles —, os Estados "revolucionários" que haviam rompido em Paris e Londres procuravam, no terceiro-mundismo radical, um apoio que o não-alinhamento lhes permitia, parcialmente, obter. Relativamente isolados na África Negra e em busca de um novo alento que a Conferência de cúpula da Argélia só irá proporcionar em 1973, quando, sob o estímulo de Houari Boumediene, definiram-se as bases de uma nova ordem econômica mundial, estes países africanos revolucionários contavam muito com a ajuda de Cuba e dos países árabes mais engajados — Egito, Líbia, Argélia —, para não se desestabilizarem. Quanto aos movimentos de libertação nacional, estes marcavam passo na África portuguesa, com exceção, talvez, do da Guiné-Bissau, onde Lisboa não conseguia controlar a situação. Se os cubanos multiplicavam seus contatos com os dirigentes revolucionários "marxistas" da África portuguesa, os militares de Brasília reforçavam seus laços com Lisboa e faziam do bastião branco da África Austral

seu objetivo prioritário. Através da "comunidade luso-brasileira", os empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro — empresas privadas de capital brasileiro, empresas estatais e multinacionais — esperavam substituir Portugal para explorar Moçambique e, sobretudo, Angola. O futuro da "comunidade luso-brasileira" não iria pertencer a partir de então à antiga colônia de Lisboa em plena expansão econômica e face a um Portugal em busca de uma abertura após a morte de Salazar?¹⁷

II — A África da descolonização portuguesa e as vocações latino-africanas do Brasil e de Cuba (1970-1980)

A eficácia do "pragmatismo" da diplomacia brasileira: a ofensiva africana

Até 1973, Lisboa e Pretória continuaram a ser as duas principais portas de entrada do Brasil na África. Em ambas, as trocas comerciais aumentavam e as concepções geo-estratégicas se completavam. Um acordo comercial foi firmado entre a África do Sul e o Brasil em 18 de abril de 1969 e, em 1973, a África do Sul concedia a Brasília uma linha de crédito não negligenciável para desenvolver as relações comerciais. A parte da África do Sul nas trocas globais entre a África e o Brasil girava em torno de 12 a 14%; o Brasil, por sua vez, exportava para Pretória cerca de 1/3 de suas exportações para o continente africano. E mais, os investimentos sul-africanos interessavam ao Brasil, grande consumidor de aplicações estrangeiras, por ocasião da culminância de seu milagre econômico. Além disso, os projetos de defesa em comum do Atlântico Sul estavam seguindo um bom rumo, com a realização de manobras navais juntamente com Portugal.

Com Lisboa, as relações não podiam ser melhores. O Brasil se empenhava em negociar toda uma série de acordos técnicos (acordos bancários, comerciais etc.), sob a direção pessoal do Ministro da Fazenda, Deflim Netto, visando a favorecer uma pre-

sença maciça na África portuguesa antes do fim do ano de 1972; e o reforço dos laços especiais e privilegiados entre o Brasil dos militares e o Portugal de Marcelo Caetano alcançava mesmo o seu coroamento com a recepção ao Almirante Américo Thomaz, Presidente de Portugal, que traria para a antiga colônia os restos mortais do Imperador D. Pedro I, que proclamou a Independência do Brasil, em 1822. As cerimônias do 150.^o aniversário da Independência brasileira foram grandiosas tanto em Brasília quanto em Lisboa. Não obstante, 1972 não foi, propriamente, para o Itamarati, o ano da comunidade luso-brasileira. Por trás dos faustos das celebrações oficiais, o Brasil tomou como tarefa seduzir a Europa Ocidental e a África independente. A operação Europa estava facilitada: o milagre brasileiro brilhava com todas as suas luzes, e todos os países europeus se precipitavam em investir.

Com a África independente, porém, a operação era mais delicada. Os líderes moderados do mundo negro não esqueciam as reservas no acolhimento ao Presidente Senghor em 1964, e mesmo se certos países, tais como a Costa do Marfim, mantinham com Pretória relações consideradas culpáveis segundo a OUA, a intensidade de laços entre Brasil, Portugal e a África do Sul continuava a provocar uma certa frieza. Esquentar as relações entre o Brasil e a África Negra foi o objetivo do Chanceler Gibson Barbosa, objetivo conseguido com sucesso após as duas viagens efetuadas, uma em outubro-novembro de 1972 e a outra em janeiro-fevereiro de 1973. Nove países da África Negra Ocidental foram visitados pelo chanceler brasileiro, que assinou 15 novos acordos, renovou dois e estabeleceu um acordo geral de cooperação. Depois de haver percorrido Costa do Marfim, Togo, Benin, Zaire, Camarões, Gabão, Nigéria, Gana e Senegal, Gibson Barbosa visitou algumas semanas mais tarde dois países da África Oriental, o Egito e o Quênia, finalizando em Israel.

De fato, as razões da ofensiva africana do chanceler brasileiro eram de duas

ordens: sair do isolamento relativo em que se encontrava mergulhado o Brasil ante os países do Terceiro Mundo, após a derrubada do Presidente Goulart, e obter para a economia brasileira acesso a novos mercados. Por mais importante que fosse, o mercado sul-africano não era único nesta África em plena mutação, onde novos gigantes, como a Nigéria, e parceiros dinâmicos, como a Costa do Marfim, o Gabão ou o Zaire, pareciam surgir. E a industrialização acelerada da economia brasileira poderia obter novos mercados. Considerando a competitividade da indústria brasileira suficiente para atacar os mercados até então reservados à Europa, o Itamarati encontrava, no solo africano, o laboratório ideal para pôr em prática uma nova política de relações internacionais, de tipo Sul-Sul.

País semi-industrializado, não poderia o Brasil vender seus produtos manufaturados, seus bens de equipamentos e até mesmo tecnologia como o faziam os países capitalistas adiantados, afirmando que tais produtos e técnicas eram melhor adaptáveis ao mundo africano por ser também o Brasil um país em vias de desenvolvimento, e mais, um país tropical? País produtor de matérias-primas — café, açúcar, cacau — e conhecendo agudos problemas de subdesenvolvimento, não teria também o Brasil interesses comuns com os outros países produtores africanos ante a delicada questão do aviltamento dos termos de troca? Sem colocar em causa os princípios de segurança que haviam levado o Brasil dos militares a transformar os ideais das democracias ocidentais em sistemas repressivos, Brasília procurava defender os interesses dos setores agro-exportadores, que permitiam alcançar retornos elevados, contestando em certa medida as práticas dos países consumidores, e com a esperança, manifestada na Argélia em setembro de 1973, de uma nova ordem econômica internacional. No entanto, para os militares brasileiros a construção desta ordem não podia ser baseada na existência de um sistema conflituoso. Quando muito um mínimo da reivindicação dos países produtores merecia

ser imposto, se necessário por uma certa contestação. Nestes limites, o Itamarati tinha um papel importante a desempenhar como elemento privilegiado nas relações entre o mundo industrial e os países subdesenvolvidos. Desde o fim do ano de 1973, as primeiras conseqüências comerciais e diplomáticas desta política se manifestaram. Diversos ministros africanos chegaram a Brasília. Mas a crise do outono de 1973 levou o Itamarati a tomar diversas iniciativas para não perder o benefício da ofensiva da diplomacia brasileira. E estas iniciativas, tomadas com maior ou menor rapidez conforme os acontecimentos, iriam provocar algumas reviravoltas dilacerantes na política externa do Brasil.

Entre as últimas semanas do ano de 1973 e os primeiros meses de 1974, quando o General Geisel substituiu o General Médici e o Chanceler Azeredo da Silveira tomava a direção do Itamarati (15 de março de 1974), dois aspectos importantes da política externa brasileira foram modificados. Antes de tudo, a guerra do Yon Kippour, em outubro de 1973, havia de imediato destruído toda a esperança de conciliação entre os países árabes e Israel. Em seguida, em abril de 1974, um golpe militar de Estado derrubou o governo de Marcelo Caetano, em Portugal. Nos dois casos, a política externa do Brasil conseguiu adaptar-se admiravelmente às circunstâncias e, através de hábeis manobras, transformou esta profunda mudança em promessas espetaculares. A visita de Gibson Barbosa ao Egito, e mais, o desenvolvimento cada vez mais intenso das relações comerciais de um Brasil consumidor de petróleo com os países árabes da África do Norte e do Oriente Médio, contribuíram para que o Itamarati melhor compreendesse o ponto de vista dos países daquelas regiões. É certo que a política externa brasileira havia se mostrado favorável à causa israelense, mas em sua passagem pelo Cairo, Gibson Barbosa assinou uma declaração confirmando a adesão do Brasil à Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, votado em 1969, após a Guerra dos Seis Dias. O Itamarati definia

sua posição como "equidistante" em relação aos beligerantes e aspirava a uma solução de compromisso. Esta primeira abertura do Brasil permitiu à empresa Braspetro — filial da Petrobrás e encarregada de todas as operações petrolíferas fora do território brasileiro — multiplicar os acordos de prospecção e de transporte do petróleo com os diferentes países árabes da África e do Oriente Médio. Além disso, foram estabelecidas associações financeiras com alguns países árabes e o Brasil tinha como certo conseguir investimento em petrodólares, a partir de 23 de dezembro de 1973, quando os seis países do Golfo Pérsico, membros da OPEP, dobraram os preços de seu petróleo bruto, principalmente porque pouco antes (17 de outubro) o Brasil tinha sido afastado, sem dificuldades, da lista de países suscetíveis de serem vítimas de um embargo petrolífero. No entanto, o ponto culminante de melhoria das relações entre Brasília e os países árabes foi o voto do delegado brasileiro, em 11 de novembro de 1975, para a resolução da Assembléia da ONU, segundo a qual "o sionismo é uma forma de racismo". A "equidistância" inclinava-se então em detrimento de Israel, mas, efetivamente, a posição brasileira, muito próxima da dos países moderados do mundo árabe, evoluía como a do Egito ou a da Arábia Saudita, numa direção muito favorável ao Ocidente. A partir daí, a cooperação árabe-brasileira foi bastante fortalecida: importantes contratos foram assinados com o Iraque e Argélia, os quais podem marcar uma nova fase do diálogo Sul-Sul.

Em 25 de abril de 1974, com a queda do regime de Marcelo Caetano em Portugal, teve início um processo de descolonização que terminaria em 11 de novembro de 1975, com a independência de Angola. Ante esta outra situação embaraçosa, a política africana do Brasil evoluiu muito rapidamente. Em 18 de maio de 1973, em seguida à visita do General Médici a Portugal, a ausência de qualquer referência à situação africana, no comunicado comum, espantou os observadores. Fazia-se sentir uma divergência de pontos de vista entre

Lisboa e Brasília que afrouxava os laços da "comunidade luso-brasileira", tão magnificamente celebrada no ano anterior. De fato, muitos países africanos, como Senegal e Gana, haviam defendido os pontos de vista do movimento de libertação nacional da Guiné-Bissau junto ao Itamarati. A ofensiva africana do Chanceler Gibson Barbosa não seria — acreditavam os africanos — verdadeiramente confiável, a não ser que a posição de Brasília se modificasse quanto à situação da África lusófona. O Itamarati estava disposto a adotar certas nuanças. E os diplomatas brasileiros, sem dúvida, tentaram pressionar Lisboa para que Portugal se empenhasse em resolver a situação. É verdade que, por essa ocasião, circulava clandestinamente o ensaio do General Spínola, consagrado ao futuro de Portugal.¹⁸ Oficialmente, contudo, a tese da equidistância, desenvolvida a propósito de Israel e dos países árabes, não podia ser proclamada em Brasília, que era até mesmo obrigada a desmentir que tivesse um eventual papel de mediador entre a África e Portugal. A 15 de outubro de 1973, a apenas alguns dias da votação da ONU sobre a ascensão da Guiné-Bissau à independência, o chefe da divisão da África do Itamarati foi levado a acentuar, em entrevista à imprensa, que "em pouco tempo o Brasil será obrigado a apoiar na ONU as reivindicações das províncias portuguesas de além-mar, para que possa obter o apoio político de uns 50 países africanos".¹⁹ Se o Itamarati, em certa medida, considerava muito pertinente a análise do Presidente Senghor — segundo a qual o colonizador português devia imaginar um processo de descolonização que não permitisse aos movimentos marxistas de libertação nacional, de Angola e Moçambique, o benefício de uma radicalização que a deterioração da situação militar possibilitava —, também não permanecia igualmente menos sensível ante a tese "luso-afro-brasileira" do General Spínola, aceitando o princípio do direito à autodeterminação dos povos. Ainda assim, após o 25 de Abril, Brasília não empreendeu qualquer ação capaz de criar dificuldades ao governo por-

tuguês revolucionário: o Brasil afirmava sua neutralidade entre os protagonistas africanos e Portugal, recusando-se sempre a aparecer como mediador. Em junho-julho de 1974, a radicalização da revolução portuguesa obrigou Brasília a reconhecer, em 18 de julho, o Estado independente da Guiné-Bissau, fato que não provocou qualquer tensão com Lisboa porque o General Spínola, afastado do poder em 9 de julho, não mais podia frear o movimento de descolonização imposto pelos jovens oficiais do Movimento das Forças Armadas, e as negociações entre Lisboa e o PAIGC da Guiné-Bissau foram conduzidas com maior rapidez.

Esta política foi retomada em relação a Moçambique e Angola: reconhecendo o MPLA como o único capaz de construir o Estado independente da descolonização, quando a guerra civil estava às portas de Luanda e as tropas sul-africanas continuavam sua ofensiva, não esperava o Itamarati, dessa forma, fazer-se "perdoar" pelos nove longos anos de apoio ao colonialismo português? A escolha era, no conjunto, audaciosa porque o mundo ocidental era hostil ao movimento de libertação de Agostinho Neto, não escondendo sua preferência pela Unita de Jonas Savimbi e, sobretudo, pelo FNLA de Holden Roberto, muito próximo do Zaire francófono. Ora, além disso, os países socialistas apoiavam ativamente o MPLA e Cuba já havia enviado seus primeiros combatentes. Assim, Brasília se obstinava em ratificar, por sobre os interesses divergentes do mundo ocidental, a excepcional atenção dada à África lusófona. O pragmatismo com que Azeredo da Silveira resolveu a crise da descolonização portuguesa permitiu ao Itamarati fazer Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe o ponto forte da política africana do Brasil; volver com a África independente, graças às duas viagens que Azeredo da Silveira fez à África: ao Senegal em novembro de 1974 e à Costa do Marfim em junho de 1975. Em retribuição, o Itamarati recebia

diversas personalidades africanas, entre as quais o Presidente Bongo, do Gabão, em outubro de 1975, e o Presidente Senghor, em novembro de 1977.²⁰ Acordos de cooperação cultural, comercial e técnica selaram estes múltiplos encontros, nos quais o Brasil se esforçava em se aprovisionar de matérias-primas que não produzia — fosfatos, petróleo etc. — em troca da venda de produtos industriais e de tecnologia (construção de auto-estradas, em particular). Paralelamente, a política do Brasil encontrava-se muito ativa no que se refere à solidariedade com os países produtores de café, açúcar, cacau, na qual a aliança com os países africanos começava a dar os seus primeiros frutos. Certamente o resultado não era semelhante ao da Venezuela, que, reforçada pelo Equador, multiplicava suas relações com a Argélia, a Líbia e a Nigéria, na OPEP, mas estava longe de ser negligenciado, ao ponto de contribuir para obrigar os países ocidentais a encarar a criação de um diálogo Norte-Sul. Em todo caso, as relações comerciais do Brasil com a África tornaram-se cinco vezes maior em cinco anos: de 1972 a 1977, as exportações passaram de 90 milhões de dólares para 570 milhões e as importações, de 153 para 552 milhões de dólares. Em 1977, o saldo continha até mesmo um *superavit* de 18 milhões, depois de ter conhecido um *deficit* de 244 milhões de dólares, em 1974. No Ocidente, a política africana do Brasil havia adquirido, a partir de então, uma dimensão original que não era mais possível ignorar.

O compromisso internacionalista de Cuba e a intervenção armada no continente africano

O problema das relações entre Cuba e a África durante este mesmo período não se colocou em termos de balança comercial mas, sim, de "solidariedade revolucionária". Para Fidel Castro, a cartada africana constituiu uma peça essencial da estratégia revolucionária: "A África — declarava ele em 1977 — é hoje a malha mais fraca do

imperialismo. Foi lá que se cometeram, nestes últimos tempos, os maiores crimes contra os povos. É lá que existem excelentes perspectivas para se poder passar quase do tribalismo para o socialismo, sem ter que atravessar as diversas etapas que foram percorridas em algumas outras regiões do mundo. Se somos militantes revolucionários, temos o dever de apoiar a luta antiimperialista, anti-racista e antineocolonialista. A África revela-se, hoje, de importância extrema. Aí, a dominação imperialista não é tão forte quanto na América Latina".²¹ Ora, como Cuba foi uma terra de escravos onde o "sangue africano corre abundantemente em nossas veias", como Cuba não é "somente um país latino-americano, mas também um país latino-africano", os "deveres internacionalistas" impõem a ajuda à revolução na África. E a eclosão da operação Carlota em Angola foi, na época da descolonização portuguesa, a manifestação mais espetacular desta "solidariedade".

Na verdade, a ajuda cubana ao Movimento Popular de Libertação de Angola — MPLA, era anterior a novembro de 1957. A partir do momento em que a revolução portuguesa, sob o ímpeto do MFA (Movimento das Forças Armadas) se radicalizou e o processo de descolonização do império de além-mar foi-se acelerando, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde — PAIGC, de um lado, e a Frente de Libertação de Moçambique — Frelimo, do outro, constituíram os fundamentos dos novos Estados Independentes. A luta pelo poder entre os três grandes movimentos de libertação de Angola tornavam a situação mais confusa. A presença de um destacamento militar cubano — cuja intervenção foi decidida devido à penetração de tropas sul-africanas provenientes da Namíbia — transformou-se no elemento decisivo da formação de um Estado independente dirigido pelo MPLA. Que esta intervenção cubana tenha acontecido por instigação ou não de Moscou, não impediu que os cubanos pusessem em evidência a conjunção da luta dos países socialistas e dos povos do Terceiro Mundo, no Movimento dos Países

Não-Alinhados.²² E, nas últimas semanas de 1977, uma nova intervenção armada de Cuba, desta vez em completa coordenação com a União Soviética, permitiu à Etiópia obrigar a Somália a recuar de sua invasão na região de Ogaden.²³

No entanto, antes da chegada das forças cubanas à Etiópia, a política africana de Cuba não se limitava exclusivamente à intervenção militar. Esta não passava de um elemento entre outros — é certo que com um peso decisivo e excepcional —, de uma solidariedade revolucionária que se exercia graças a numerosos acordos técnicos de cooperação com uma quinzena de países. A surpresa das chancelarias ocidentais ante a eficácia desta ofensiva internacionalista da política cubana na África foi total. E os órgãos de informação não se abstiveram de criticar severamente esta ingerência num continente onde a descolonização dos anos 80 tornara habitual o desenvolvimento das relações euro-africanas. Diferentes estratégias foram, então, pensadas para evitar que as crises de poder na África não levassem a uma desestabilização em cadeia. Mas, se o importante esforço realizado por Cuba na África conseguiu compensar o revés do processo revolucionário dos anos 60 na América Latina, ficou demonstrado também que as relações Sul-Sul se inserem na confrontação Leste-Oeste, entrando no jogo de relações entre o Norte desenvolvido e o Sul subdesenvolvido, onde oscilam as alianças entre os partidários de um tipo de relação conflituosa ou de relação fundamentada sobre o diálogo.

Conclusão: a intensificação das relações América Latina-África no início dos anos 80

O fato de a diplomacia de um país como o Brasil, com um processo rápido de industrialização que lhe impunha a necessidade de encontrar novos parceiros, ter aceito reconhecer em Angola um poder que o corpo expedicionário cubano contribuía a se

estabelecer, mostra o grau de margem de manobra política de um regime estreitamente ligado a Washington, visto que a África — ao contrário da América Latina, área protegida, e do Sudeste asiático, onde o choque foi rude — não foi percebida pelos Estados Unidos como peça chave de uma manobra estratégica fundamental. Pelo menos, o lugar de aliado europeu lá era muito grande e ainda muito suscetível para tolerar a eventual ação direta de um concorrente tão respeitável. Na verdade, um lobby negro nos Estados Unidos tentou chamar a atenção para este continente, mas a compreensão necessária em relação a certos movimentos de libertação nacional não estava conforme os esquemas herdados da guerra fria. A diplomacia brasileira, ao contrário, conseguiu adaptar-se a esta situação e, ajudada pelos laços culturais lusófonos, empreendeu o estabelecimento de relações Sul-Sul dentro dos limites da abertura pan-americana.²⁴ País semi-industrializado, funcionando segundo os critérios de organização capitalista, o Brasil empregou uma dinâmica própria para estabelecer na África relações Sul-Sul dentro de uma perspectiva de concorrência com os países europeus, abordando um domínio no qual os Estados Unidos não possuíam ainda posições bem definidas.²⁵ Por sua vez, as iniciativas por parte de Cuba na África também não foram conformes a política africana da União Soviética. País subdesenvolvido, com graves problemas de crescimento, tendo obtido resultados espetaculares em um sistema de economia socialista, Cuba, frente a um conflito de dimensões continentais com os Estados Unidos, encontrou na África um novo sopro revolucionário dentro dos limites de abertura do campo socialista. Embora a política cubana para a África tenha deixado de ser tão enfatizada aos olhos dos órgãos de informação ocidentais, nem por isso ela deixou de se desenvolver e apresenta uma nova dimensão na luta contra o subdesenvolvimento, com a ascensão de Fidel Castro às responsabilidades de presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados.

A partir desses dois casos, exemplares em sua própria oposição, outros países da América negra empreendem a renovação das relações, interrompidas no século passado, concomitantemente ao fim do tráfico de escravos e o começo da colonização européia na África. O próprio contexto das lutas contra o subdesenvolvimento nos dois continentes contribui para que os Estados latino-americanos em seu conjunto, bem como os Estados africanos, se empenhem numa cooperação baseada nos resultados de diversas experiências de dependência. Em 1977, por exemplo, a Comissão Econômica para a África - CEA, e a Comissão Econômica para a América Latina - Cepal, propuseram o estabelecimento de um programa de ação inter-regional, para promover a cooperação técnica e econômica entre a África e a América Latina. Em 5 de novembro de 1979, uma delegação do secretariado da Comunidade Econômica da África Ocidental concluiu, em Lima, um acordo de cooperação agrícola, industrial e tecnológica com os países do Pacto Andino. Este acordo concretizava certas medidas que os delegados das quatro organizações africanas de cooperação econômica (Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos, União do Rio Mano, Comissão Econômica para a África e Comunidade Econômica da África Ocidental) haviam esboçado durante a importante reunião ocorrida em Lima, em outubro do mesmo ano. Encontrando-se posteriormente na Guatemala, os mesmos delegados efe-

tuaram diversas reuniões de trabalho com representantes do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA). E no dia 4 desse mesmo mês de outubro, os representantes da Organização de Unidade Africana - OUA, e da Organização dos Estados Americanos - OEA, tiveram em Washington uma série de seminários.

No plano político, econômico e comercial, como também no plano cultural, as relações América Latina-África se assentam e se intensificam.²⁶ Elas não mais dizem respeito apenas aos países latino-americanos com uma tradição escravagista: o México reivindica sua posição terceiro-mundista; a Venezuela descobriu o Oriente Médio e os países africanos, através da OPEP. E também não dizem respeito apenas à África negra e aos países da África do Norte, muito negligenciados no presente estudo. Diversos exemplos de cooperação triangular existem entre a América Latina e os países árabes do Oriente Médio em relação à África. Em suma, novas relações Sul-Sul, determinantes para o futuro da Europa, estão em vias de se concretizar ante nossos olhos.²⁷ Tomará o Velho Continente rapidamente consciência do desafio colocado por esses "diálogos dos Novos Mundos"?²⁸ A evolução da política africana do Brasil e de Cuba depois de 1960 não está a demonstrar a urgência da tomada de consciência de um problema que descortina um novo horizonte para as relações internacionais?

Tradução: Maria Helena de Oliveira Barbosa

NOTAS

1. Cf. o artigo de Michel Jobert, "Dialogues des Nouveaux Mondes", in *Jeune Afrique*, n.º 1.011 (21-5-80), o trabalho de Marcel Niedergang, *Les 20 Amériques Latines* (1.ª edição, Paris: Plon, 1965, 675 p.; 2.ª edição, Paris: Seuil, 1965, 3 vols.), e também o de Hervé Bourges e Claude Wauthier, *Les 50 Afriques* (Paris: Seuil, 1979, 2 vols.), prefaciado por Joseph Ki-Zerbo.
2. A expressão foi usada como um slogan por Fidel Castro para definir a realidade cubana, de 1975, em seu discurso no comício popular de encerramento do 1.º Congresso do Partido Comunista Cubano, em 22 de dezembro de 1975: "... dissemos aos Yankees - proclamava o líder cubano - que não se esqueçam que não somos apenas um país latino-americano, mas também um país latino-africano" - cf. Fidel Castro, *Bilan de la Révolution Cubaine* (Paris: Maspéro, 1976, p. 335). Dois anos mais tarde, a publicação - eco e resposta - da mensagem à nação do Presidente Geisel, pronunciada em 1.º de março de 1978 no Congresso, definia, a partir do próprio título, a política externa brasileira nos seguintes termos: "A América Latina e a África, Prerrogativas Preliminares da Diplomacia Brasileira" (cf. *Resenha*

- de *Política Exterior do Brasil*, n.º 16, jan.-março de 1978, p. 7-21). Para uma boa informação sobre este tópico, em língua francesa, o leitor poderá consultar as seguintes obras e artigos de Guy Martinière: "Brésil, la Politique Africaine (1970-1976)", in "Problèmes de l'Amérique Latine", n.º XLVIII, conjunto de trabalhos publicados em *Notes et Études Documentaires*, n.º 4.474 (Paris: La Documentation Française, 13-7-78); *Le Brésil et l'Afrique: les Nouvelles Formes des Relations Internationales des Amériques Latines* (Paris: FNSP, Audir, II-567 p.); "Cuba et l'Afrique", in *Problèmes Politiques et Sociaux*, n.º 347 (Paris: La Documentation Française, 13-10-78), 52 p.; "Héritage National et Solidarité Anti-Impérialiste: la Vocación Latino-Africaine de Cuba", in *Le Monde Diplomatique* (jan. de 1979). Sobre os problemas de dominação ideológica e de transferência cultural, o conceito de "latinidade" da América Latina é analisado em Guy Martinière, *Les Amériques Latines, une Histoire Economique* (Grenoble: Presses Universitaires, 1978, 352 p.), p. 33-43. Sobre a "cartada africana", pode-se consultar as obras recentes de Jean-Pierre Roux e Philippe Gaillard, "Après le Repli Portugais, cette fois, l'Afrique Noire", in *Cahiers de la Fondation pour les Études de Défense Nationale*, n.º 4 (maio de 1976), com prefácio de Claude Cheysson; Gérard Chaliand, *L'Enjeu Africain: Stratégie des Puissances* (Paris: Seuil, 1980); Jean Ziegler, *Main Basse sur l'Afrique* (Paris: Seuil, 1978); e Pierre Biarnes, *L'Afrique aux Africains, 20 Ans d'Indépendance en Afrique Noire Francophone* (Paris: A. Colin, 1980), etc. Enfim, sobre os problemas de política externa dos Estados do Terceiro Mundo, o trabalho de Edmond Jouvé, *Relations Internationales du Tiers-Monde* (Paris: 1976), é fundamental. Cf. também o bom testemunho de Albert Paul Lentin, *La Lutte Tricontinentale. Impérialisme et Révolution après la Conférence de la Havane* (Paris: 1966); sob a direção de J. B. Duroselle e J. Meyriat, "La Communauté Internationale Face aux Jeunes Etats", in *Cahiers FNSP*, n.º 126 (1964) e "Les Nouveaux Etats dans les Relations Internationales", *op. cit.*, n.º 121 (1964).
3. Cf. o testemunho de Gilberto Freyre, *Les Portugais et les Tropiques* (Considérations des peuples autochtones et de cultures différentes de la culture européenne dans un nouveau complexe de civilisation: la civilisation luso-tropicale) (Lisboa: 1961), p. 311. Do mesmo autor, consultar ainda o clássico *Maîtres et Esclaves. La Formation de la Société Brésilienne* (Paris: 1952, reeditado em 1974); "Uma Política Transnacional de Cultura para o Brasil de Hoje", in *Estudos Sociais e Políticos* (Belo Horizonte: 1960); "L'Expérience Afro-Brésilienne", in *Le Courrier de l'Unesco* (ago.-set. de 1977), etc.
4. Pierre Paraf, *Le Racisme dans le Monde* (5.ª edição, Paris: Payot, 1972, 250 p.), p. 148.
5. Não se pretende saber aqui se esta miscigenação constitui uma forma de discriminação ou uma marca de tolerância racial. De mais a mais, nos países andinos ou na América Central, a emergência da indianidade conheceu uma evolução semelhante em suas linhas gerais, provocando uma agitação cultural indianista-indigenista na primeira metade do século XX. Na verdade, não é possível, nestas poucas linhas, fornecer uma bibliografia correta sobre o tema da negritude na América. Além dos testemunhos dos autores — Césaire, Senghor, Depestre, Guillén, Carpentier etc. —, indicar-se-á a útil colocação de Jacques Chevrier, *Littérature Nègre* (3.ª edição, Paris: A. Colin, 1974). Este tema permanece com uma efervescente atualidade nas Antilhas "francesas" (cf. o número de abril de 1980 da revista *Europe*, "Martinière, Guadeloupe, Littératures"). Foi particularmente abordado nos debates da grande manifestação cultural do Caribe — Carifesta —, organizado em Cuba em 1979. O leitor de língua francesa poderá obter uma excelente síntese através de Roger Bastide, *Les Amériques Noires. Les Civilisations Africaines dans le Nouveau Monde* (Paris: 1967), e *Le Prochain et le Lointain* (Paris: 1970). Finalmente, sobre os problemas da escravidão, cf. o recente e muito bem documentado trabalho de Katia M. de Queirós Mattoso, *Être Esclave au Brésil* (Paris: 1979).
6. Ver os artigos de Julio Le Riverendo e Nicolas Guillén em "África en América", número especial da revista *Casa de las Americas*, n.ºs 36-7 (maio de 1966), ou ainda o de Alejo Carpentier em *Le Courrier de l'Unesco* (ago.-set. de 1977), no número dedicado à América Latina e intitulado "L'Amérique Latine. Immense Mosaïque de Cultures". Sobre o mesmo assunto, ver *Africa en América Latina*, organizado sob a direção de Manuel Moreno Fraginals (Paris/México: Unesco/Siglo XXI, 1979).
7. Sobre este ponto, cf. o artigo de Thai Quang Trung, "Tito, le Pédagogue du Tiers-Monde", in *Relations Internationales*, n.º 18 (verão de 1979), p. 189-212, número especial acerca dos limites da descolonização.
8. Claude Julien, *La Révolution Cubaine* (Paris: Julliard, 1961), p. 163-4. A bibliografia sobre este assunto é de grande interesse; surpreenderá o leitor a recente posição de André e Francine Demichel, em *Cuba* (Paris: L.G.D.J., 1979, 420 p.) — clara, precisa, sem dissimular uma orientação favorável ao regime fidelista.
9. Manuela Semidei, "Les Etats-Unis et la Révolution Cubaine", in *Cahiers de la F.N.S.P.*, n.º 166 (Paris: 1979). Consultar-se-á com proveito a obra coletiva, publicada sob a direção de Carmelo Mesa-Lago, *Revolutionary Change in Cuba* (Pittsburgh: 1971), bem como as separatas da revista *Cuban Studies. Estudios Cubanos*, publicadas pela Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos.
10. Uma intensa atividade reinava nos meios terceiro mundistas, onde a Argélia detinha um novo papel como pólo de atração. O seqüestro, em 29 de outubro de 1964, em Paris, de Mehdi Ben Barka — encar-

regado de preparar a Conferência da OSPAAAL — e o seu assassinato, mostram a aspereza dos conflitos nos primeiros contatos Norte-Sul, que se iniciaram com a descolonização. É na Argélia que vivia o ex-Governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes, expulso pelos militares brasileiros.

11. Cf. nosso artigo "Cuba et l'Afrique", *op. cit.*, p. 40, principalmente nas passagens que se referem à "presença militar cubana na África antes de em Angola". E mais, acredita-se que "Che" retornara à África em julho de 1965, onde ter-se-ia engajado na guerrilha contra os formosários brancos de Moïse Tchombé durante nove meses, até março de 1966. Na volta, ele se preparou para juntar-se, em novembro, ao foco guerrilheiro boliviano, que iria ser-lhe fatal.

12. Sobre o refluxo do movimento guerrilheiro na América Latina, ler Régis Debray, *La Critique des Armes* (Paris: Seuil, 1974, 2 vols.).

13. Roger Bastide, *Le Prochain et le Lointain*, p. 72 e ss. Ver também os trabalhos de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso etc. Sobre a primeira política africana do Brasil, consultar José Honório Rodrigues, *Brasil-África: Outro Horizonte* (2.^a edição corrigida e aumentada; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, 2 vols.). No que se refere à negritude brasileira, Roger Bastide afirmava que se tratava de um "mito proveniente da Europa, mas que no Brasil adquiria características originais, porque aqui não se trata de uma reação contra a colonização ou contra a aculturação, e sim contra a vontade dos brancos de não perderem, numa situação de competição profissional, os cargos de direção da totalidade da sociedade. Com efeito, a negritude não valoriza aqui (ao menos nesta época) a África, que continua sendo considerada um continente "bárbaro", "selvagem"; valoriza sim o negro ocidentalizado, assimilado aos valores luso-brasileiros, embora seja, contudo, rejeitado pela comunidade, ocupando unicamente posições inferiores. Ela valoriza a cor, não a cultura... O objeto da discriminação valorizado nas sociedades colonialistas era a África; nas sociedades de formação escravagista, era a barreira da cor" (*op. cit.*, p. 72-3). Em um artigo intitulado "Roger Bastide, Sourcier et Sorcier de la Négritude", o Presidente Senghor rendeu-lhe homenagem — cf. *Liberté 3. Négritude et Civilization de l'Universel* (Paris: Seuil, 1977).

14. Sob o impulso do Presidente Jânio Quadros, foi decidida a abertura de quatro embaixadas brasileiras, respectivamente em Gana, Senegal, Nigéria e Benin, e a criação do Departamento de África no Itamarati. Faz-se necessário assinalar ainda o importante papel exercido pelo embaixador Adolfo Justo Bezerra de Menezes na orientação da política externa brasileira para a África (ver sua obra *O Brasil e o Mundo Ásio-africano*, Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1960).

15. Sobre este ponto, cf. o testemunho de Gilles Gozard, antigo delegado da França na Communauté Européenne de Charbon et de l'Acier — Ceca, colaborador de *Notre République* e de *La Nation*: "A conclusão e a assinatura da nova Convenção de Yaounde I (Associação da Comunidade Econômica Européia e da Associação com os Estados Africanos e Malgaxes) revelaram e acanturaram as preocupações do continente latino-americano quanto à concorrência que poderia ser feita pelos produtos originários de países africanos e malgaxes nos mercados da área da CEE. Resultou daí um novo desenvolvimento nas conversações entre países latino-americanos e a CEE, para o qual, já se pode dizer, não faltarão fórmulas, sem dúvida novas, mas perfeitamente eficazes no estabelecimento do intercâmbio entre as partes interessadas e na ordenação de sua cooperação com vista ao desenvolvimento latino-americano. No entanto, não será progressivamente — e sim bastante lentamente — que as relações entre os países da América Latina e a CEE se organizarão e se institucionalizarão. Tal fato será ainda mais lento na medida em que deverá ser posto em prática, levando em conta o que se passa na África e mesmo na Ásia e em outros países em vias de desenvolvimento que também aspiram a beneficiar-se ao menos de uma parte do que consideram como um estatuto privilegiado dos países africanos e malgaxes, associados *vis-à-vis* da CEE. É, dessa forma, um problema que ultrapassa necessariamente o limitado quadro das relações entre a Comunidade Econômica Européia e os países da América Latina, problema que existe e que se faz necessário resolver"; in *Demain l'Amérique Latine*, com o prefácio de François Perroux, "Le Nouveaux Dialogue entre l'Europe et l'Amérique Latine" (Paris: 1964), p. 246-7. Consultar também as intervenções do Presidente Senghor na Academia Brasileira de Letras (Rio, 20-9-64), versando o tema "Le Brésil dans l'Amérique Latine", e na Universidade Federal da Bahia, por ocasião da entrega do diploma de Doutor *Honoris Causa*, intitulada "Latinité et Négritude"; intervenções estas reproduzidas em *Liberté 3*... *op. cit.*; p. 27-39.

16. A propósito destes diferentes aspectos da política externa brasileira, consultar-se-á com proveito em língua francesa os trabalhos de Michel Schooyans, *Destin du Brésil. La Technocratie Militaire et son Idéologie* (Bruxelas: Ed. Duculot, 1973, 230 p.); *Demain, le Brésil? Militarisme et Technocratie* (Paris: Carf, 1977, 170 p.); de Joseph Comblin, *Le Pouvoir Militaire en Amérique Latine. L'Idéologie de la Sécurité Nationale* (Paris: J. P. Delarge, 1977, 235 p.); Georges André Flechter, *Études sur les Interactions Politico-Économiques dans un Régime Militaire Contemporain* (Genebra: Inst. Univ. des Hautes Études Internationales, 1972, 296 p.); de Celso Furtado, *Analyse du "Modèle Brésilien"* (Paris: Anthropos, 1974, 178 p.). Apresenta-se-nos impossível, nesta nota, fornecer a bibliografia exaustiva que foi utilizada para a elaboração deste trabalho. Para maiores informações, ver nosso trabalho *Le Brésil et*

l'Afrique . . ., já citado. Para uma melhor compreensão dos aspectos ligados ao comércio, consultar Jacques d'Adesky, "Intercâmbio Comercial Brasil-África (1958-1977): Problemas e Perspectivas", in *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 3 (Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA, 1980, p. 5-35). E, por fim, serão proveitosas as confissões de M. Franco Nogueira, ministro das Relações Exteriores de Portugal, para uma compreensão dos dilemas de Lisboa entre 1961 e 1969, *Diálogos Interditos. A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África* (Lisboa: 1979, 2 vols.), e principalmente os admiráveis trabalhos de René Pelissier, *Les Guerres Grises. Résistance et Révoltes en Angola (1845-1941)* (Paris: 1978), *La Colonne du Minotaure. Nationalismes et Révoltes en Angola (1926-1961)* (Paris: 1978), e *Le Naufrage des Caravelles. Études sur la Fin de l'Empire Portugais (1961-1975)* (Paris: 1979).

17. Em 1968 é estabelecida a Câmara de Comércio Afro-Brasileira, em São Paulo, e diversas missões comerciais são enviadas a Angola, Moçambique e África do Sul. Por sua vez, a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro inaugura uma linha marítima experimental em direção aos portos da África Ocidental. No entanto, o desenvolvimento das trocas permanece modesto, à exceção das com os países exportadores de petróleo, como a Nigéria, a Argélia e a Líbia. Uma embaixada brasileira é aberta em Trípoli, em 1967.

18. Antonio Spínola, *Le Portugal et son Avenir* (Paris: Flammarion, 1974, 235 p.). A edição portuguesa oficial foi publicada em 22-2-74.

19. Ver nosso artigo "La Politique Africaine du Brésil (1970-1976)", in *Problèmes d'Amérique Latine*", *op. cit.*, p. 25.

20. A propósito, é interessante observar que a visita do Presidente Senghor ao Brasil aparece como ponto forte de sua viagem à América Latina, na qual a etapa Trinidad-Tobago foi também importante. Trinidad e Tobago, independentes em 31 de agosto de 1962, têm um papel original no seio das antigas Antilhas britânicas, e a personalidade de Eric Williams - autor de um admirável ensaio publicado em 1944, *Capitalism and Slavery* - tende por sua moderação a se opor a Fidel Castro. Ora, conhece-se a feroz determinação de Senghor com relação à intervenção cubana em Angola. Neste sentido, a compreensão da situação angolana na perspectiva de Brasília e na de Dacar permanecem divergentes . . . mesmo depois da descolonização portuguesa. De Eric Williams consultar também, *De Christophe Colomb à Fidel Castro (1492-1969)* (Paris: Présence Africaine, 1975, 605 p.), tradução francesa da edição publicada em Londres, em 1970.

21. Entrevista a Simon Malley, "20 Heures d'Entretien avec Fidel Castro", in *Afrique-Asie* (16-5-1977).

22. Sobre a intervenção cubana em Angola - ponto de partida para a Terceira Guerra Mundial, segundo Senghor - a literatura é de um engajamento total. Para se ter uma idéia das várias posições consulte-se nosso dossiê "Cuba et l'Afrique", *op. cit.*, p. 13.

23. Com relação a Ogaden e à Eritreia, Cuba defrontou-se com um delicado problema de "consciência revolucionária": quando a Etiópia era governada pelo Imperador Haile Selassie, a Somália e os revolucionários eritreus, autonomistas, eram apoiados pelos revolucionários marxistas. A chegada ao poder e a posterior radicalização do regime liderado pelo Tenente-Coronel Mengistu Mariam obrigaram Cuba a intervir na Somália "socialista" contra os guerrilheiros da FLSU, em Ogaden, depois de uma tentativa de mediação de Fidel Castro, durante sua viagem a Mogadíscio e a Addis-Abeba, em março de 1977; os revolucionários cubanos constataram com amargura que Mengistu Mariam aspirava a limpar a frente eritréa.

24. O termo "abertura" é utilizado por P. Queuille para definir a política externa dos Estados latino-americanos fora do continente, para compensar as exigências de solidariedade continental que os Estados Unidos impunham quando estava em questão os interesses fundamentais do continente (cf. *L'Amérique Latine, la Doctrine de Monroe et le Panaméricanisme*, *op. cit.*, p. 240 e ss.).

25. É interessante observar que, durante a 1.ª Assembléa Geral dos pesquisadores latino-americanos do CLACSO - Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, em novembro de 1979, a decisão de criar uma comissão de "Relações Internacionais" surgiu a partir das discussões sobre o processo de dependência. Esta comissão, estimulada por Rosário Green, do Colégio do México, começa a coordenar as pesquisas latino-americanas para um setor até então muito negligenciado pelos colegas do Novo Mundo, setor este rico de novas experiências e de problemáticas originais. As relações interconexões não mais serão vistas apenas do exterior do "centro": a dialética centro-periferia, que se encontra há muitos anos presente nas análises de dependência (ver os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso) e de semiperiferia (I. Wallerstein), abre, a partir de então, suas portas para um novo campo de reflexão de economistas e sociólogos: o domínio da política estrangeira.

26. O Secretário-Geral da OEA deveria ir à África em julho de 1980 para assistir à Assembléa Geral da OUA. Ao mesmo tempo, em seu caminho para a China, o Chefe de Estado argentino, General Videla, fez escala no Quênia, e as missões africanas ao Brasil nos últimos dois anos têm sido inumeráveis. O Presidente guineense, Sékou Touré, foi recebido de 4 a 10 de fevereiro de 1980 no Brasil, bem como Luiz Cabral, presidente da Guiné Bissau, em junho desse mesmo ano.

27. Um programa de pesquisa voltado para determinar os impactos do crescimento econômico dos países semi-industrializados da América Latina sobre as relações Sul-Sul está sendo elaborado pelos pesquisadores do Gresal, da Universidade de Ciências Sociais de Grenoble.

28. Expression de Michel Jopert, in "*Jeune Afrique*", edição anteriormente citada.

SUMMARY

There have been sufficient examples in the last few years, to ask the question, without engaging in an exercise of abstraction, what is the future of relations between the 22 Latin American countries and the 56 African countries? This is what the author has done, Director of Gresal (Program in Latin American Studies, Université de Grenoble), attempting to sketch the perspectives of the relations between the two continents, as well as the present day characteristics, focusing on the current relations between Cuba and Brazil with Africa. These examples are not chosen by chance. In fact, these are the two Latin American countries most advanced in their relations with the continent of Nkrumah, and there are quite diverse attempts to explain this fact. The author, based in documentation, confronts several explanations, principally those which attempt to place the two Latin American countries as "military arm" of (respectively), the Soviet Union and the United States, demonstrating the relative falseness of this

concept. To do this, he moves through the ways and, false, byways of the recent history of these relations, highlighting their specificities, obstacles and concrete steps on the internal and external plane between the years 1950-70, initially, and following this, the past decade.

For the author a cultural patrimony exists that is (Afro-Brazilian and Afro-Cuban); an old tradition of relations, interrupted at the end of the last century, but started up again in the middle of the present one, particularly after the Portuguese decolonization; and, ultimately, for specific interests, in each of the Latin American countries, apart from the contradictions (not always public), between these (countries) and their respective "superpowers".

The author concludes by noting that relations Latin America-Africa tend to be developing, not only within the inner dimension of these two countries (Cuba, Brazil), but already also embodying others, such as Mexico and Venezuela.

RESUME

Il y a des éléments suffisants, ces dernières années, pour se poser la question sans que cela soit un pur exercice d'abstraction, du futur des relations entre les 22 pays latino-américains et les 56 pays africains? C'est ce que fait l'auteur de cet article, qui est directeur du Gresal (Grenoble, France), en tentant de dessiner les perspectives des relations entre les deux continents, ainsi que la nature de ces relations aujourd'hui, se basant sur les relations existantes entre Cuba, le Brésil et l'Afrique.

Les exemples ne sont pas choisis au hasard. De fait, ce sont ces deux pays latino-américains qui sont les plus avancés dans les relations avec le continent de Kwame Nkrumah et les tentatives d'explications de cette réalité seront nombreuses. Ainsi, l'auteur se basant sur les sources documentales, confronte diverses explications, principalement celle qui tente de situer les deux pays latino-américains comme bras armé de l'Union Soviétique et des Etats-Unis, et démontre la relative fausseté de cette conception.

Pour cela, il parcourt les allées et venues de l'histoire récente de ces relations, signalant ses spécificités, obstacles et entraves sur le plan interne et externe entre les années 50 et 70, initialement, et ensuite durant la dernière décennie.

Pour l'auteur, il existe un patrimoine culturel commun (afro-brésilien et afro-cubain); une tradition ancienne des relations interrompues à la fin du siècle passé, mais reprise lors de la moitié de ce siècle, particulièrement après la décolonisation portugaise, et, finalement, des intérêts spécifiques, dans chacun des deux pays latino-américains, au delà des contradictions pas toujours publiques entre ces pays et leur respective "superpuissance".

L'auteur conclut en signalant que les relations latino-américaines et africaines tendent à se développer, non seulement à l'intérieur de la dimension de ces deux pays, mais aussi englobant d'autres, les nommant déjà; comme le Mexique et le Venezuela.

REVISITA AO ESCRITOR NEGRO LIMA BARRETO

Joel Rufino dos Santos*

"Fechei o livro, levantei-me e, já afastado, ainda ouvi alguns desaforos. Cheguei ao portão. Os bondes passavam, havia um grande movimento de carros e pedestres. Considerei a rua, as casas, as fisionomias dos transeuntes. Olhei uma, duas, mil vezes, os pobres e os ricos. Eu estava só."

(Recordações do Escrivão Isaías Caminha, Lima Barreto.)

Numa cinzena sexta-feira treze — 13 de maio de 1881 — nasceu Afonso Henriques de Lima Barreto. O nome era pretensioso, a criatura humilde, "de cor". Fosse vivo, faria no ano que vem um século. Os estudiosos que, no cinquentenário da morte, em 1972, serviram-no frio e insosso, estão, agora, na obrigação de apresentá-lo vivo e atual àqueles para quem de fato escreveu e amou. Será, na verdade, a primeira grande oportunidade de romper o círculo de ferro em que as academias, o ensino e a imprensa encerram-no ainda em vida. Somente a crítica — Tristão de Athayde, Osman Lins, mas, sobretudo, Astrojildo Pereira e Agripino Grieco — tem-lhe feito justiça, em que pese certa dificuldade congênita de apreender o que Lima teve de mais original.

Por que o nosso *high-society* literário tem feito questão de ignorar o escritor?

Da Academia Brasileira de Letras diz-se que guardou-lhe rancor por uma sessão festiva em que Lima teria se comportado como "moleque".¹ O desprezo deve ter, contudo, razões mais fundas. O que lhe fechou as portas da Academia, quando lá quis entrar, e o que explica, hoje, o desdém dos acadêmicos foi a sua postura ideológica: Lima praticou a literatura militante de esquerda, definiu-se como um escritor negro, fundou e colaborou assiduamente com jornais alternativos. O autor de *Clara dos Anjos* só foi grande intelectual quando emprestamos à palavra a acepção de "aquele que fala pelos outros". ("Um intelectual, para mim — observou alguém —, nem precisa ser letrado. [...] Cada um deles com a

* Professor de História do Brasil do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

sua visão utópica do mundo, à luz da qual queira transformá-lo, ou sendo reconhecido pela gente do seu contexto como extraordinariamente capaz de expressar os seus sentimentos, dores e gozos da experiência de viver nesse mundo.”²)

O esquecimento da obra de Lima Barreto nos currículos das faculdades de Letras — com as exceções de sempre — é também compreensível. De uns anos a esta parte parece haver triunfado nelas a tese de que “literatura é antes continente que conteúdo”. Feita esta opção, privilegiaram-se os *fictionistas da forma*, apresentados como os “reais criadores”, a “vanguarda do fazer literário” etc.; e descartaram-se os outros, tidos como “discursivo-alienantes”, “meros reprodutores do código dominante” etc. Um velho axioma, subtraído ao contexto em que fazia sentido, foi erigido em dogma: “Não há arte revolucionária sem forma revolucionária”.

O prestígio da “arte como continente” não é novo nem exclusivo do Brasil. Suas razões aqui, entretanto, deitam raízes num especial *conteúdo de idéias*³, gerado pelo autoritarismo dos últimos 16 anos. Seu ponto de partida é a descrença na razão como reformadora social e política. Se não se crê na razão não se crê na palavra. Se não se crê na palavra, a literatura está, como nos talhos de açougue, pronta para ser desossada e compor os mais sofisticados pratos do esteticismo acadêmico.

Não poderia mesmo constar dos currículos atuais das faculdades de Letras, quem escreveu em “O Destino da Literatura”:

“Não é o caráter extrínseco da obra que lhe confere Beleza mas o intrínseco, perante o qual aquele pouco vale. É a substância da obra, não a sua aparência.

Sendo assim, a importância da obra literária que se quer bela sem desprezar os atributos externos da perfeição de forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocabular, de jogo e equilíbrio das partes em vista de um fim, de obter unidade na variedade; uma tal importância, dizia eu, deve residir na exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse hu-

mano, que fale do problema angustioso do nosso destino em face do Infinito e do Mistério que nos cerca, e aluda às questões de nossa conduta na vida.”⁴

Duas ou três razões tornaram-no maldito para a grande imprensa, mas, sobretudo, decisivo foi o retrato que pintou dela em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e em *Numa e a Ninfa*. Retrato por dentro: redatores sacripantas, cronistas safados, diretores ignorantões... Para retratar o universo medíocre das grandes redações inventou um jornal, *O Globo*: “todos o liam, era o jornal dos desgostosos, dos pequenos empregados, dos ratões de todas as profissões e também dos ricos que não podem ganhar mais e dos destronados das posições e das honras”.⁵

Retrato por dentro e retrato por fora: nesses dois livros, a grande imprensa aparece como pilar de sustentação do Sistema. De um lado *O Globo*, “(. . .) com descomposturas diárias, pondo abaixo um grande por dia, abrindo caminho, dando esperanças diárias aos desejosos, aos descontentes, aos aborrecidos”; de outro “os que não demoliam, conservavam, escoravam os que dominavam”.⁶

Por sob a inimizade que academias, faculdades e imprensa lhe votam, há uma razão ideológica: a miopia das nossas elites, assim as de direita como as de esquerda. Os grandes temas que Lima Barreto levantou são, para elas, falsos problemas, capazes de brotar, unicamente, na cabeça de ressentidos e divisionistas.

Não caberia, naturalmente, num artigo a consideração de todos esses grandes temas, ainda que limitados aos que levantou em romance.⁷ Abordaremos, em seguida, apenas dois.

Bovarismo, doença nacional

Lima Barreto — já se frisou tantas vezes — é um caso único em nossa literatura. Não porque fosse um boêmio metido a escritor — a boêmia fora mesmo, em certa época, um passaporte para o país das letras. Quem

escreveu 12 livros em 13 anos pode ter bebido muito — e ele se orgulhava disso —, mas não foi “estragado” pela bebida. “O mal dos intelectuais brasileiros não é a cachaça, explicou certa vez a um amigo, mas a burrice.”

Sucedeu neste caso o que sucederia a outras acusações que lhe fizeram (“pernóstico”, “recalcado”, “misógeno” etc.): Barreto buscou situar o seu caso como típico, autocriticando-se primeiro, para em seguida criticar a sociedade que produzia tipos assim. A particularidade (e a grandeza) de Lima Barreto reside precisamente nisto: foi o único escritor brasileiro que se fez, integralmente, personagem de si mesmo.

Tome-se o seu bovarismo, para começar. Embora o ponto de partida seja, naturalmente, *Madame Bovary*, de Flaubert, é num livro que parece tê-lo marcado muito, *Le Bovarysme*, de Jules Gaultier, que vai encontrar a primeira definição do fenômeno: a contradição entre o que se pensa que é e o que se é de verdade. Em *Diário Íntimo*,⁸ chega a traçar um gráfico do bovarismo:

A pessoa humana — a imagem que, sob o império do meio, circunstâncias exteriores, educação, sujeição, a pessoa forma de si mesma. — ser real, ideal, tendências hereditárias etc.

Primeiro, o escritor “sofreu” o seu caso pessoal: presumia-se inteligente mas levou diversas bombas na Politécnica; imaginava-se brilhante, mas nunca passaria de amanuense na Secretaria da Guerra; julgava-se com direito a morar na Zona Sul e casar-se com mulher branca, mas acabou num subúrbio de lama e mato atrelado a um pai insano; imaginou-se na Academia Brasileira de Letras, mas só foi benquisto pela confraria dos botequins.

Em seguida, procurou a dimensão social do problema, tipificando-o. E, ao tentar esta espécie de projeção geométrica da sua própria pessoa, num plano mais vasto, reve-

laram-se-lhe aspectos novos que o caso pessoal escondia. Com toda razão afirmou Agripino Grieco que Lima “foi o nosso primeiro grande criador de almas”.⁹ O implacável crítico queria dizer, com isso, que ele foi um criador de tipos a partir do seu próprio tipo.

Lima procurou a dimensão social do bovarismo desde o *Isaias Caminha*, seu primeiro romance (1909). O jovem Caminha migra para o Rio com a cabeça repleta de sonhos — e eles se esboroam ao contato das barreiras sociais. Suas pretensões só lhe rendem sofrimentos: o que ele era, de fato, estava há muito predeterminado pela condição social e a raça. O Rio de Janeiro todo, à sua volta, além disso, era um magnífico espetáculo de bovarismo — jornalistas e políticos que se acreditavam condutores do Brasil; doutores que se criam a inteligência nacional; políticos que se presumiam guardiães da moral coletiva. *O bovarismo é a grande doença nacional*, com a particularidade de que os ricos o utilizam como forma suplementar de submeter e afligir os pobres.

Neste primeiro romance, Lima transmutou um problema individual em problema social. Faria isso melhor nos livros seguintes. O que é o *O Triste Fim de Policarpo Quaresma* senão a tragédia de um grande bovarista? O major Quaresma sonha que o Brasil é o país dos índios, sonha que o Congresso é o templo dos legisladores, o folclore é a voz do povo, que a agricultura é a salvação nacional, que os militares são patriotas — sonha, sonha, sonha... E acaba fuzilado. *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* já foi definido como um passeio de um saudosista, e seu pagem, pelo que ele supunha fosse o Rio de Janeiro. E *Clara dos Anjos*, projeto juvenil, executado à beira da morte? — Clarinha tivera uma educação acima da média (para as moças da sua cor e condição). Isto fez dela sonhadora, tirou-lhe o senso de realidade, convertendo-a em presa fácil de um sedutor loiro. Seu bovarismo perdeu-a, enquanto o de Cassi Jones apenas o tornou mais apto a estuprar a mulatinha. *Somos um país de bovaristas*,

mas, como se vê, nos pobres a "doença" desmobiliza, enquanto nos ricos apetrecha.

Isaias Caminha, libelo anti-racista

Tomemos, agora, o racismo, segundo dos grandes temas de Lima Barreto.

Embora toda a sua obra seja um "campo inteligível" para as relações raciais, e o próprio Lima Barreto tenha assumido integralmente a sua negritude,¹⁰ debruçemo-nos sobre o seu livro de estréia. (Não por acaso escolhemos este romance: ele suscitou, entre críticos superficiais, a acusação de "mero desabafo de um mulato ressentido".) Estão denunciadas e dissecadas af quase todas as formas do preconceito racial brasileiro, tanto as ostensivas como as encobertas:

O que derrota um jovem negro — "... dêz que me dispus a tomar na vida o lugar que parecia ser de meu dever ocupar, não sei que hostilidade encontrei não sei que estúpida má vontade me veio ao encontro, que me fui abatendo, decaindo de mim mesmo, sentindo fugir-me toda aquela soma de idéias e crenças que me alentaram na minha adolescência e puerícia."¹¹

O diploma como trampolim para embranquecer — "Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante da minha cor..."¹²

A discriminação racial cotidiana — "Servi-me e dei uma pequena nota a pagar. Como se demorassem a trazer-me o troco reclamei: 'Oh! fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. Que pressa tem você?!' (...) Ao mesmo tempo a meu lado, um rapazola alourado reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a indignação."¹³

O preconceito racial sob a forma de estereótipo — [O delegado] perguntou pela terceira vez:

"— Qual é a sua profissão?

"— Estudante.

"— Estudante?!

"— Sim senhor, estudante, repeti com firmeza.

"— Qual estudante, qual nada!

"A sua surpresa deixara-me atônito. (...) Donde lhe vinha admiração duvidosa? (...) Era o sentimento geral da minha inferioridade, decretada *a priori*, que eu adivinhei na sua pergunta."¹⁴

O negro que se dobra para sobreviver — "[Adelermo] era imaginoso porque nascera no Norte e tinha uma boa dose de sangue negro nas veias. As generalizações dos jornais são infalíveis... (...) Adelermo era obediente e fazia. Intimamente desgostava-se com aquele papel de mentiroso; mas temia ser despedido, posto na rua."¹⁵

A importância de ser branco para vencer na vida — "Demais [ao Doutor Ricardo], as suas relações, o rigor colegial da sua vida, os seus olhos azuis, tinham lhe valido a respeitosa consideração de todos os repórteres, redatores e colaboradores."¹⁶

O preconceito brasileiro de não ter preconceito — "— Que nome! Félix da Costa! Parece até enjeitado! É algum mulatinho?

"— Não. É mais branco que o senhor. É louro e tem olhos azuis.

"— Homem, você está zangado...

"Ele não compreendia que eu também sentisse e sofresse."¹⁷

O que os brancos pensam dos negros — "Para ele, como para toda a gente mais ou menos letrada do Brasil, os homens e mulheres do meu nascimento são todos iguais, mais iguais ainda que os cães das suas chácaras. Os homens são uns malandros, planistas, parlapatões quando aprendem alguma coisa, fósforos dos políticas; as mulheres [a noção aí é mais simples] são naturalmente fêmeas."¹⁸

O complexo de cor atribuído aos negros — "O caminho na vida parecia-me fechado completamente, por mãos mais forte que as dos homens. Não eram eles que não me queriam deixar passar, era o meu sangue covarde, era a minha doçura, eram os defeitos do meu caráter que não sabiam abrir um."¹⁹

A contradição entre o homem negro e a mulher negra — “Num dado momento, virei-me e dei com uma rapariga de cor (...) Considerarei-me um instante e continuei a ler o livro, cheio de uma natural indiferença pela vizinha. A rapariga começou a murmurar, perguntou-me qualquer coisa que respondi sem me voltar. Subitamente, depois de fazer estalar um desprezível muxoxo, disse-me ela à queima-roupa: — Que tipo! Pensa mesmo que é doutor.”²⁰

A necessidade histórica das associações de negros — “Isto do preconceito não se prova, sei bem: mas se não tenho provas judiciais, tenho muito por onde concluir. Por que aí, em São Paulo, e em Campinas também, há sociedades de homens de cor? Hão de ter surgido devido a algum impulso do meio, tanto que no resto do Brasil não as há.”²¹

Onde bovarismo e racismo se encontram

Certamente não coube a Lima Barreto a primazia de apontar a nossa mania bovarista — Raul Pompéia já o fizera, caprichadamente, em *O Ateneu* (O diretor Aristarco, a pedagogia do colégio, o professor Mânlio, o Sanchez, D. Ema, Nearco, a ginasta, o próprio “estilo artístico” em que a obra foi cinzelada... tudo em *O Ateneu* é uma hipérbole). Nem foi, igualmente, o primeiro escritor a reconhecer o racismo em nosso cotiano — Adolfo Caminha já o desvelara, em 1895, num livro injustamente esquecido: *Bom Crioulo*.

Seu mérito foi apresentar o bovarismo e o racismo *em par*, como duas faces da mesma moeda: diversas mas justopostas. Percebendo a ligação bovarismo—racismo, Lima Barreto encontrou a chave para entender o sistema ideológico de dominação de classe no Brasil.

Que seus críticos não tivessem compreendido isso até hoje — e o dessem como mero ressentido, por não ser doutor e não ser branco — é apenas a prova de que uma época, uma classe, um grupo social só vêem o

que lhes é possível ver. Se pudessem se colocar numa perspectiva atual, popular e negra — mas não podiam —, veriam que o escritor tocou no cerne do que convenciamos chamar a “questão nacional”. Não chegou a esta compreensão do Brasil real pelo caminho dos estudos sistemáticos — embora fosse, de fato, lido e culto como poucos da sua geração. Era um artista e devemos, mais propriamente, falar em percepção, a “razão intuitiva” de Léopold Senghor, que noutra coisa.

O governo projetava a remodelação do Rio, “que não podia continuar a ser uma estação de carvão, enquanto Buenos Aires era uma verdadeira capital européia”.²² Decretou-se o uso obrigatório de sapatos pelo povo. Aonde se pretendia chegar? Projetavam-se avenidas; abriam-se nas plantas *squares*, delineavam-se palácios e, como complemento, queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas louras de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra”.²³

Eis aí os dois fenômenos casados: nossa mania de grandeza nos leva a reduzir os pretos a quase nada.

Há muitas formas de encarar o racismo brasileiro — há, até mesmo, muitas formas de não encará-lo. Foi preciso um aguçamento das contradições sociais, políticas e ideológicas dos últimos 30 anos, sob o influxo do Movimento Negro, para se chegar ao fundo do poço: o racismo brasileiro é um pilar de sustentação do sistema, desde que a classe dirigente sempre foi branca; as classes populares, de cor. Decorre daí que não aparecerá nunca isolado, mas entrelaçado a outras “doenças nacionais” (como o bovarismo, por exemplo). Que Lima Barreto o tivesse percebido há 50 anos é, quando menos, um exemplo do profetismo que marca certos criadores.

Personagem de si mesmo

Em *Estudos Afro-Asiáticos* n.º 3, Leo Spitzer desenvolveu um estudo original

sobre três personagens — um mulato, um *creolo* e um judeu — para demonstrar que o assimilacionismo pode ser fatal aos integrantes das minorias étnicas e/ou culturais.²⁴ Não resolvendo a contradição entre o seu ser original e o adquirido (por via da cultura, da ascensão social, da identificação política etc.), essas criaturas atormentadas acabam, de amargura em amargura, por se autodestruírem (no caso de Stephan Zweig, literalmente).

Lima Barreto foi, como aqueles, um “eu dividido”. O mundo dos brancos, letrados, com seu discurso ideológico articulado e textual, não o convidou para o festim. Não era, também, conviva do outro — o mundo dos negros incultos, que se expressavam através da macumba, do samba e do futebol. Esta divisão ele a superou, converten-

do-se em personagem de si mesmo: foi morar no subúrbio, conviver com caixeirinhos, operários e costureiras, vida de negro proletário. Não se converteu à macumba, não caiu no batuque nem praticou bolapé (palavra que preferia a *foot-ball*), manteve-se letrado e “maximalista” (palavra que até cerca de 1920 designou os partidários da revolução bolchevique). A solução não o curou de angústias, mas permitiu-lhe escrever sempre sobre si, quando escrevia sobre os outros pobres suburbanos; e sobre os outros, quando falava de si. Assim, Lima Barreto é tanto o Isaías Caminha, de 1909, quanto o Leonardo Flores, de 1919 (*Clara dos Anjos*). Para alguns críticos, este caráter autobiográfico dos seus romances constitui uma deficiência. A depender do ângulo de onde se olhe, naturalmente.

NOTAS

1. O episódio nunca foi de todo confirmado. Jorge Amado o descreveu assim: “la assistir a uma cerimônia, vaiou-a, fez um escândalo tremendo, escândalo que deixou cobertas de vergonha as faces rosadas de quanto Aloysio de Castro descansava as nádegas aristocráticas nas macias poltronas acadêmicas”. Jorge Amado, *Vida de Luís Carlos Prestes*. Citado por Edison Carneiro, *Antologia do Negro Brasileiro*. (Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d.), p. 417.
2. Darci Ribeiro, em entrevista a *Falhetim* (184), *Folha de São Paulo* (São Paulo), de 27-7-80. Darci, para ilustrar sua definição, apontaria o cacique Mário Juruna como intelectual típico, recusando o título, porém, a diversos membros da Academia Brasileira de Letras.
3. No sentido luckacsiano, é o conjunto de idéias básicas, de ampla circulação, que medeia entre as relações de produção e os produtos culturais.
4. Conferência não proferida de Lima Barreto. Publicou-se, originalmente, na *Revista Souza Cruz* (58-59) (Rio de Janeiro), out. e nov. de 1921. Está, também, em *Impressões de Leitura*, p. 51-69.
5. Lima Barreto, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (São Paulo: Edit. Brasiliense, 1956), p. 188.
6. *Idem*, p. 191.
7. Seus romances, pela ordem de publicação em primeira edição, são: *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915), *Numa e a Ninfa* (1915), *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), *Clara dos Anjos* (s/d). E entre contos, novelas, crônicas e memórias, publicou mais sete livros.
8. *Diário Íntimo* (São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Mérito S.A., 1953), p. 93-4. Quanto ao livro de Gaultier, um autor menor, não consta qualquer referência em dicionários e enciclopédias francesas.
9. “Sim, foi Lima Barreto, no romance, o nosso primeiro criador de almas. Ele sentiu, como nenhum outro escritor brasileiro, a tristeza e o humor que cabem na vida do pobre.” Agripino Grieco, *Vivos e Mortos* (Rio de Janeiro: 1943), p. 44.
10. Com 24 anos, Lima Barreto projetou “uma espécie de *Germinal* negro, com mais psicologia especial e mais sopro de vida”, com o qual pensava introduzir “o negrismo na literatura nacional”. E, no fim da vida, passou a chamar o seu próprio lar de “Vila Quilombo”.
11. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, p. 41.
12. *Idem*, p. 53.
13. *Id.*, *ibidem*, p. 60.
14. *Id.*, *ibidem*, p. 115.
15. *Id.*, *ibidem*, p. 210.
16. *Id.*, *ibidem*, p. 214.

17. *Id., ibidem*, p. 240.
18. *Id., ibidem*, p. 274.
19. *Id., ibidem*, p. 124.
20. *Id., ibidem*, p. 132.
21. *Id., ibidem*, p. 15.
22. *Id., ibidem*, p. 204.
23. *Id., ibidem*, p. 205.
24. Leo Spitzer, "Assimilação, marginalidade e identidade: os dois mundos de André Rebouças. Correluius May e Stephan Zweig", in *Estudos Afro-Asiáticos* n.º 3 (Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1980), p. 35-62.

SUMMARY

Afonso Henriques de Lima Barreto, the centenary of whose birth will be celebrated in 1981, has been unjustly forgotten by literary institutions, by curricula in departments of literature and by the general press. For reasons in the main conjectural, this (official) ignorance consciously has as its origin, the fact that (he was) a black writer of the left, a partisan of socially committed literature, and an assiduous collaborator with the alternative press. It was in his unhappy life that the conservative critics wished to see the master-work of his fiction, in which can be highlighted *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915) and *Clara dos Anjos* (possibly 1919).

For the author of the article, even critics such as Tristão de Athayde and Agripino Grieco, among others who did him justice, were not able to capture that about Lima Barreto, which was the most original: the denunciation of *bovarysm* and of racism as "national diseases".

Bovarysm appeared originally, to Lima Barreto as a simple "psychological illness (in *Madame Bovary* of Flaubert); impressed by a now forgotten essay of Jules Gaultier, *Le Bovarysme*, Barreto began with an understanding of his own situation. His intellectual and social dreams (to receive a degree in engineering, enter the Brazilian Academy of Letters, etc.) were manifestations of *bovarysm*. Finally he arrived at the perception that all of Brazilian society was *bovaryst* (in all areas of activities — persons, professional groups, authorities — all perceived

themselves, as was the knack of Mme. Bovary, to be much better than they in reality were).

As for racism, he perceived it from the time he was an adolescent, in the innumerable restrictions made on his intelligence and his pretensions. (It is his first book, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, that is above all an anti-racist indictment.) Prejudice and racial discrimination, Lima Barreto saw and denounced at every opportunity, as it so constituted daily Brazilian life.

Here for example, in *Isaías Caminha*, appear diverse tones of Brazilian racism: ideological factors that discourage a black; or a university diploma as a trampoline for "whitening"; racial prejudice underneath a form of stereotypes; the black who passes to survive; the importance of being white to rise in life; the Brazilian prejudice to not have prejudice; or yet the "complex of color" attributed to blacks, etc.

The author demonstrates that Lima Barreto was not the first Brazilian fiction writer to deal with national *bovarysm* and racism. (Raul Pompéia in *O Ateneu*, and Adolfo Caminha in *Bom Crioulo* did this before him). His originality was to have learned it through living it. And with that, beat against the pillars of the *Brazilian system of ideological domination*.

Finally the author shows that Lima Barreto was an author of a lengthy career (from the first book to appear in 1909, to the last in 1919) about himself. And that to do that, he wrote about others, as he had already opted for the life of a poor suburbanite, assimilating within himself, by so doing, his most important character.

RESUMÉ

Afonso Henriques de Lima Barreto, dont le centenaire de sa naissance sera commémoré en 1981, a été injustement oublié par les académies littéraires, les programmes de cours des facultés de lettres et par la grande presse en général.

A côté de raisons conjoncturelles, l'oubli se doit à sa position consciente d'écrivain noir de gauche, partisan d'une littérature engagée et collaborateur assidu des journaux alternatifs. A travers sa vie semée d'infortunes, les critiques

conservateurs voulurent y voir la matière première de ses romans, où l'on met en évidence *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915) et *Clara dos Anjos* (probablement 1919).

Pour l'auteur de l'article, même des critiques comme Tristão de Athayde et de Agripino Grieco, entre autres, qui lui firent justice, n'ont pas capté ce que Lima Barreto avait de plus original: la dénonciation du bovarysme et du racisme comme "Maladies nationales".

Le bovarysme apparût, originellement à Lima Barreto comme simplement un mal psychologique dans *Madame Bovary* de Flaubert. Impressionné par l'essai, aujourd'hui oublié de Jules Gaultier *Le Bovarysme*, Lima Barreto partit pour la compréhension de son propre cas.

Ses prétentions intellectuelles et sociales (se former en tant qu'ingénieur; entrer à l'académie de lettres brésiliennes, etc.) seraient des manifestations du bovarysme. Il arriva enfin à la perception que toute la société brésilienne était bovaryste. Dans tous les secteurs d'activité, les personnes, les groupes professionnels, les autorités se croyaient à la manière de Madame Bovary, très au-dessus de ce qu'ils étaient vraiment.

Quant au racisme, il le perçu dès l'adolescence, dans les nombreuses restrictions qu'on lui faisait sur l'intelligence et ses objectifs. Son premier livre *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*

est surtout un pamphlet anti-raciste. Le préjugé et la discrimination raciale qui constituent la quotidien brésilien, Lima Barreto les voyait et les dénonçait partout.

Ainsi, par exemple, dans *Isaías Caminha*, apparaissent diverses modalités du racisme brésilien: les facteurs idéologiques qui découragent le Noir; le diplôme universitaire comme tremplin vers le "blanchissement"; le préjugé racial sous forme de stéréotype; le Noir qui se courbe pour survivre; l'importance d'être blanc pour s'élever dans la vie; le préjugé brésilien de "ne pas avoir de préjugé"; ou encore le complexe de couleur "attribué aux Noirs" etc.

L'auteur montre que Lima Barreto ne fut pas le premier "romancier" brésilien à relater le bovarysme et le racisme nationaux. (Raul Pompéia dans *O Ateneu* et Adolfo Caminha dans *Bom Crioulo* le firent respectivement avant lui). Son originalité fut de les saisir ensemble et toucher ainsi un des piliers du système brésilien de domination idéologique.

L'auteur montre enfin que Lima Barreto fut un romancier qui écrivit de manière suivie (depuis le premier livre, en 1909 jusqu'au dernier, en 1919) sur lui-même. Et que en le faisant, il écrivait sur d'autres, surtout, qu'il avait déjà opté pour la vie des faubourgs pauvres, s'assimilant ainsi à ses principaux personnages.

DOCUMENTO

AS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS CONSTRÓEM-SE PASSO A PASSO*

Apesar do crescente estreitamento das relações do Brasil com a África, raramente se tem a oportunidade de acesso a um conhecimento correto da formulação da política externa dos países africanos em relação ao Brasil. Os pronunciamentos de seus embaixadores aqui sediados ou as declarações de chefes de Estado ou ministros, quando em visita ao nosso país, aparecem normalmente reduzidos ou truncados na imprensa. Os discursos e comunicados oficiais que decorrem dessas visitas não são também suficientes para uma análise mais profunda da visão desses dirigentes sobre as relações Brasil-África.

O documento que se segue pretende contribuir para preencher essa lacuna e estimular os especialistas a não se limitarem, nas suas análises das relações do Brasil com a África, a examinar apenas a perspectiva brasileira. O texto é uma transcrição da entrevista coletiva que o Ministro-Governador do Banco de Moçambique, Sérgio Vieira, concedeu a jornalistas brasileiros presentes à visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil a Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Angola (principais países da Linha de Frente) e Zimbábue.

O Ministro Sérgio Vieira é, junto com o Chanceler Joaquim Chissano e o Prof. Aquino de Bragança* entre outros, um dos principais conselheiros do Presidente Samora Machel para Política Internacional.

Em certo momento da entrevista, o ministro moçambicano, comentando o pouco que se fez ainda ao nível das relações culturais e científicas, "tendo em vista a grande afinidade da tradição cultural dos dois povos", salientou que "as relações entre Estados também se constroem como as relações entre pessoas. É passo a passo, é num desenvolvimento e relacionamento mútuo que se desenvolve o conhecimento e a tendência para o relacionamento mútuo."

* Entrevista do Ministro-Governador do Banco de Moçambique, Sérgio Vieira, concedida a jornalistas brasileiros que acompanharam a visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Saraiva Guerreiro, a Moçambique e publicada no semanário moçambicano *Tempo*, n.ºs 505 e 506, de 15 e 22 de junho de 1980.

* O Prof. Aquino de Bragança, Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, visitou o CEEA quando de sua estada no Brasil em março de 1980.

Dessa forma, outra das finalidades da transcrição desta entrevista reside no fato de contribuir para o conhecimento do novo Moçambique, de seus problemas, opções e realizações. E se alinha na continuidade de um trabalho que o CEEA vem realizando desde a sua criação em 1973, através de pesquisas, cursos e publicações, e que no

momento presente se torna indispensável ampliar e aprofundar não só neste Centro de Estudos e em outras instituições similares, mas igualmente nas escolas e universidades de nosso país.

J. M. N. P.

— *Como vê possível de conciliar, em termos de uma convivência, uma cooperação futura Moçambique-Brasil, quando nós temos regimes diametralmente opostos?*

SÉRGIO VIEIRA — Parece-me que nem o Brasil nem Moçambique estariam a inventar a pólvora nisso. A pólvora já foi inventada há muito tempo.

O princípio da coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais diferentes, o princípio das relações de amizade e de cooperação entre Estados com opções políticas e sociais diferentes, é um princípio há muito consagrado nas relações internacionais. De toda a maneira não me parece que as relações entre Estados se fundem naquilo que constituiriam os pontos de divergência entre os Estados. As relações entre Estados fundam-se naquilo que são os pontos de interesse comum, naquilo que constitui um relacionamento com vantagem mútua.

E eu penso que quando abordarmos o capítulo das relações entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Moçambique, pois, poderemos encontrar numerosos campos em que as relações entre os dois Estados, as relações entre as instituições culturais e sociais dos dois Estados, poderão ser de grande vantagem mútua. Creio que podia também afirmar que há condições que são favoráveis para isso. Entre os nossos povos existe uma tradição de solidariedade e de amizade. Isso constitui um ponto de partida muito sério, muito positivo para as nossas relações.

Numa certa medida, talvez, valeria a pena evocar aqui, neste momento, que em terra moçambicana estão enterrados vários

Inconfidentes. Assim os nossos filhos partiram para depois regressarem e serem enterrados. Mas, mais do que isso, o Brasil e Moçambique são países em desenvolvimento, têm interesse em estreitar as suas relações, em promover as suas relações, porque nesse estreitamento, nessa promoção de relações criam condições mais favoráveis para o seu desenvolvimento.

Há outras questões fundamentais nas quais nos podemos encontrar do mesmo lado da barricada. Penso que, no que se refere à luta contra o colonialismo, à luta contra o racismo, à luta contra a agressão, à luta pela defesa da paz, para além de divergências podemos encontrar pontos comuns que permitem uma cooperação, em interesse não só dos dois países mas no interesse geral da Humanidade.

A África do Sul teve que aceitar a realidade de um vizinho que constrói o socialismo

— *O senhor poderia-nos descrever rapidamente as suas relações econômicas hoje, com a África do Sul?*

S. V. — As nossas relações econômicas com a África do Sul estriam-se, em primeiro lugar, naquilo que foi a estratégia colonial.

Na África Austral (...) criaram-se dois pólos principais de desenvolvimento na base da implantação de comunidades brancas, que deviam exercer uma hegemonia sobre toda a zona. Foi instituída a comunidade branca na África do Sul e nos princípios deste século na então Rodésia. O con-

junto dos outros países da zona deviam sobretudo prestar serviços para a prosperidade e o desenvolvimento destas comunidades brancas. Essa prestação de serviços iria desde o fornecimento de mão-de-obra até, o caso de Moçambique, sobretudo, a prestação de serviços enquanto país marítimo — o serviço dos seus portos para o *hinterland*.

A dinâmica da guerra colonial de agressão contra o nosso Povo levou o sistema colonial fascista a reforçar ainda mais a dependência que existia do nosso País em relação aos pólos brancos da então Rodésia e África do Sul.

O que tem sido a nossa ação? A nossa ação tem sido a de transformar progressivamente uma relação de dependência numa relação de interdependência, de transformar uma dependência em relacionamento econômico que seja vantajoso (equitativamente vantajoso, quando se trata de empresas e outras instituições) entre as duas partes.

Moçambique e a África do Sul são países que politicamente nós poderíamos citar, talvez, como colocando-se nos pólos opostos — é uma realidade que ninguém nega. E realidade também que ninguém nega é que estamos condenados a viver juntos. Não se pode escolher os vizinhos, e a África do Sul teve que aceitar a realidade de um vizinho que constrói o socialismo. Não foi do seu agrado, não é do seu agrado, não será do agrado do sistema atual. Mas, todavia, é uma situação que é comandada pelo realismo, que é comandada pelo determinismo geográfico em que nos encontramos.

Perguntarão, talvez, como conciliamos nós estas relações econômicas com a África do Sul com a nossa posição firme e intransigente de condenação do *apartheid* e de apoio ao Povo sul-africano, dirigido pelo Congresso Nacional Africano. Nós diremos que não encontramos uma contradição nisso. E não encontramos uma contradição nisso na medida em que Moçambique não representa nenhum fator na sobrevivência do regime do *apartheid*.

Se se trata de agir economicamente sobre o regime do *apartheid*, a ação a fazer-se não é em Moçambique. Será provavelmente em Washington, será em Londres, será em Paris, será em Bonn, será em Zurique — será aí onde são tomadas efetivamente decisões e opções que permitem a viabilidade econômica de um regime contestado pelo seu Povo. E que mais que a viabilidade econômica, são tomadas certas medidas que permitem (...) a viabilidade militar, inclusive para agredir outros Estados.

— *Não acha que essa posição de Moçambique é um pouco cômoda e pode até... não é um bom exemplo para outros países que não estão próximos e que têm uma participação na luta contra o apartheid?*

S.V. — A nossa posição não a chamaria cômoda. Nós talvez podemos dar um exemplo aos outros países.

De 64 a 74, quando estivemos em guerra, houve participação sul-africana contra nós e nós liquidamos forças sul-africanas no nosso território. Em 1976, ainda não tínhamos um ano de independência, quando se tratou de aplicar as decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a então colônia britânica da Rodésia do Sul nós não hesitamos; quando se tratou de partirem os voluntários internacionalistas moçambicanos para combaterem no Zimbábue nós não hesitamos.

Pensamos que nesse aspecto a nossa posição nunca foi cômoda e nós a aceitamos com os bombardeamentos e os ataques e as agressões contra a nossa Pátria. Então se querem seguir o nosso exemplo sigam o nosso exemplo na totalidade.

Assumir o passado para construir o futuro

— *Gostaria de saber qual é a real disposição de Moçambique em relação ao Governo brasileiro e se já foram esquecidas, realmente, as mágoas do passado (...)?*

S. V. — O passado não se esquece. Assu-me-se.

Cada um traz o seu passado, mas estamos num presente e construímos um futuro. Mas para se construir efetivamente um futuro, é necessário saber assumir-se o passado, no que tem de positivo e no que tem de negativo. Porque é com os pés assentes na terra que avançamos e não escondendo as realidades.

Quando fala do Governo brasileiro, tenho uma certa dificuldade em me pronunciar porque não sei a que fase se refere. Se ao voto do Chanceler Afonso Arinos de Mello Franco nas Nações Unidas *contra o colonialismo português* se a outras fases em que houve alguma cooperação — talvez mesmo importante — com o colonialismo português. Ou se refere à fase atual ou mais recente em que tivemos a alegria, por exemplo, de ver o Brasil entre os primeiros Estados a reconhecerem a República Popular de Angola num momento em que a estavam agredindo.

Que nos momentos difíceis seria legítimo esperar do Povo brasileiro, do Estado brasileiro, como de todos os outros Povos e Estados uma atitude positiva de solidariedade, seria legítimo esperar. Que podemos dizer que ficamos decepcionados — porque não, se é uma realidade? —, mas partindo destas realidades podemos saber construir o presente e o futuro.

— *Queria que o senhor me falasse sobre a mudança política que teve origem em Moçambique, deflagrada em 18 de Março por Sua Excelência, o Presidente Samora por Sua Excelência, o Presidente Machel. Eu quero saber exatamente o que significa essa mudança e o que é que já envolveu a partir desse processo?*

S. V. — Muito obrigado! Está-me a falar de uma mudança de que eu não tinha conhecimento.

Eu li *nalguma* imprensa de que havia uma mudança. Não li isso nos discursos do Presidente Samora Machel, nos documentos do Comité Central do Partido, da Assembléa Popular, do Conselho de Ministros.

Soube da mudança pela leitura de alguns jornais, normalmente mal informados.

Há pessoas que tomam os seus desejos por realidades.

Moçambique é um país socialista. Estejam muito seguros disso.

Agora se me perguntarem se faz parte da estratégia socialista o Estado controlar a barbearia na esquina da rua, direi que não. Se perguntarem se faz parte da estratégia socialista o nosso Estado desperdiçar os seus esforços no controle da pequena mercearia, do barbeiro, da boutique e da modista, direi que não. Nunca fez parte. As decisões do III Congresso do nosso Partido são extremamente claras e a nossa linha política nesse aspecto é extremamente clara.

Houve, sim, circunstâncias determinadas que num certo momento nos forçaram a tomar certas medidas.

Quando a barbearia estava abandonada e a padaria foi abandonada e lhe apareciam os empregados e lhe diziam “Bom, o que é que vamos fazer?”, tínhamos duas opções. Podíamos dizer “fecha a loja e vai-te embora para casa, fica desempregado”. Não o fizemos e foi correto não o ter feito. Entretanto, fomos organizando e, à medida que nos fomos organizando, fomos criando condições para a resolução dos problemas pendentes. E hoje estão em vias de resolução.

Há pessoas que pensam — ou pelo menos que pensam na base da ignorância — que a etapa da construção do socialismo equivale a uma etapa de estatização total de todos os setores da vida econômica. A União Soviética já tem mais de 60 anos de Estado socialista e está numa fase extremamente avançada da construção da sua sociedade, todavia subsistem importantes setores privados. Não tem um significado importante em termos do Produto Nacional Bruto, em termos do que é a Agricultura ou a Indústria do País, mas tem um significado social importante.

Não creio que exista um único país em que as padarias e as barbearias já estejam todas nacionalizadas. Não faz parte da es-

tratégia da construção do socialismo. É um absurdo. Devemos saber concentrar os nossos esforços naquilo que são os fatores fundamentais.

Fala-se também de mudança, dizendo-se que há uma abertura de Moçambique em relação ao capital privado estrangeiro. Eu direi o contrário. O que houve foi uma abertura do capital privado estrangeiro em relação a Moçambique.

Nós nunca dissemos que no nosso País receávamos qualquer cooperação com o capital privado estrangeiro. Antes pelo contrário. Nós dissemos que estávamos prontos a fazê-lo. Simplesmente, proclamamos a Independência, iniciamos o processo das transformações socialistas na nossa Pátria, e o capital estrangeiro teve a atitude do *Wait and see* (esperar para ver). Num certo momento chegou à conclusão que continuar *Wait and see* significava perder alguns negócios e que já era tempo de passar do *Wait and see* para a cooperação efetiva.

Então, não falarei de abertura de Moçambique em relação ao capital estrangeiro, mas sim que o capital estrangeiro chegou à conclusão que somos um País sólido e estável, com potencialidade e com possibilidades, por consequência, de fazer com eles negócios que lhes trazem vantagens. E o capital estrangeiro não está assustado pelo fato de sermos um Estado socialista, porque eles têm relações com Estados socialistas em toda a parte do mundo e nunca se queixaram delas.

— *Quais são as condições efetivas para que um país estrangeiro venha atuar em Moçambique?*

S.V. — Não direi quais são as condições, de uma maneira muito detalhada. Direi quais são as condições básicas.

A condição básica é que o negócio nos interesse. É a condição fundamental. Que nós estejamos interessados nisso, que nós estejamos interessados, porque se trata de uma ação que se enquadra no nosso Plano, porque se trata de uma ação que é vantajosa para a nossa economia nacional.

A partir daí, as condições em que essa empresa vai trabalhar conosco, isso é matéria de contrato, é negociado ponto por ponto. E nesse sentido temos tido experiências muito positivas do nosso lado e creio que o capital estrangeiro que tem negociado conosco também não tem razão de queixa e se sente satisfeito e estimulado.

Nós temos condições extremamente positivas. Interessam. Temos um Povo organizado, trabalhador. Esse é o petróleo número um que existe — um Povo organizado e trabalhador, um Povo disciplinado.

Temos uma Direção que é muito clara naquilo que quer e que conta com o apoio firme e testado das massas populares.

Não se esqueçam que somos um País que nos últimos 16 anos viveu em guerra. Que a Direção deste País é uma Direção que emergiu destes 16 anos de guerra e nas condições mais duras e difíceis. Só poderia ter sobrevivido com a confiança crescente das massas. E organizada.

Em terceiro lugar, temos uma localização geográfica privilegiada, tanto em relação ao *hinterland* como em relação ao Médio e ao Próximo Oriente. Em quarto lugar, temos importantes recursos do nosso solo e subsolo. Em quinto lugar, temos alguma infra-estrutura.

O capital estrangeiro possui uma tecnologia, possui meios financeiros. Por consequência, da combinação desses meios de que dispõe o estrangeiro com a combinação dos nossos meios, podemos encontrar o equilíbrio que seja mutuamente vantajoso, que dê lucro às duas partes.

Somos extremamente precisos no pagamento das nossas dívidas

— *Qual seria o limite de lucro que é permitido aqui em Moçambique?*

S.V. — Não é limite. É o relacionamento entre o que se põe e o que se tira, que se calcula em termos econômicos. Nós não pretendemos prejudicar ninguém, também não pretendemos ser prejudicados, de modo que não falaremos de limite.

O limite é aquilo que vamos discutir no contrato. O que é que vai ser a minha vantagem, o que é que vai ser a vantagem dele.

— Quer dizer que não existe um teto para a remessa de lucros, por exemplo?
S.V. — Não.

— É discutido caso a caso?
S.V. — Exato. Enquadra-se no plano que nós fazemos, nomeadamente com essa empresa.

— O senhor nos dá a entender aí, então, que não existe algo como um regulamento acabado que estabeleça...

S.V. — Um código de investimentos?

— Exato. Que estabeleça o comportamento...

S.V. — Não, não existe.

Há quem fale da necessidade do código de investimentos, quem fale da não necessidade do código de investimentos. Alguns dizem que a existência de um código de investimentos é uma garantia para o capital estrangeiro privado e que eles gostam muito de encontrar um código de investimentos. Nós temos trabalhado nesta base muito pragmática e temos tido sucesso. E pensamos que o código, [ao] contrário, iria retirar-nos uma flexibilidade de opção.

Quanto a oferecer garantia, pois, de novo volto a pensar sobre um fato: que o capital estrangeiro tem muito mais a lamentar de países com código de investimentos e com toda uma legislação de apoio à empresa privada do que se tem a lamentar das suas relações com países socialistas, nomeadamente com Moçambique.

Que eu saiba, e é um fato notório e público, o caso concreto de Moçambique, em toda a parte dizem que somos extremamente precisos no pagamento das nossas dívidas, das nossas obrigações, somos extremamente escrupulosos na observação da totalidade das nossas obrigações.

Em toda a parte lhe dirão isso e, no entanto, não temos código de investimentos. Já outros que o têm, talvez não estejam na mesma situação que nós.

Fazer barulho no Norte para melhor atacar no Sul

— Gostaria de saber que argumentos levaram Moçambique a apoiar a presença militar soviética no Afeganistão?

S.V. — Porque é que não faz a pergunta de outra maneira: "Que argumentos levaram Moçambique a apoiar o Estado do Afeganistão no seu direito de legítima defesa?"

Nós não estávamos a apoiar a União Soviética no Afeganistão. Nós estávamos a apoiar o Afeganistão no seu direito de livremente escolher a vida de desenvolvimento econômico e social e política. E se através dos Tratados e Acordos que o Afeganistão tem com outros Estados, estes o apoiaram nisso, pois estão a cumprir as suas obrigações. Este é um direito consagrado na Carta das Nações Unidas, de cada Estado fazer apelo a quem muito bem entender para resolver, se necessitar, os problemas decorrentes de agressões de que é vítima.

Eu diria que, por vezes, procura-se agitar uma árvore para melhor se esconder a floresta. Se se trata da retirada de tropas estrangeiras dos Estados, da liquidação de bases militares estrangeiras em cada Estado, nós estamos prontos a participar nessa batalha com todos os Estados. E creio que a União Soviética também tem afirmado esta posição.

Talvez os nossos amigos que vêm da América Latina nos possam falar das bases militares que estão presentes em territórios de Estados da América Latina, inclusive contra a vontade desses Povos? Então, vamos ao problema de fundo e abordemos o problema de fundo com a seriedade que requer esse problema de fundo. Não se façam tempestades em copos de água para melhor camuflar outras atividades.

Como antigo combatente guerrilheiro, eu conheço muito bem a tática de fazer barulho no norte para melhor atacar no sul. E pode-se falar muito nas tropas soviéticas no Afeganistão, para melhor não se falar dos porta-aviões nucleares no Oceano Índico, dos milhares de aviões e helicópteros

que se concentram neste momento no Oceano Índico, das ameaças de agressão que surgem em toda a parte.

Relações entre Estados constróem-se passo a passo

— O senhor poderia-nos especificar, em termos bastante práticos, que tipo de cooperação e de aproximação o Brasil poderá representar para Moçambique a partir de agora?

S.V. — As nossas relações estão-se a desenvolver em vários campos.

Temos relações diplomáticas, que se têm desenvolvido normalmente e creio que com satisfação mútua. Temos que vos felicitar pelo trabalho do vosso Embaixador em Moçambique [Ítalo Zappa], da vossa Embaixada, que muito contribuiu para o avanço positivo das nossas relações.

Penso que a visita do senhor Chanceler Guerreiro é a expressão desse desenvolvimento positivo das relações políticas e diplomáticas entre os dois Estados.

As relações comerciais têm-se desenvolvido duma maneira que também considero positiva. Neste momento, elas devem orçar em cerca de cem milhões de dólares as relações comerciais entre os dois países. Ainda não coloca o Brasil entre os nossos principais parceiros, mas pensamos que haverá um vocacionamento para que elas se desenvolvam ainda mais e que o Brasil possa vir a surgir como um dos nossos principais parceiros comerciais.

No campo da técnica, algum trabalho se está a fazer e temos tido uma cooperação positiva com algumas empresas nesse campo e pensamos que na seqüência destes contatos, agora estabelecidos a um nível elevado, poderemos encontrar novas vias de cooperação e novos campos de cooperação, na agricultura, na indústria, nas infra-estruturas de transporte, em que uma parte e outra podem encontrar vantagem grande.

Ao nível das relações culturais, científicas, desportivas, creio que pouco ou nada se fez. Teremos que encarar como um cam-

po importante, tendo em em conta sobretudo a grande afinidade na tradição cultural dos nossos dois Povos. E que seria de grande interesse para os nossos dois Povos a aproximação, que consolida as suas relações de amizade e de cooperação. E as relações entre os Estados também se constroem como as relações entre pessoas. É passo a passo, é num conhecimento e relacionamento mútuo que desenvolvemos o conhecimento e a tendência para o relacionamento mútuo.

O que se fez nestes cinco anos, já é positivo. O que será nos próximos cinco anos? Talvez o que se fez pareça apenas como uma gota de água. É a nossa esperança.

— Os donos das barbearias, das mercearias e dos cabeleireiros já estão voltando?

S.V. — Os que saíram não voltam. O que foi produto de exportação, não é produto de reimportação. Quem abandonou a nossa Pátria nos momentos difíceis, porque nós éramos "terroristas" no poder, não é bem-vindo. O que vêm cá fazer?

— Eu só queria continuar esta questão. Eu quero saber como é que se vai fazer na prática essa devolução dessas pequenas mercearias...?

S.V. — ... Não se trata de uma devolução porque não andamos a confiscar. O que tinha acontecido foi um abandono. Nós não estamos a entregar àqueles que abandonaram. Abandonou, abandonou! Boa viagem. Se quiser voltar a conquistar de novo esta terra, então pegue nas caravelas do Vasco da Gama e venha de novo por aí abaixo. E como isso não é muito realista, passe muito bem onde se encontra.

Agora, há pessoas que estão no País, que estão interessadas em fazer funcionar essa barbearia, que têm os meios, que têm a competência, pois muito bem, então aceitamos propostas e em face das propostas decidimos.

Não estamos a devolver a ninguém. É uma conquista nossa. Eles foram-se embora porque não gostavam de nós. Então, por que que haviam de voltar?

Purificação das nossas fileiras é um princípio constante

— *Continuando um pouco nessa linha, ontem eu li o jornal local e falava-se em alguns problemas da distribuição da safra de milho e dizia-se lá que havia necessidade de purificação no sistema e se aludia a uma série de detenções que houve em certa província para fazer essa purificação. Gostaria de entender melhor isto. O que significa exatamente (. . .) esses companheiros que se deixaram aniquilar por balas de açúcar, essas pessoas que estão sendo purificadas como estão sendo tratadas, e onde vão parar exatamente?*

S.V. — Temos vários casos. Eu penso que a experiência prática tem demonstrado como temos resolvido estes vários casos.

Há indivíduos que cometeram pequenas faltas. Há indivíduos que cometeram faltas médias e há indivíduos que cometeram crimes. Se rouba, quando se faz um desvio de fundos, é um crime.

O nosso princípio tem sido sempre, e a nossa prática tem sido sempre, de denunciar o erro, e nunca escondemos os erros. Pomos em público, pomos no jornal, pomos na rádio, pomos diante dos trabalhadores todos.

Quando são pequenas faltas que podem ser recuperadas naquele local de trabalho, a pessoa continua a trabalhar, é objeto de uma crítica pública e é apoiada a modificar os seus métodos, e o conjunto dos trabalhadores o fazem. Em outros casos, nós sentimos que há uma incapacidade fundamental dessa pessoa em desempenhar esse tipo de tarefa. Cometeu faltas por incapacidade. Então, é preciso mudar a natureza da tarefa e vai para um outro setor onde também é apresentado o seu caso e, explicado o seu caso, como é que as pessoas o devem apoiar.

Há, finalmente, o caso de crimes. O indivíduo que roubou, que desviou fundos, isso é matéria já dos tribunais. Mas, de toda a maneira, no centro prisional, no centro de reeducação onde se encontra, o nosso objetivo principal é que aquele homem quando

sair saia como um elemento útil, um novo elemento que procedeu a uma ruptura importante com aquilo que foi o passado dele. Temos tido casos muito positivos e numerosos de elementos que foram condenados e que de novo estão reintegrados.

O princípio da purificação das nossas fileiras é um princípio constante. Nós dizemos que a Revolução é como um rio. Um rio muito poderoso que à medida que se vai aproximando do mar, vai recebendo novas águas, novas forças, e por isso mesmo rejeita os pesos mortos para as margens. Se não rejeita, estagna. Se estagna, apodrece.

As relações são preparadas para que não fiquem como afirmações vagas de princípios

— *Gostaria de saber se agora que o Brasil e Moçambique estão assim a desenvolver relações amenas e o Brasil também já pagou parte da dívida (. . .) é o Brasil que tem vindo mais a Moçambique que Moçambique lá . . .*

S.V. — Eu não estou a ver isto exatamente como um jogo de futebol, em que quem é que meteu mais gols. Quem fez mais visitas . . . Não tenho a contabilidade das visitas feitas de parte a parte.

— *Mas nós ainda não temos embaixador seu lá e nos ressentimos muito disso . . .*

S.V. — A abertura das embaixadas obedece a um plano de trabalho. Não é só uma casa, por muito confortável que seja. A embaixada são quadros.

— *O senhor disse que não há uma contabilidade das visitas. As visitas diplomáticas são bem o termômetro das relações entre dois países.*

S.V. — Podemos dizer que esta é a primeira visita ministerial entre os dois países e nesse sentido, pois, podemos dizer que ou o Brasil ou Moçambique — não sei de que lado é que vamos dizer quem marcou o primeiro gol, se é o visitante se é o hospedeiro, mas esta é a primeira visita ao nível

ministerial que situa-se ao nível mais elevado ministerial, uma vez que se trata do Ministro das Relações Exteriores. É uma visita de caráter eminentemente político. Penso que será certamente respondida, como é a prática destas visitas. E então estaremos empatados. E depois continuaremos.

— Mas o que é que retarda o Governo de Moçambique a tentar fazer o seu gol também?

S.V. — Porque é que não me dirá o meu amigo, como brasileiro, o que é que impediu a equipe do Brasil de meter o seu primeiro gol?

Penso que a questão não se pode situar nesses termos. As relações são preparadas, são construídas e vêm de certo momento porque há que criar as condições para que as relações sejam sólidas e não fiquem apenas como afirmações vagas de princípio e de boa-vontade a serem reafirmadas numa ou outra ocasião.

— Mas o Governo de Moçambique foi durante muito tempo refratário às tentativas de aproximação do Governo brasileiro. E agora se criaram condições para que o Ministro das Relações Exteriores viesse aqui. Pois eu diria que isso poderia ser consequência da abertura política que se iniciou no Brasil. Ou que outros fatores são responsáveis por isso?

S.V. — Primeiro está-me a informar que o Governo moçambicano era refratário...

— Será que o convite ao Secretário-Geral do Partido Comunista para o Dia Nacional Moçambicano significava para o Governo brasileiro um desprestígio, pelo menos...

S.V. — Bom, cada um interpreta como pode e a mais não é obrigado. Nós quando convidamos o camarada Luís Carlos Prestes a visitar Moçambique, o convidamos como um companheiro de luta, um companheiro dos momentos difíceis que é muito querido pelo nosso Povo. Não pensamos que isso ofenda o Povo brasileiro.

— Não, o Povo não!

S.V. — A meu conhecimento, também o Governo brasileiro não fez qualquer protesto ou observação. De modo que não sei como interpretar o que disse.

— Mas a abertura da democracia brasileira, a melhoria (...)

S.V. — Eu penso que a resolução dos problemas dentro dum país contribui sempre para que esse país melhor se possa apresentar no ponto de vista externo. Costuma-se dizer que uma pessoa doente não sai de casa. Quando alguém está com febre fica em casa. É na medida em que existe uma resolução dos problemas em qualquer Estado, dos problemas que esse Estado enfrenta, pois ele está em melhores condições de no exterior prosseguir a uma política coerente.

Não estou com isso a dizer que o Estado brasileiro se encontrava ou não se encontrava doente. Fiz uma afirmação geral.

— Existia uma desconfiança de Moçambique em relação ao Brasil. Já terminou a desconfiança em relação ao Brasil ou persiste ainda algum vestígio?

S.V. — Volta de novo a pôr em nós aquilo que está a afirmar e põe como afirmação nossa o que é sua afirmação. Está-me a afirmar que havia uma desconfiança de Moçambique em relação ao Brasil.

— O Governo brasileiro sempre disse que não havia desconfiança em relação a Moçambique. Como as relações não caminharam, a conclusão mais ou menos lógica é que a desconfiança existia.

S.V. — Bom, é a conclusão que se pode fazer. Nós nunca afirmamos que desconfiávamos do Brasil, se nós pensamos que as relações se constroem e têm de se construir solidamente, e têm que se dar os passos necessários para se construírem relações de uma maneira sólida.

Nós, em princípio, não construímos relações em base de entusiasmos e emoções de momento. E pensamos que as relações entre Moçambique e o Brasil são relações

sólidas e que era do interesse mútuo, de parte a parte, de as construir de uma maneira sólida. E podemos afirmar que, nessa medida, hoje, a visita do chanceler brasileiro consagra uma etapa determinada daquilo que já foi realizado e abre uma nova perspectiva. E sentimos que o terreno está sólido. Não fazemos relações como *flirts*.

Um partido tem que ser independente senão não é um partido

— *Tenho uma questão teórica. Os comunistas brasileiros discutem muito hoje no País uma linha eurocomunista e uma linha ortodoxa. Nessa questão que é muito interessante, muito apaixonante, qual é a sua posição pessoal e talvez a posição discutida aqui em Moçambique? Diria interessado nessa tese eurocomunista, que particularmente os italianos têm analisado e desenvolvido uma posição de independência e de flexibilidade?*

S.V. — Como Partido, nós não ingerimos nos assuntos internos dos Partidos irmãos. Entendemos que cada Partido irmão é suficientemente adulto para saber determinar quais são as condições, quais são as fases, as etapas e os métodos, a estratégia e a tática do desenvolvimento do seu trabalho. Não nos compete a nós estar a dar lições aos outros, como os outros não nos vêm dar lições.

O Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista Italiano, são Partidos irmãos, são Partidos adultos, que provaram em muitas ocasiões a sua maturidade. Compete a eles determinar a via mais correta para o seu trabalho. Nós fizemos o mesmo.

— *O senhor podia falar algo mais explícito? Eu entendi exatamente que o senhor*

nos disse que em Moçambique há uma linha independente. . .

S.V. — . . . Não só em Moçambique. Um Partido tem que ser independente. Senão, não é um Partido, é uma federação do Comitê Central que está noutra sítio. Ou é um Partido ou não é um Partido.

— *O senhor acredita que em África se desenvolve um tipo de socialismo próprio do continente, algo de novo? . . .*

S.V. — . . . O senhor acredita que em África vai-se desenvolver um tipo especial de matemática, de física, de química? Que o homem africano tem uma química diferente do homem europeu, do homem asiático?

— *As condições culturais são diferentes.*
S.V. — E depois?

— *O senhor acredita que o marxismo é uma ciência. . . ?*

S.V. — Como marxista direi que sim. Porque trabalhamos numa base científica. Não falamos no socialismo utópico.

Que, evidentemente, no nosso trabalho as condições específicas em cada momento e em cada sítio determinam métodos próprios, é óbvio. Quando estou a trabalhar em Moçambique, a maneira como trabalho na Província do Maputo não é exatamente a mesma em Niassa, e mesmo dentro da Província do Niassa, quando estou no distrito de Lichinga e no distrito de Mecanhe-las, os problemas podem-se apresentar de uma maneira diferente. E é tarefa da Direção ter em atenção e prestar atenção devida à resolução correta dos problemas como eles se apresentam.

Mas, não penso que exista em Moçambique o socialismo de Mecanhe-las, que se vai comparar com a via socialista do Distrito da Moamba. Há um só socialismo.

NOVAS PERSPECTIVAS

1. Introdução

O ano de 1980 constituiu um marco na consolidação e expansão do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA.

O quadro de professores e pesquisadores aumentou – atingindo atualmente o número de 12 – bem como o corpo técnico-administrativo, composto por sete elementos. Consolidou-se o programa de estudos das Relações Internacionais, com enfoque na África, e retomou-se, em nível acadêmico mais consistente, os estudos afro-brasileiros. Estes são conectados, em algumas pesquisas, com a análise das relações do Brasil com a África, matéria que forma o eixo predominante das nossas investigações até 1982.

A consolidação do CEAA em termos acadêmicos se deveu a uma série de fatores internos e externos à instituição. Entre eles se destaca a determinação da Presidência do Conjunto Universitário Candido Mendes em suprir de maiores recursos o CEAA. Outro fator decisivo é a qualificação acadêmica e experiência profissional dos membros integrantes do CEAA. Essa qualificação está sendo obtida de dois modos. Um, pelo aperfeiçoamento e pós-graduação dos professores mais antigos, africanos e brasileiros, realizados, nestes últimos dois anos, no exterior (Washington, Louvain e Pequim); outro, pela contratação de novos professores já pós-graduados, com experiência africana. Para a área de estudos afro-brasileiros, contratamos professores que, além de qualificação acadêmica, tinham já experiência pessoal em instituições dedicadas aos problemas específicos dos negros no Brasil.

Complementando o quadro permanente, o CEAA está agregando, como professores associados ou consultores, pessoal docente pós-graduado, alguns dos quais tiveram uma experiência profissional em países africanos, especialmente os de língua portuguesa. Pretende-se também aumentar o número de africanos no nosso quadro com professores visitantes, como resultado de uma rede de intercâmbio que fortalecemos

no correr de 1980 com universidades africanas. O intercâmbio com o Oriente Médio e Ásia será fortalecido no próximo ano.

A preocupação com o grau acadêmico do nosso corpo docente está também ligado ao propósito do CEEA em tornar-se um centro de pós-graduação em Relações Internacionais (com concentração na África e Ásia) e Estudos Afro-Brasileiros, áreas fundamentais do conhecimento onde inexiste, no momento, pós-graduação no Brasil.

Este ano o CEEA procurou alargar as suas fontes de apoio institucional e de financiamento junto a organismos nacionais (CNPq e Subin – Secretaria de Cooperação Técnica e Econômica Internacional) e internacionais (Fundação Ford, Unesco e PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Por outro lado, intensificou-se o intercâmbio com centros de estudos africanos e asiáticos da América Latina e da África através, sobretudo, do processo de integração com a Aladaa – Associação Latino-Americana de Estudos Africanos Asiáticos, e com o Codesria – Conselho para o Desenvolvimento de Pesquisa Social na África, tendo o CEEA recebido a visita de dirigentes dessas entidades. Um congresso, marcado para 1982, reunindo no Rio de Janeiro centros de estudo dos dois continentes, constituirá uma valiosa contribuição do CEEA para a cooperação acadêmica entre os dois continentes.

2. Programas em desenvolvimento

As atividades prioritárias do CEEA desenvolvem-se em programas integrados envolvendo basicamente: pesquisa, ensino, publicações, documentação e intercâmbio.

2.1 Pesquisa

O programa de pesquisas abrange, no momento, oito projetos, integrados em duas linhas básicas: relações internacionais, com ênfase nas "Relações do Brasil com a

África e seu impacto na sociedade brasileira, em geral, e na comunidade negra, em particular", e estudos africanos.

– *Relações do Brasil com a África, no passado, e a participação do Negro na formação da sociedade brasileira (Joel Rufino dos Santos e Michael Turner)*. Objetivo: Integrar o conhecimento das sociedades africanas da Costa Atlântica (séculos XV a XIX) na História do Brasil e iniciar a revisão da historiografia brasileira visando a reavaliar a importância da participação dos africanos e seus descendentes no processo de formação da sociedade brasileira.

– *Relações econômicas Brasil-África: novas formas de cooperação (Jacques d'Adesky)**. Objetivo: Na perspectiva das relações Sul-Sul, analisar as relações Brasil-África: intercâmbio comercial, mecanismos financeiros, avaliação de transferência de tecnologia e assistência técnica.

– *Relações políticas do Brasil com a África: 1960-1980 (Elimar Nascimento)*. Objetivo: Análise da evolução histórica recente da política externa do Brasil para a África. Formulação de uma hipótese para o estudo dos mecanismos de decisão da política externa brasileira. Reforço do setor de Documentação do CEEA sobre a matéria, através da aquisição de material bibliográfico, microfilmagem de documentos e coleta de depoimentos de personalidades intervenientes nessas relações, pelo método de "história oral".

– *Relações do Brasil com os países de língua comum: 1960-1980 (João Luís Ribeiro Fragoso)*. Objetivo: Estudo das condições e contradições da acumulação de capital no Brasil, nas últimas décadas, e suas implicações com o desenvolvimento das relações do Brasil com os países africa-

* Esta pesquisa já deu como resultado dois trabalhos de d'Adesky: "Intercâmbio Comercial Brasil-África (1958-1977): Problemas e Perspectivas", in *Estudos Afro-Asiáticos* n.º 3, 1980, e "Brasil-África: Convergência para uma Cooperação Privilegiada", no presente número.

nos de língua portuguesa (em especial Angola) ocorrido no mesmo período. Análise do papel do Estado nesse processo.

— *Relações do Brasil com a África de língua portuguesa e o Senegal, vistas através da grande imprensa brasileira: 1972-1980 (Judite Rosário)*. Objetivo: Análise do conteúdo de editoriais, artigos e notícias de quatro dos principais jornais brasileiros, de modo a pesquisar a maneira como a grande imprensa acompanhou a política externa brasileira para os países em questão.

— *Análise dos estudos africanos e afro-brasileiros e das instituições afro-brasileiras no nosso país; proposição de programas para a década de 1980 (Paulo Roberto dos Santos)*. Objetivo: Avaliação do estado atual dos estudos e das instituições acima referidas e proposição de programas a nível dessas instituições e dos diversos setores da sociedade brasileira, de modo a desenvolver, em todo o Brasil, estudos africanos e afro-brasileiros e suas instituições. Intensificar os estudos afro-americanos e estabelecer intercâmbio com instituições desse tipo na América Afro-Latina, em especial o Caribe.

— *Relações Internacionais na África (José Maria Nunes Pereira e Manuel Faustino)*. Objetivo: Formulação de um modelo analítico multidisciplinar que permita analisar os principais agentes de política internacional intra-africana (Estados, organizações regionais, movimentos de libertação etc.) e os tipos de relações das grandes e médias potências com a África; estudo da política africana de Cuba.

— *Namíbia: histórico de uma crise e o imperativo da independência (Maria Helena de Oliveira Barbosa)*. Objetivo: Estudo explorativo dos diversos fatores, internos e externos, que moldaram a crise namibiana no quadro específico de um colonialismo africano (dominação pela África do Sul). Levantamento de hipóteses sobre as alternativas possíveis de superação desta crise na perspectiva da independência nacional.

2.2 Cursos

Em 1980, o CEEA realizou cinco cursos de extensão universitária. No primeiro semestre: *Introdução ao estudo do I Ching, o livro das mutações* (Prof. Gustavo A. Correa Pinto) e *Princípios fundamentais do Sistema Filosófico Chinês* (Prof. Ricardo Joppert); no segundo semestre: *I Ching, o livro das mutações e Introdução ao pensamento clássico da Índia* (Prof. Gustavo A. Correa Pinto) e *Civilização e língua chinesas* (Prof. Ricardo Joppert).

Em 1981 o CEEA realizará modificações em seus cursos de extensão universitária. Serão semestrais, com propósito de especialização. Entre os inicialmente programados estão: *Relações da América Latina com a África no século XIX* (Prof. Michael Turner), *Economia africana contemporânea* (Prof. Jacques d'Adesky), *Relações Internacionais na África I* (Prof. José Maria Nunes Pereira e Manuel Faustino), *Aspectos da participação do Negro na história do Brasil* (Prof. Joel Rufino dos Santos), *A revolução moçambicana: uma leitura gramsciana* (Prof. Elimar Nascimento), *O Negro na literatura brasileira* (Prof. Paulo Roberto dos Santos).

2.3 Seminários

Durante 1980 o CEEA patrocinou, junto com outras instituições e com a colaboração das Nações Unidas, o 1.º *Seminário sobre o Racismo e o Apartheid*, realizado no Rio de Janeiro, de 26 a 30 de maio, e participou do *Encontro Brasil-Nigéria*, ocorrido em São Paulo, de 29 a 31 de julho (Ver p. 97).

A nível mais restrito, foram realizados na sua sede diversos pequenos seminários de pesquisa entre os quais destacamos uma série deles abordando diversos aspectos das relações do Brasil com a África: *A Revolução Social em Moçambique*; *Escritores Negros no Brasil: o caso de Lima Barreto*; *Namíbia: esboço de análise de uma crise*.

2.4 Conferências

O CEEA promoveu, de setembro a dezembro de 1980, em sua sede, um ciclo de conferências sobre as relações do Brasil com a África, estudos afro-brasileiros e estudos africanos. Podemos enumerar: *Consciência e mobilização política do Negro* (Pierre-Michel Fontaine), *Pensamento político de Frantz Fanon* (Manuel Faustino), *A mulher na África: Tradição ou Revolução* (Nélie Sá Pereira), *Relações Brasil-África: perspectivas africanas* (Michael Turner e Anani Dzidzienyo), *Rebeliões negras* (Lana Lage), *Desenvolvimento e dependência da economia africana* (Jacques d'Adesky), *Raça e classe social no Brasil* (Carlos Hasenbalg), *Instituições afro-brasileiras: primeira abordagem* (Paulo Roberto dos Santos, Lélia Gonzalez e Orlando Fernandes) e *Relações Internacionais na África: ensaio de um modelo analítico* (José Maria Nunes Pereira).

Professores do CEEA realizaram conferências em faculdades e instituições culturais do Rio de Janeiro e em outros Estados. José Maria Nunes Pereira participou de um painel sobre as relações do Brasil com a África contemporânea no Congresso da Lasa — Associação de Estudos Latino-Americanos, nos Estados Unidos.

2.5 Congressos

Na perspectiva das pesquisas em curso, estão marcadas a realização de um congresso internacional sobre as relações do Brasil com a África (agosto de 1981) e o Congresso Nacional de Centros de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros e de Instituições Afro-Brasileiras (fevereiro de 1982).

2.6 Publicações

Além dos números 3 e 4 de *Cadernos Cândido Mendes — Estudos Afro-Asiáticos*, o CEEA editou textos de apoio (de circulação restrita) para seus cursos e semi-

nários e realizou trabalhos de assessoria a órgãos públicos e empresas privadas. Recentemente foram editados os seguintes textos de apoio: "A descoberta de Moçambique" (Elimar Nascimento), "Desenvolvimento dependente — estudo de caso: Costa do Marfim" (Jacques d'Adesky), "Relações Brasil-África: um perfil" (José Maria Nunes Pereira), "Namíbia: um imperativo para a independência" (Maria Helena de Oliveira Barbosa), "Pela eliminação da discriminação racial" (José Maria Nunes Pereira), "Organismos não governamentais brasileiros na luta contra o *apartheid*" (Judite Rosário) e "Racismo na África Austral: aspectos históricos" (José Maria Nunes Pereira).

2.7 Documentação e Intercâmbio

O CEEA conta atualmente em sua biblioteca com cerca de 5 mil volumes, a maioria dos quais de edição posterior a 1970. Abrangendo várias áreas do conhecimento, destacam-se os setores dedicados aos estudos africanos, asiáticos, de relações internacionais e afro-americanos. A seção de textos e documentos (*papers*) conta com cerca de 400 títulos.

Em seus arquivos, possui uma coleção, única no Brasil, de cerca de 40 mil artigos catalogados, de grande importância para pesquisadores brasileiros e estrangeiros interessados em documentos de fontes primárias. A coleção de revistas possui mais de 150 títulos, dos quais 43 chegam com regularidade.

Registre-se que o enriquecimento acelerado do Departamento de Documentação dá-se principalmente através de aquisição, assinatura, doações, além de intercâmbio com instituições, centros acadêmicos brasileiros e estrangeiros e embaixadas sediadas no nosso país, entre as quais cabe destacar: Estados Unidos, França, República Popular da China e Iugoslávia.

No tocante a intercâmbio, o CEEA mantém contatos institucionais com mais de uma centena de entidades estrangeiras,

assim distribuídas geograficamente: Estados Unidos (35), Canadá (4), América Latina e Caribe (11), África (32), Europa (27), Oriente Médio e Ásia (5).

O CEEA mantém ainda um arquivo áudio-visual à disposição dos especialistas.

3. Visitas

O CEEA tem recebido constantes visitas de personalidades e professores nacionais e estrangeiros.

Durante o ano de 1980, participaram de sessões de trabalho na nossa sede: Aquino de Bragança, Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique, na companhia do Embaixador brasileiro naquele país, Ítalo Zappa (4/3); Jean Claude Eicher, Reitor da Universidade de Dijon (5/3); Gustavo Lopez, Representante da Unesco no Brasil (17/3); Michael Gucovsky, Chefe da Divisão de Projetos Regionais do Bureau da América Latina do PNUD (17/3); José Thiago Cintra, do Centro de Estudos da Ásia e África do Norte do Colégio de México e Secretário Geral da Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos — ALADAA (7/5); William Carmichael, Chefe do Departamento de África e Oriente Médio da Fundação Ford e seu Assessor Richard Horowitz, acompanhados por James Gardner, Representante da Fundação Ford no Brasil, e Shepard Forman, Assessor da Fundação Ford para as áreas de ciências sociais e desenvolvimento rural (26/5); Nken Wadibia, Representante do Comitê Especial das Nações Unidas contra o Apartheid (30/5); José R. Horta, Representante junto à ONU da Frente de Libertação de Timor Leste — Fretilin (2/6); Brady Tyson, da American University, de Washington e ex-membro da Missão Permanente dos Estados Unidos junto às Nações Unidas (9/6); William Foltz, da Universidade de Yale e Diretor do Programa para a África Austral do Conselho de Relações Exteriores dos Estados Unidos, acompanhado

de Richard Kaplan, da Usica no Rio de Janeiro (23/6); David Brookshaw, da Universidade de Bristol (7/7); David Bell, Vice-Presidente da Fundação Ford e James Himes, Chefe da Divisão da América Latina da mesma Fundação, acompanhados do Assessor William Dyal, ex-Presidente da Fundação Interamericana (8/7); Guy Martinière, Diretor do Gresal — Grupo de Pesquisas e Estudos para a América Latina da Universidade de Grenoble (11/7); Thomas Sanders, do American University Field Staff (12/7); Fola Soremekun, da Universidade de Ifé e U. Joy Ogwu, do Nigerian Institute of International Affairs (4/8); Gladis Lechini, do Grupo de Estudos Africanos da Universidade de Rosário (11/8); Giulio Fossi, do Centro de Desenvolvimento da OCDE (25/8); Pierre-Michel Fontaine, do Centro de Estudos Afro-Americanos da Universidade da Califórnia (8 e 15/9); Joana Torres, do Centro de Estudos de Dependência da Universidade de Lisboa, e Alfredo Margarido, da Universidade de Paris I (14/9); Albert Botbol, Diretor para Assuntos Políticos da Unesco (22/9); Alf Schwarz, Presidente da Associação Canadense de Estudos Africanos (17/10); Anani Dzidzienyo, do Centro de Estudos Brasileiros e Portugueses da Brown University (28/10); Patrício Leiva, da Divisão de Comércio Internacional e Desenvolvimento da Cepal (30/10); William Quandt, da Brookings Institution, de Washington (31/10); Franklin Thomas, Presidente da Fundação Ford, e seus Assessores Milfred Fierce e Linda Potter (13/11); T. Kobayashi, Conselheiro para Assuntos Internacionais da OCDE (17/11).

A Direção do Conjunto Universitário Candido Mendes e do CEEA recebeu, em junho passado, o Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, Luís Cabral, ministros e demais membros da comitiva guineense em visita ao Brasil. Nesse mesmo mês, recebeu-se a visita do Cardeal Bernardin Gantin, do Benin, Presidente da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Vaticano. Na abertura do ano letivo, visi-

tou o CEEA o Subsecretário Geral da Unesco, Professor Frederico Mayor. Em janeiro de 1980, o Vice-Diretor do CEEA

teve uma reunião de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Mustapha Niasse, então em visita ao Brasil.

CEEA

NEW PERSPECTIVES

The year 1980 constituted a solid step in the consolidation and expansion of the Center for African and Asian Studies - CEEA.

The roster of professors and researchers increased - currently reaching 12 in number - as well as the administrative-technical staff, composed of 7 persons. The program of studies in International Relations was consolidated, with emphasis in Africa and the return, with a more consistent academic level, of Afro-Brazilian Studies. These are connected, in some of the research projects, with the analysis of the relations between Brazil and Africa, the material which forms the predominant axis of our investigation until 1982.

The consolidation of CEEA in academic terms is due to a series of factors, internal and external, to the institution. Among these should be highlighted the determination of the Presidency of the Candido Mendes University to secure more resources for CEEA. Another decisive factor is the academic qualification and professional experience of the resident members of CEEA. This qualification is being obtained by two methods. One by the upgrading and graduate study of the more senior professors, Africans and Brazilians, being undertaken during the last two years, overseas (Washington, Paris, Louvain, Peking), the other, through the hiring of new professors, already with graduate degrees, and African experience. For the area of Afro-Brazilian Studies, we have contracted professors who apart from their academic qualifications, already have a personal experience in institutions dedicated to the specific problems of blacks in Brazil.

Complementing the permanent staff, CEEA is increasing with associated professors and consultants, academic personnel with graduate study, some of whom have had a professional experience in African countries, especially those of Portuguese language. We also hope to increase the number of Africans in our roster as visiting professors, as a result of a network of interchange

that would strengthen us, this year, with African universities. Exchange with the Middle East and Asia would be strengthened next year.

The concern with the academic level of our academic staff is also linked to the goal of CEEA to transform itself into a graduate center of study in International Relations (with a concentration in Africa and Asia) and Afro-Brazilian Studies, fundamental areas of knowledge where, at the moment, no graduate study exists in Brazil.

This year CEEA attempted to enlarge its sources of institutional and financial support together with national agencies (CNPq and Subin - Secretariat for International Technical and Economic Cooperation) and international (Ford Foundation, Unesco and UNDP - United Nations Program for Development). On the other side, we intensified the exchange with centers of African and Asian Studies in Latin America and Africa through, above all, the process of joining with ALADAA (Latin American Association of African and Asiatic Studies) and with Codesria (Council for the Development of Social Research in Africa), having received in visits, the directors of these organizations. A conference, scheduled for 1982, uniting in Rio de Janeiro centers of study of the two continents, will constitute a very valuable contribution of CEEA towards academic cooperation of the two continents.

1. Programs in Development

The priority activities in CEEA develop in integrated programs basically involving: research, teaching, publication, documentation and interchange/exchange.

1.1 Research

The program of research at the moment embraces eight projects, integrated in two basic

lines: international relations, with emphasis on "Relations of Brazil with Africa and its impact on Brazilian society in general, and the black community in particular" and African Studies:

– *Relations of Brazil with Africa, in the past, and the participation of the Black in the formation of Brazilian Society* (Joel Rufino dos Santos and Michael Turner). Objective: Integrate the knowledge of African societies on the Atlantic Coast (centuries XV-XIX) into the history of Brazil and initiate a revision of Brazilian historiography attempting to re-evaluate the importance of the participation of Africans and their descendants in the process of the formation of Brazilian society.

– *Economic relations Brazil-Africa: New forms of cooperation* (Jacques d'Adesky). Objective: In the perspective of relations South-South, analyse Brazil-Africa relations: commercial exchange, financial mechanisms, evaluation of transference of technology and technical assistance.

– *Political relations of Brazil with Africa: 1960-1980* (Elimar Nascimento). Objective: Analysis of historical evolution of recent foreign policy of Brazil for Africa. Formulation of a hypothesis for a study of the mechanisms of decision making in Brazilian foreign policy. Reinforcement of the documentation sector of CEAA on the subject through acquisition of bibliographic material, microfilming of documents and gathering of personal statements and documents of key actors in these relations, through method of "Oral History".

– *Relations of Brazil with African countries of common language – 1960-1980* (João Luis Ribeiro Fragoso). Objective: Study the conditions and contradictions of capital accumulation in Brazil in the past few decades and its implications with the development of relations of Brazil with African countries of Portuguese language (especially Angola) occurring in the same period. Analysis of the role of the State in this process.

– *Relations of Brazil with Africa of Portuguese language and Senegal, seen through the Brazilian Press: 1972-1980* (Judite Rosario). Objective: Analysis of the content of editorials, articles and announcements of the four major Brazilian newspapers to attempt to research the manner in which the major elements of the press

followed Brazilian foreign policy towards the aforementioned countries.

– *Analysis of African Studies and Afro-Brazilian Studies and of Afro-Brazilian Institutions in our country; proposal of programs for the decade of the 1980s* (Paulo Roberto dos Santos). Objective: Evaluation of actual state of studies and of the institutions referred to above and proposal of programs for the level of these institutions and the diverse sectors of Brazilian society, so as to develop in all of Brazil, African Studies, Afro-Brazilian Studies and their institutions. Intensify Afro-American Studies and establish interchange with institutions of this type in Latin America and especially the Caribbean.

– *International Relations in Africa* (José Maria Nunes Pereira and Manuel Faustino). Objective: Formulation of a multidisciplinary analytical model that permits analysis of the principal agents of inter-African international politics (States, regional organizations, liberation movements, etc.) and the types of relations the large and medium powers have with Africa; study of the African policy of Cuba.

– *Namibia: Historical review of a crisis and the imperative of independence* (Maria Helena de Oliveira Barbosa). Objective: Explorative study of diverse factors, internal and external, that have molded the Namibian crisis into a specific picture of an African colonialism (domination by South Africa). Survey of hypotheses concerning possible alternatives for the overcoming of this crisis in the perspective of national independence.

1.2 Courses

In 1980 CEAA gave five university extension courses. In the first semester: *Introduction to the Study of the I Ching – The Book of Changes* (Prof. Gustavo A. Corrêa Pinto) and *Fundamental Principles of the Chinese Philosophical System* (Prof. Ricardo Joppert); in the second semester: *I Ching The Book of Changes and Introduction to the Classic Thought of India* (Prof. Gustavo A. Corrêa Pinto) and *Civilization and Chinese Language* (Prof. Ricardo Joppert).

For 1981 CEAA will have modifications in its university extension courses. They will be semester-length, with possibilities for a specialization. Among those initially programmed are: *Relations of Latin America with Africa in the XIX and XXth Centuries* (Prof. Michael Turner), *Contemporary African Economics* (Prof. Jacques d'Adesky), *International Relations in Africa I* (Prof. José Maria Nunes Pereira and Manuel Faustino), *Aspects of the Participation of the Black in the History of Brazil* (Prof. Joel Rufino dos Santos), *The Mozambican Revolution: A Gramscian Reading* (Prof. Elimar Nascimento), and *The*

* This research has given as a result, two works of d'Adesky: "Commercial Exchange Brazil-Africa (1969-1977): Problems and Perspectives" in *Estudos Afro-Asiáticos* n.º 3, 1980, and "Brazil-Africa: A Convergence for a Privileged Cooperation", in this edition.

1.3 Seminars

During the current year CEEA jointly with other institutions and collaboration of the United Nations, with the Seminar on Racism and Apartheid, the First and (CEAA) participated in the 26-30th May, Encounter, which took place in São Paulo, from July 29-31. (See p. 97).

On a more restrictive level, a series of small research seminars occurred in its headquarters among which we can highlight a series of small various aspects of the relations of Brazil with Africa; *The Social Revolution in Mozambique*; *Black Writers in Brazil: The Case of Lima Barreto*; *Namibia: Outline of an Analysis of a Crisis*.

1.4 Lectures

CEEA promoted between September and December 1980, in its headquarters, a cycle of lectures on the relations of Brazil with Africa, Afro-Brazilian Studies and African Studies. We are able to enumerate: *Consciousness and Political Mobilization of Blacks* (Pierre-Michel Fontaine); *Political Thought of Frantz Fanon* (Manuel Faustino); *Woman in Africa: Tradition or Revolution?* (Nélie Sá Pereira); *Brazil-Africa Relations: African Perspectives* (Michael Turner and Anani Dzidziényo); *Black Rebellions* (Lana Lage); *Development and Dependency of the African Economy* (Jacques d'Adesky); *Race and Social Class in Brazil* (Carlos Hasenbalg); *Afro-Brazilian Institutions: First Approach* (Paulo Roberto dos Santos, Lélia Gonzales and Orlando Fernandes) and *International Relations in Africa: Rehearsal of an Analytical Model* (José Maria Nunes Pereira).

Professors of CEEA gave lectures in colleges and cultural institutions in Rio de Janeiro and in other states. José Maria Nunes Pereira participated in a panel on Relations of Brazil with Contemporary Africa in the Lasa (Latin American Studies Association) Conference, in Bloomington (USA), in October of this year.

1.5 International Conferences

Within the perspective of ongoing research, an International Conference on Relations of Brazil with Africa (August 1981) and a National Conference of Centers of African Studies and Afro-Brazilian Studies and of Afro-Brazilian Institutions (February 1982) are scheduled.

1.6 Publications

Besides numbers 3 and 4 of *Estudos Afro-Asiáticos*, CEEA edited support texts (of limited circulation) for its courses and seminars and worked as consultants to various organizations public and private. Recently the following support texts were edited: "The Discovery of Mozambique" (Elimar Nascimento); "Dependent Development Case Study: Ivory Coast" (Jacques d'Adesky); "Relations Brazil-Africa: A Profile" (José Maria Nunes Pereira); "Namibia: An Impediment for Independence" (Maria Helena Barbosa); "For the Elimination of Racial Discrimination" (José Maria Nunes Pereira); "Brazilian Non-Governmental Organizations in The Fight Against Apartheid" (Judite Rosário); and "Racism in Southern Africa: Historical Aspects" (José Maria Nunes Pereira).

1.7 Documentation and Exchange

CEEA currently counts in its library approximately five thousand volumes, the majority of which were published after 1970. Covering various areas of knowledge, one can note the sectors dedicated to African Studies and Asian Studies, International Relations and Afro-American Studies. One section with texts and documents (papers) has approximately 400 titles.

In its archives, CEEA possesses a collection, unique in Brazil, of approximately 40 thousand catalogued articles of great importance for Brazilian researchers and foreigners interested in documents of primary sources. The journal collection contains more than 150 titles, of which 43 are received with regularity.

It should be noted that the increased enriching of the Department of Documentation, has been a result principally through acquisition, subscription, gifts, donations, apart from exchanges with institutions, Brazilian academic centers and foreign centers, embassies resident in our country. Here should be mentioned: the United States, France, Popular Republic of China and Yugoslavia. In the area of exchange, CEEA maintains institutional contacts with more than a hundred foreign institutions, thusly distributed geographically: United States - 35; Canada - 4; Latin America and the Caribbean - 11; Africa - 32; Europe - 27; Middle East and Asia - 5.

CEEA also maintains an audio-visual archive which is at the disposition of specialists.

2. Visits

CEEA has constantly been receiving visits of personalities and national and foreign professors.

During the year 1980, participating in working sessions in our headquarters have been: Aquino de Bragança, Director of the Center of African Studies at Eduardo Mondlane University, of Mozambique in the company of the Brazilian Ambassador to that country, Italo Zappa (4/3); Jean Claude Eicher, Rector of the University of Dijon (5/3); Gustavo Lopez, Representative of Unesco in Brazil (17/3); Michael Gucovsky, Chief of The Division of Regional Projects of the Latin America Bureau of UNDP (17/3); José Thiago Cintra, of the Center of Asian and North African Studies of El Colégio de Mexico and Secretary General of the Latin American Association of African and Asiatic Studies — ALADAA (7/5); William Carmichael, Head of the Middle East and Africa Division of the Ford Foundation and his Assistant Richard Horovitz, accompanied by James Gardner, Representative of the Ford Foundation in Brazil and Shepard Forman, Advisor for the Social Sciences and Rural Development (26/5); Nken Wadibia, Representative of the Special Committee of the United Nations Against Apartheid (30/5); José Ramos Horta, Representative attached to the United Nations of the Liberation Front for East Timor — Fretilin (2/6); Brady Tyson of American University, Washington, ex-member of the Permanent Mission of the USA to the United Nations (9/6); William Foltz, Yale University and Director of the Program for Southern Africa of the Foreign Relations Council of the United States, accompanied by Richard Kaplan, of Usica, Rio de Janeiro (23/6); David Brookshaw of the University of Bristol (7/7); David Bell, Vice President of the Ford Foundation, James Himes Head of the Office for Latin America and the Caribbean of the same Foundation, accompanied by Consultant William Dyal, former President of the Inter-American Foundation (8/7); Guy Martinière, Director of Gresal — Group of Research and

Study for Latin America of the University of Grenoble (11/7); Thomas Sanders of American Universities Field Staff (12/7); Fola Soremekun of the University of Ifé and U. Joy Ogwu, of the Nigerian Institute of International Affairs (4/8); Gladys Lechini of the African Studies Group, University of Rosário (11/8); Giulio Fossi, of the Development Center of OECD (25/8); Pierre-Michel Fontaine, of the Center for Afro-American Studies, University of California at Los Angeles (8-15/9); Joana Torres of the Center for the Study of Dependency, University of Lisboa, and Alfredo Margarido of the University of Paris I (14/9); Albert Botbol, Director for Political Topics of Unesco (22/9); Alf Schwartz, President of Canadian Association of African Studies (17/10); Anani Dzidziyeno of the Center for Brazilian and Portuguese Studies, Brown University (28/10); Patrício Leiva, of the Division of International Commerce and Development of Cepal (30/10); William Quandt, of the Brookings Institute, Washington (31/10); Franklin Thomas, President of the Ford Foundation and his advisors, Milfred Fierce and Linda Potter (13/11); T. Kobayashi, Counselor for International Affairs of the OECD (17/11).

The Directorate of the Candido Mendes University and of CEAA last June offered a reception for the President of the Council of State of Guinea-Bissau, Luís Cabral, ministers and other members of the Guinean commission. During that same month, we received Cardinal Bernardin Gantin, of Benin, President of the Pontifical Commission of Justice and Peace of the Vatican. At the opening of the academic year in a visit to the CEAA was the Sub-Secretary General of Unesco, Professor Frederico Mayor. In January of 1980, the Vice-Director of CEAA had a working meeting with the Minister of Foreign Relations of Senegal, Mustapha Niassé, then on official visit to Brazil.

C E A A

NOUVELLES PERSPECTIVES

L'année 1980 a constitué un pas essentiel dans la consolidation et l'expansion du Centre d'Études Afro-Asiatiques — CEAA.

Le corps des professeurs et chercheurs a augmenté atteignant actuellement le nombre de 12 ainsi que le cadre technique et administratif composé par 7 éléments. Le programme des étu-

des des Relations Internationales s'est consolidé, avec un accent particulier sur l'Afrique tandis qu'étaient reprises, à un niveau académique plus consistant, les études afro-brésiliennes.

Celles-ci sont rattachées, dans quelques recherches, à l'analyse des relations du Brésil avec

l'Afrique, matière qui forme l'axe prédominant de nos investigations jusque 1982.

La consolidation du CEAA en termes académiques se doit à une série de facteurs internes et externes à l'Institution. Parmi ceux-ci on relève la détermination de la Présidence de l'Université Candido Mendes de fournir de plus amples ressources au CEAA. Un autre facteur décisif est la qualification académique et l'expérience professionnelle des membres à part entière du CEAA. Cette qualification étant obtenue de deux manières. L'une, par le perfectionnement et l'achèvement d'études de niveau de post-graduation des professeurs plus anciens, africains et brésiliens réalisés ces deux dernières années, à l'extérieur (Washington, Paris, Louvain et Pékin); l'autre, par l'engagement de nouveaux professeurs post-gradués et avec expérience africaine. Pour le domaine des études afro-brésiliennes, des professeurs furent engagés qui outre la qualification académique avaient déjà une expérience professionnelle dans les institutions dédiées aux problèmes spécifiques du Noir au Brésil.

Complétant le corps permanent, le CEAA agrège des professeurs associés ou consultants, personnel académique post-gradué, dont quelques uns eurent une expérience professionnelle dans les pays africains, en particulier ceux de langue portugaise. Il est également envisagé d'augmenter le nombre d'Africains dans le groupe en tant que professeurs visitants, comme résultat d'un réseau d'échange qui s'est renforcé cette année avec les Universités africaines. Les relations avec le Moyen Orient et l'Asie seront renforcées l'année prochaine.

La préoccupation du niveau académique du corps professoral est également liée à l'objectif du CEAA de devenir un centre de post-graduation en Relations Internationales (spécialisé sur l'Afrique et l'Asie) et Études Afro-Brésiliennes, domaines fondamentaux de connaissance où il n'existe pour le moment aucun centre de post-graduation au Brésil.

Cette année le CEAA s'est préoccupé d'élargir ses ressources d'appui institutionnel et financier, auprès d'organismes nationaux (CNPq et Subin - Secrétariat de Coopération Technique et Economique International) et Internationaux (Fondation Ford, Unesco et PNUD - Programme des Nations Unies pour le Développement). Le CEAA a aussi cherché d'intensifier les liens avec les Centres d'Études Africains et Asiatiques de l'Amérique Latine et de l'Afrique à travers, surtout, le que Latine et de l'Afrique à travers, surtout, le processus d'intégration avec l'ALADAA (Association Latino-Américaine d'Études Africaines et Asiatiques) et avec le Codesria (Conseil pour le Développement de la Recherche Economique et Sociale en Afrique), ayant reçu la visite des dirigeants de ces entités. Un congrès, marqué pour sa 100^e anniversaire, réuni à Rio de Janeiro les Centres d'Études des deux continents, constituera une

contribution précieuse du CEAA pour la coopération académique des deux continents.

1. Programmes en cours

Les activités prioritaires du CEAA se développent en programmes intégrés comprenant principalement: la recherche, l'enseignement, les publications, la documentation et l'échange.

1.1 Recherche

Le programme de recherches couvre, pour le moment, huit projets intégrés en deux lignes principales: relations internationales, avec accent sur les "Relations du Brésil avec l'Afrique et son impact dans la société brésilienne, en général, et dans la communauté noire, en particulier" et les études africaines:

— *Relations passées du Brésil avec l'Afrique et la participation du Noir dans la formation de la société brésilienne* (Joel Rufino dos Santos et Michael Turner). Objectif: Intégrer la connaissance des sociétés africaines de la Côte Atlantique (siècles XV à XIX) dans l'histoire du Brésil et initier la révision de l'historiographie brésilienne visant à réévaluer l'importance de la participation des africains et leurs descendants dans le processus de la formation de la société brésilienne.

— *Relations économiques Brésil-Afrique: nouvelles formes de coopération* (Jacques d'Adesky). Objectif: Dans la perspective des relations Sud-Sud, analyser les relations Brésil-Afrique: échanges commerciaux, mécanismes financiers, évaluation des transferts de technologie et de l'assistance technique.

— *Relations politiques du Brésil avec l'Afrique: 1960-1980* (Elimar Nascimento). Objectif: Analyse de l'évolution historique récente de la politique externe du Brésil pour l'Afrique. Formulation d'une hypothèse pour l'étude des mécanismes de décision de la politique externe brésilienne. Renfort du secteur de documentation du CEAA sur le sujet, à travers l'acquisition de matériel bibliographique, microfilmage de documents et recueil de témoignages des personnalités intervenues dans ces relations, par la méthode de "l'histoire orale".

— *Relations du Brésil avec les pays africains de langue commune (1960-1980)* (João Luis

* Cette recherche a déjà produit comme résultat deux articles de d'Adesky: "Les échanges commerciaux Brésil-Afrique (1958-1977): problèmes et perspectives", in *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 3, 1980; et "Brésil-Afrique: une convergence pour une coopération privilégiée", dans ce numéro.

Ribeiro Fragoso). Objectif: L'étude des conditions et contradictions de l'accumulation du capital au Brésil, durant les dernières décades, et leurs implications dans le développement des relations du Brésil avec les pays africains de langue portugaise (spécialement l'Angola), durant la même période. L'analyse du rôle de l'Etat durant ce processus.

— *Relations du Brésil avec l'Afrique de langue portugaise et le Sénégal, vues à travers la grande presse brésilienne: 1972-1980* (Judite Rosario). Objectif: Analyse de contenu des éditoriaux, articles et nouvelles des quatre principaux journaux brésiliens afin d'étudier la façon dont la grande presse a accompagné la politique extérieure brésilienne pour les pays mentionnés.

— *Analyse des études africaines Afro-Bré-siliennes et des Institutions Afro-Bré-siliennes dans notre pays: proposition de programmes pour la décade de 1980* (Paulo Roberto dos Santos). Objectif: Evaluation de l'état actuel des études et des institutions sus-mentionnées et proposition de programmes concernant ces institutions et les divers secteurs de la société brésilienne, dans le but de développer, dans tout le Brésil, les études africaines et afro-brésiliennes et leurs institutions. Intensifier les études afro-américaines et établir des liens d'échanges avec les institutions de ce type dans l'Amérique Afro-Latine et spécialement les Caraïbes.

— *Relations Internationales en Afrique* (José Maria Nunes Pereira et Manuel Faustino). Objectif: Formulation d'un modèle analytique multidisciplinaire permettant d'analyser les principaux agents de la politique internationale, intra-africaine (États, organisations régionales, mouvements de libérations etc.) et les types de relations des grandes et moyennes puissances avec l'Afrique; l'étude de la politique africaine de Cuba.

— *Namibie: l'histoire d'une crise et l'impératif de l'indépendance* (Maria Helena de Oliveira Barbosa). Objectif: Étude exploratoire des divers facteurs, internes et externes qui mettent la crise namibienne dans le cadre spécifique d'un colonialisme africain (domination par l'Afrique du Sud). Relever les hypothèses sur les alternatives possibles de surmonter cette crise dans la perspective de l'indépendance nationale.

1.2 Cours

En 1980 le CEAA a réalisé cinq cours d'extension universitaire. Durant le premier semestre: *Introduction à l'étude du I Ching, le livre des Mutations* (Prof. Gustavo A. Corrêa Pinto) et *Principes Fondamentaux du Système Philosophique Chinois* (Prof. Ricardo Joppert); au second semestre: *I Ching, le livre des Mutations et Introduction à la Pensée Classique de l'Inde* (Prof.

Gustavo A. Corrêa Pinto) et *Civilisation et Langue Chinoises* (Prof. Ricardo Joppert).

Pour 1981, le CEAA réalisera des modifications dans ses cours d'extension universitaire. Ils seront semestriels avec le dessein de spécialisation. Parmi les cours déjà programmés figurent: *Relations de l'Amérique Latine avec l'Afrique au XIXème siècle* (Prof. Michael Turner); *Economie Africaine Contemporaine* (Prof. Jacques d'Adesky); *Relations Internationales en Afrique (I)* (Prof. José Maria Nunes Pereira et Manuel Faustino); *Aspects de la participation du Noir dans l'Histoire du Brésil* (Prof. Joel Rufino dos Santos); *La Révolution Mozambicaine: une Lecture Gramscienne* (Prof. Elimar Nascimento); *Le Noir dans la Littérature Brésilienne* (Prof. Paulo Roberto dos Santos).

1.3 Séminaires

Durant la présente année, le CEAA a parrainé avec d'autres institutions et avec la collaboration des Nations Unies, le *1er Séminaire sur le Racisme et l'Apartheid*, qui s'est réalisé à Rio de Janeiro du 26 au 30 Mai, et a participé à la *Rencontre Brésil-Nigéria*, qui s'est déroulée du 29 au 31 Juillet (Voir p. 97).

A un niveau plus restreint, des petits séminaires de recherches furent réalisés au CEAA, parmi lesquels l'on relève une série abordant divers aspects des Relations du Brésil avec l'Afrique: *La Révolution sociale du Mozambique*; *Les Ecrivains Noirs au Brésil: le cas de Lima Barreto*; *Namibie: l'esquisse de l'analyse d'une crise*.

1.4 Conférences

Le CEAA a organisé, de Septembre à Décembre 1980, à son siège, un cycle de conférences sur les relations du Brésil avec l'Afrique, les études afro-brésiliennes et les études africaines. Nous pouvons énumérer les conférences suivantes: *Conscience et Mobilisation politique du Noir* (Pierre-Michel Fontaine); *Pensée politique de Frantz Fanon* (Manuel Faustino); *La femme en Afrique: Tradition ou Révolution* (Nélie Sá Pereira); *Relations Brésil-Afrique: perspectives africaines* (Michael Turner et Anani Dzidzienyo); *Rébellions Noires* (Lana Lage); *Développement et Dépendance de l'Economie Africaine* (Jacques d'Adesky); *Race et Classe sociale au Brésil* (Carlos Hasenbalg); *Institutions Afro-Bré-siliennes: premier abordage* (Paulo Roberto dos Santos, Lélia Gonzalez et Orlando Fernandez) et *Relations Internationales en Afrique: essai d'un modèle analytique* (José Maria Nunes Pereira).

Les professeurs du CEAA ont donné des conférences dans les facultés et institutions culturelles de Rio de Janeiro et dans d'autres États du

Brésil. José Maria Nunes Pereira a participé à une session sur les Relations du Brésil avec l'Afrique Contemporaine lors du Congrès de Lasa (Latin American Studies Association), à Bloomington (USA), en Octobre de cette année.

1.5 Congrès

Dans la perspective des recherches en cours il est marqué la réalisation d'un Congrès International sur les Relations du Brésil avec l'Afrique (Août 1981) et d'un Congrès National des Centres d'Études Africaines et Afro-Brésiliennes et des Institutions Afro-Brésiliennes (Février 1982).

1.6 Publications

Outre les numéros 3 et 4 d'*Estudos Afro-Asiáticos*, le CEAA a édité des textes d'appui (de diffusion limitée) pour ses cours et séminaires et a réalisé des travaux de consultation auprès d'organismes publics et firmes privées. Récemment, il a été publié les textes d'appui suivants: "La Découverte du Mozambique" (Elimar Nascimento); "Le Développement Dépendant - Étude de cas: Côte d'Ivoire" (Jacques d'Adesky); "Relations Brésil-Afrique: Un Profil" (José Maria Nunes Pereira); "Namibie: Un Impératif pour l'Indépendance" (Maria Helena Barbosa); "Pour l'Élimination de la Discrimination raciale" (José Maria Nunes Pereira); "Organismes non gouvernementaux brésiliens pour la lutte contre l'Apartheid" (Judite Rosário); et "Racisme en Afrique Australe" (José Maria Nunes Pereira).

1.7 Documentation et Échange

Le CEAA possède, actuellement, dans sa bibliothèque, environ cinq mille ouvrages dont la majeure partie éditée après 1970. Ces ouvrages couvrent de nombreux domaines de connaissances et l'on mettra en évidence la partie dédiée aux études africaines et asiatiques et celle relevant les relations internationales et les études afro-américaines. La section des textes et documents (*papers*) contient environ 400 titres.

Dans ses archives, le CEAA conserve une collection unique au Brésil, de quelques 40.000 articles de journaux catalogués, de première importance pour les chercheurs brésiliens et étrangers intéressés aux documents de première source. La collection des revues s'élève à plus de 150 titres dont 43 à parution régulière.

Il est à noter que l'enrichissement accéléré du Département de Documentation se réalise principalement par l'achat normal, l'abonnement, les donations et aussi l'échange avec les institutions, les centres académiques brésiliens et étran-

gers et les Ambassades installées dans le pays. Ici, il convient de mettre en exergue: les États Unis, la France, la République Populaire de Chine et la Yougoslavie.

À propos de l'échange, le CEAA maintient des contacts institutionnels avec plus d'une centaine d'entités étrangères, distribuées ainsi géographiquement: États-Unis - 35, Canada - 4, Amérique Latine et Caraïbes - 11, Afrique - 32, Europe - 27, Moyen Orient et Asie - 5.

Le CEAA possède également une archive audio-visuelle qui est à la disposition des spécialistes.

2. Visites

Le CEAA a reçu la visite constante de personnalités et professeurs nationaux et étrangers.

Durant l'année 1980, ont participé à des sessions de travail à notre siège: Aquino de Bragança, Directeur du Centre d'Études Africaines de l'Université Eduardo Mondlane du Mozambique, accompagné par l'Ambassadeur Brésilien dans ce pays, Ítalo Zappa (4/3); Jean Claude Eicher, Recteur de l'Université de Dijon (5/3); Gustavo Lopez, Représentant de l'Unesco au Brésil (17/3); Michael Gucovsky, Chef de la Division des Projets Régionaux du Bureau de l'Amérique Latine du PNUD (17/3); José Thiago Cintra, du Centre d'Études d'Asie et d'Afrique du Nord du El Colegio de Mexico et Secrétaire Général de l'Association Latino-Américaine des Études Africaines et Asiatiques - Aladaa (7/5); William Carmichael, Chef du Département d'Afrique et Moyen Orient de la Fondation Ford et son Assistant Richard Horovitz, accompagnés par James Gardner, Représentant de la Fondation Ford au Brésil et Shepard Forman, Assistant pour l'aire des Sciences Sociales et le Développement Rural (26/5); Nken Wadibia, Représentante du Comité Spécial des Nations Unies contre l'Apartheid (30/5); José Ramos Horta, Représentant du Front de Libération de Timor-Leste - Fretilin auprès des Nations Unies (2/6); Brady Tyson de l'Université Américaine de Washington et ex-membre de la Mission permanente des États-Unis auprès des Nations Unies (9/6); William Foltz de l'Université de Yale et Directeur du Programme pour l'Afrique Australe du Conseil des Relations Extérieures des États-Unis, accompagné par Richard Kaplan de l'Usica de Rio de Janeiro (23/6); David Brookshaw de l'Université de Bristol (7/7); David Bell, Vice-Président de la Fondation Ford, James Himes, Chef de la Division de l'Amérique Latine de la même Fondation accompagnés de l'Assistant William Dyal, ex-Président de la Fondation Interaméricaine (8/7); Guy Martinière, Directeur du Gesal - Groupe de Recherches et d'Études pour l'Amérique Latine de l'Université de Grenoble (11/7); Thomas Sanders de l'American University

Field Staff (12/7); Fola Soremekun de l'Université de Ifé et U. Joy Ogwu du Nigerian Institute of International Affairs (4/8); Gladys Lechini du Groupe d'Etudes Africaines de l'Université de Rosario (11/8); Giulio Fossi du Centre de Développement de l'OCDE (25/8); Pierre-Michel Fontaine du Centre d'Études Afro-Américains de l'Université de Californie (8 et 15/9); Joana Torres, du Centre d'Études de Dépendance de l'Université de Lisbonne, et Alfredo Margarido de l'Université de Paris I (14/9); Albert Botbol, Directeur pour les Politiques Culturelles de l'Unesco (22/9); Alf Schwarz, Président de l'Association Canadienne des Études Africaines (17/10); Anani Dzidzienyo du Centre d'Études Brésiliens et Portugais de la Brown University (28/10); Patricio Leiva de la Division du Commerce International et du Développement de la Cepal (30/10); William Quandt de la Brookings

Institution de Washington (31/10); Franklin Thomas, Président de la Fondation Ford et ses Assistants Milfred Fierce et Linda Potter (13/11); T. Kobayashi, Conseiller pour les Affaires Internationales de l'OCDE (17/11).

La Direction de l'Université Candido Mendes et du CEAA a accueilli en juin dernier, le Président du Conseil d'État de Guinée Bissau, Luis Cabral, des Ministres et autres Membres de sa suite. En juin également, le Cardinal Bernardin Gantin du Bénin et Président de la Commission Pontificale de Justice et Paix du Vatican. Lors de l'ouverture de l'année académique, le Sous-Secrétaire général de l'Unesco, Prof. Frederico Mayor, visite le CEAA. En Janvier 1980, le Vice-Directeur du CEAA eut une réunion de travail avec le Ministre des Affaires Étrangères du Sénégal, Mustapha Niassé, se trouvant en visite officielle ao Brésil.

It is an interdisciplinary quarterly of research and writing on economics, politics, international affairs, law, history, sociology, anthropology, geography, technology and the cultures of Southern Africa.

“...the authoritative journal by southern Africans...”



**JOURNAL OF
SOUTHERN
AFRICAN
AFFAIRS**

*AN INTERDISCIPLINARY
RESEARCH QUARTERLY*

Please mail subscriptions
and correspondence to:

Journal of Southern African Affairs
Suite 312
2021 K Street, N.W.
Washington, D.C. 20036, U.S.A.

SUBSCRIPTION RATES:

Individuals	\$20 for one year.
Libraries/Institutions	\$30 for one year.
Single Issue (Vol. _____ No. _____)	\$7.50 per copy.

Paid member of the Southern African Research Association (Free Copies)

EVENTOS

1.º SEMINÁRIO SOBRE O RACISMO E O APARTHEID NA ÁFRICA AUSTRAL

O 1.º Seminário sobre o Racismo e o Apartheid na África Austral foi realizado no Rio de Janeiro, de 26 a 30 de maio de 1980, promovido pelo Instituto de Países em Desenvolvimento, pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes, pela Casa do Brasil da Fundação Léopold S. Senghor e pelo IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, com a colaboração do Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil.

Compareceram ao Seminário membros das Nações Unidas, embaixadores, representantes diplomáticos, professores, jornalistas e um público de cerca de duas centenas de pessoas.

A sessão de abertura foi presidida pelo Prof. Amílcar Alencastre, Presidente da Comissão Organizadora do Seminário; as três missões de trabalho foram dirigidas, respectivamente, por S. E. Vishnu Wassiamal, Embaixador de Gana no Brasil, pela Diplomata Nken Wadibia, Representante do Comitê Especial das Nações Unidas contra o Apartheid, e por S. E. Timothy Mgbokwere, Embaixador da Nigéria no Brasil; a sessão de encerramento, pelo Diplomata J. Dramon, Enviado Especial do Ministro da Cultura da República da Guiné, ele também membro, na ONU, do Comitê Especial contra o Apartheid.

Foram apresentadas e discutidas as seguintes comunicações, por ordem de apresentação: "O racismo na África Austral: aspectos históricos", por José Maria Nunes Pereira, do CEAA; "O imperativo da independência da Namíbia", por Maria Helena de Oliveira Barbosa, do CEAA; "Mulatos e indianos discriminados no apartheid", por Aquino Furtado; "A África do Sul e a política de envolvimento da América Latina", por Evaldo Diniz, do jornal *O Globo*; "Organismo não governamentais na luta contra o apartheid", por Judite Rosário, do CEAA; "A militarização da África do Sul", por J. Monserrat Filho, de *A Tribuna da Imprensa*; "As pretensões de aliança do governo de Pretória com a América Latina", por Amílcar Alencastre, do Iped e "O

Brasil e o *apartheid*", por Amauri Pereira, da Sinba. Ms. Nken Wadibia fez, na sessão de abertura, um pronunciamento oficial do seu Comitê sobre a realidade do *apartheid* e os embaixadores africanos explicaram a posição dos seus países em relação ao *apartheid* e ao racismo.

Foram lidas mensagens de apoio ao Seminário enviadas por Suas Excelências: O Secretário Geral da Organização de Unidade Africana — OUA, Ministros das Relações Exteriores da Tanzânia e da Zâmbia, do Primeiro-Ministro da Guiana e de Sam Nujoma, Secretário Geral da SWAPO, movimento de libertação reconhecido pela ONU e OUA como único representante legítimo do povo da Namíbia. O Embaixador Marcos Azambuja, Chefe do Departamento de África, Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores do Brasil enviou mensagem de congratulações pela realização do Seminário.

As conclusões do Seminário, já publicadas no Diário Oficial do Congresso Nacional, em 19 de junho de 1980, foram as seguintes:

1. Os participantes do Seminário condenaram com toda veemência o sistema do *apartheid* na República Sul-Africana, como um crime contra a civilização, praticado por um regime marginal da sociedade humana. Este odioso sistema exclui todos os direitos civis de 84% da população formada de negros, mulatos e asiáticos. Toda pessoa honesta e com bom senso de justiça tem o dever de protestar de todas as formas ao seu alcance contra esta ofensa à dignidade humana.

2. Considerando a necessidade de fortalecer e ampliar o isolamento internacional do governo racista sul-africano, os participantes do Seminário protestaram contra os governos que, embora retoricamente declaram apoiar o boicote recomendado pela ONU, favorecem o regime do *apartheid* ao apoiá-lo, de forma direta ou indireta, política, econômica e/ou militarmente.

3. Condenaram as empresas multinacionais que vêm intensificando sua ajuda eco-

nômica e financeira à República Sul-Africana e anunciaram, para breve, a divulgação de uma lista dessas empresas, entre as quais se encontram algumas brasileiras.

4. Reprovaram a política dos governos dos Estados Unidos, França, Alemanha Federal, Israel e Inglaterra, que, por vias diretas ou indiretas, prestam fundamental ajuda militar ao regime racista da África do Sul. Toda e qualquer colaboração no campo nuclear com o governo de Pretória deve cessar imediatamente. Se o Estado do *apartheid* utilizar armas nucleares, as potências ocidentais, particularmente Alemanha Federal e Israel, mais envolvidas nesta questão, também serão responsáveis perante a humanidade.

5. Denunciaram o crescente auxílio político, econômico e militar que Israel presta à África do Sul. O eixo Telaviv-Pretória constitui hoje um dos maiores canais de sustentação do regime racista.

6. Exigindo o mais rigoroso cumprimento às determinações da ONU contra a ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul, os participantes do Seminário dirigiram dois apelos ao governo brasileiro: i) no sentido de autorizar a instalação no Brasil de um escritório da SWAPO — movimento nacionalista considerado pela ONU e pela Organização de Unidade Africana como único representante do povo namibiano; ii) no sentido de que conceda bolsas-de-estudo a refugiados namibianos, que, mais cedo ou mais tarde, deverão assumir a direção de seu país. O mesmo apelo também foi feito para beneficiar refugiados sul-africanos.

7. Repudiaram as brutais agressões sul-africanas contra a soberania e integridade territorial de Angola, Moçambique e Zâmbia. Chamaram a atenção da opinião pública para a evidente aliança da Unita, chefiada por Jonas Savimbi, com os racistas da África do Sul, para aterrorizar as populações do Sul de Angola e sabotar sua economia.

8. Reprovaram todo e qualquer projeto de criação do chamado Pacto do Atlântico Sul, advogado pelos governos do Uruguai,

Chile e Paraguai e por setores radicais de outros países do Cone Sul, inclusive o Brasil. Consideraram que o governo brasileiro deve continuar opondo-se a tais projetos, capazes de transformar o Atlântico Sul numa região de confrontos militares. Esta região atlântica pode, sem bases militares estrangeiras, transformar-se num belo exemplo para os outros mares do mundo, como sendo um oceano de paz e colaboração fraternal entre os povos da África e América Latina.

9. Considerando o esforço da comunidade internacional para intensificar a luta contra o racismo e o *apartheid* na África Austral, os participantes do Seminário manifestaram apoio à política atual do go-

verno brasileiro em relação à África do Sul. Ao mesmo tempo, julgaram inadiável que esta política seja, o mais possível, firme e coerente, indo até ao imediato rompimento das relações diplomáticas, econômicas e culturais com o regime segregacionista.

10. Por fim, os participantes do Seminário decidiram que, até a realização do 2.º Seminário — programado para 1981 em São Paulo — a atual Comissão Organizadora do evento se transforme em Comissão Permanente, visando a denunciar e alertar a opinião pública contra os crimes e as manobras políticas da África do Sul para manter o regime do *apartheid*, bem como desenvolver um trabalho no sentido de tornar realidade as recomendações deste Seminário.

1.º ENCONTRO BRASIL-NIGÉRIA

Promovido pela Universidade de São Paulo, realizou-se de 29 a 31 de julho, na sede da Federação do Comércio de São Paulo, o 1.º Encontro Brasil-Nigéria, que reuniu professores, especialistas em assuntos africanos e relações internacionais, dos dois países.

Os temas da agenda do Encontro abrangeram aspectos políticos, econômicos, estratégicos e culturais. *Aspectos políticos*: "Percepção da política externa nigeriana pelos brasileiros" e "Posição dos dois países face ao problema do *apartheid* na África do Sul". *Aspectos econômicos*: "Problemas econômicos da África", "Relações econômicas entre Brasil e Nigéria" e "Necessidade de criação de uma nova ordem econômica internacional e os mecanismos para a sua efetivação". *Aspectos estratégicos*: "A relação das grandes potências com a África", "O papel dos países africanos na política mundial" e "O papel do Brasil na política mundial". *Aspectos culturais*: "Contribuição cultural africana no Brasil e contribuição cultural brasileira na África".

Entre os pontos discutidos tiveram destaque: as relações do Brasil com a África do Sul; a situação sócio-econômica da África em geral e da Nigéria em particular; e a conexão entre a questão racial brasileira e as relações do Brasil com a África. Este último ponto foi levantado sobretudo pela maioria dos participantes brasileiros negros.

A delegação nigeriana era formada pelos professores A. B. Akinyemi, O. C. Eze, R. A. Akindede, U. J. Ogwu, I. Aluko, todos do Nigerian Institute of International Affairs — N.I.I.A.; I. B. M. Haruna e S. Oyovbaire, da Universidade Ahmadu Bello; I. Sagay e F. Soremekun, da Universidade de Ifé; Essien — Udom, da Universidade de Ibadan; e A. Jinadu, da Universidade de Lagos. Acompanharam a delegação nigeriana os jornalistas S. Mocebu, do *Daily Times* e C. Baiye, do *New Nigerian*.

Fizeram parte da delegação brasileira: José Maria Nunes Pereira, Jacques d'Adesky, Michael Turner, Joel Rufino dos Santos e Paulo Roberto dos Santos, todos do Centro de Estudos Afro-Asiáticos; Lytton

Guimarães, da Universidade de Brasília; Nelson Araújo, do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia; Carlos Serrano e Francisco Valente, do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo; Carlos Meira Mattos, da Universidade Mackenzie e o escritor Raymundo Souza Dantas.

(A delegação do CEEA realizou sessões de trabalho com professores nigerianos na sua sede, no Rio de Janeiro, que teve como

principal conclusão a vinda, como professores visitantes do CEEA, em 1981, de U. Joy Ogwu, do Departamento de América Latina do N.I.I.A., e de Fola Soremekun, especialista em Angola e cultura africana na Diáspora. O Prof. Soremekun participou de sessões de trabalho no CEEA em 1975, quando de sua primeira visita ao Brasil. O N.I.I.A. foi convidado pelo CEEA a participar do Seminário Internacional sobre Relações Brasil-África a ser realizado em agosto de 1981, no Rio de Janeiro.)

EVENTS

1st SEMINAR ON RACISM AND APARTHEID IN SOUTHERN AFRICA

The First Seminar on Racism and Apartheid in Southern Africa took place in Rio de Janeiro from 26-30 May 1980; sponsored by the Institute for Developing Countries (IPED), the Center for African and Asian Studies (CEAA) of the Cândido Mendes University, by the Brazil House of the Leopold S. Sanghor Foundation and by IPCN - Institute for Research on Black Cultures, with the collaboration of the Information Center for the United Nations in Brazil.

Attending the Seminar were members of the United Nations, ambassadors, diplomatic representatives, professors, journalists and a public of approximately two hundred persons.

The formal opening ceremony was presided over by Prof. Amílcar Alencastre, President of the Organizing Commission of the Seminar; the three working sessions were directed respectively by H. E. Vishnu Wassilam, Ambassador of Ghana to Brazil, diplomat Nken Wedibia, Representative of the Special Committee of the United Nations Against Apartheid, and by H. E. Ti-mothv Mgbokwere, Ambassador of Nigeria to Brazil; the closing session was presided over by the diplomat J. Dramon, special emissary of the Ministry of Culture of the Republic of Guinea, he also being a member of the UN's Special Committee Against Apartheid.

Presented and discussed were the following topics by order of presentations: "Racism in Southern Africa: Historical Aspects" by José Maria Nunes Pereira of CEEA; "The Imperative of Independence for Namibia" by Maria Helena

Barbosa of CEEA; "Mulattoes and Indians, Discriminated by Apartheid" by Aquino Furta-do; "South Africa and its policy of Involvement in Latin America", by Evaldo Dinis of the newspaper *O Globo*; "Non-Governmental Organizations in the Fight Against Apartheid" by Judite Rôdrigo of CEEA; "The Militarization of South Africa" by J. Monserrat Filho of the *Tribuna da Imprensa*; "The Pretensions of an Alliance of the Pretoria Government with Latin America" by Amílcar Alencastre of IPED and "Brazil and Apartheid" by Azeuri Pereira of Sinba. Ms. Nken Wedibia made, in the opening session, an official declaration of her committee concerning the reality of apartheid and the African ambassadors explained the position of their countries in relation to apartheid and racism.

Messages of support read at the Seminar were sent by Their Excellencies: The Secretary General of the Organization of African Unity - OAU, Ministers of Foreign Relations of Tanzania and Zambia, the Prime Minister of Guyana, Sam Nujoma, Secretary General of SWAPO, liberation movement recognized by the UN and the OAU as the sole and legitimate representative of the people of Namibia. Ambassador Marcos Azambuja, Head of the Department of Africa, Asia and Oceania of the Foreign Relations Ministry of Brazil sent a congratulatory message for the fact of the Seminar's realization.

The Seminar's conclusions already published in the Official Diary of the National Congress on June 19th of this year were as follows:

1. The participants of the Seminar condemn with all vehemence the system of apartheid in the Republic of South Africa, as a crime against civilizations, practiced by a marginal regime of civil rights for 84% of the population formed by blacks, mulattoes and Asians. All honest persons with a good sense of justice must protest with all the means at their disposal this offense to human dignity.

2. Considering the necessity to reinforce and amplify the international isolation of the racist South African government, the participants of the Seminar protest against governments which, while rhetorically declaring themselves in favor of supporting the boycott recommended by the UN, favor the regime of apartheid, supporting it either directly or indirectly, politically, economically and/or militarily.

3. Condemned are the multinational corporations who are intensifying their economic and financial assistance to the Republic of South Africa and there will be announced shortly a list of these firms, in which are to be found some Brazilian ones.

4. Stand repudiated the policies of the United States, France, Germany, Israel and Great Britain, all of whom by direct or indirect means are giving fundamental military aid to the racist regime of South Africa. All and any collaboration in the nuclear sphere with the Pretoria government should immediately cease. If the State of apartheid were to utilize nuclear armaments, the western powers, particularly the Federal Republic of Germany and Israel — most involved in this issue — would also be responsible in front of humanity.

5. Denounced, the rising political, economic and military assistance that Israel is giving to South Africa. The Telaviv-Pretoria axis today constitutes one of the major channels of sustenance for the racist regime.

6. Demanding the most rigorous compliance of the declarations of the UN against the illegal occupation of Namibia by South Africa, the participants in the Seminar would direct two appeals to the Brazilian government: 1) In the sense that it authorize the installation in Brazil of

an office of SWAPO — nationalist movement considered by the UN as the sole representative of the Namibian people; ii) in the sense that it provide scholarships for Namibian refugees, who sooner or later, must assume the leadership of their country. The same appeal was made to help South African refugees.

7. Repudiated are the brutal South African aggressions against the sovereignty and territorial integrity of Angola, Mozambique and Zambia. Public attention should be given to the evident alliance between Unita, headed by Jonas Savimbi, and the racists of South Africa, in terrorizing the peoples of the south of Angola and the sabotaging of their economy.

8. Rejected, any and every project to create the so-called South Atlantic Pact, advocated by the governments of Uruguay, Chile and Paraguay and by radical sectors of the other countries of the Southern Cone, including Brazil. It is considered that the Brazilian government should continue to oppose such projects, capable of transforming the South Atlantic into a military bases transform itself into a beautiful example for other seas of the world, becoming an ocean of peace and fraternal collaboration between the peoples of Africa and Latin America.

9. Considering the force of the international community to intensify the fight against racism and apartheid in Southern Africa, the participants of the Seminar register their support for the current policy of the Brazilian government in relation to South Africa. At the same time they regard it as urgent that this policy be, as much as possible, firm and coherent, moving towards the immediate breaking of diplomatic, economic and cultural relations with the segregationist regime.

10. In conclusion, the participants in the Seminar have decided that, until the realization of the II Seminar, scheduled for 1981 in São Paulo, the present Organizing Commission for the event transform itself into a Permanent Commission, with the goal of alerting public opinion and denouncing the acts and crimes and political maneuvers of South Africa to maintain the regime of apartheid, as well as developing a body of work in the sense of making a reality the recommendations of this Seminar.

1st BRAZIL-NIGERIA ENCOUNTER

Sponsored by the University of São Paulo, during the period 29-31 July, at the headquarters of the Federation of Commerce of the State of São Paulo, the First Brazil-Nigeria Encounter gathered together professors and specialist in international relations of both countries.

The themes of the conference's agenda embraced political, economic, strategic and cultural topics. *Political Aspects:* "Perception of Nigerian foreign policy by Brazilians" and "Position of the two countries facing the problem of apartheid in South Africa". *Economic Aspects:* "Economic

problems of Africa", "Economic Relations Between Brazil and Nigeria" and "Necessity of the creation of a new international economic order and the mechanisms to create it". *Strategic Aspects*: "The relation of the super powers with Africa", "The role of African countries in world politics", "The role of Brazil in world politics". *Cultural Aspects*: "African cultural contribution to Brazil and the Brazilian cultural contribution to Africa".

Among the points discussed that should be noted: relations of Brazil with South Africa, the socio-economic situation of Africa in general and of Nigeria in particular, and the connection between the Brazilian racial question and Brazil's relations with Africa. The last point was raised significantly by the majority of black Brazilian participants.

The Nigeria delegation was made up of professors A. B. Akinyemi, O. C. Eze, R. A. Akindele, U. J. Ogwu, I. Aluko, all of the Nigerian Institute of International Affairs (NIIA); I. B. M. Haruna and S. Oyovbaire of Ahmadu Bello University; I. Sagay and F. Soremekun of the University of Ifé; Essien-Udom of the University of Ibadan, and A. Jinadu of the University of Lagos. Accompanying the Nigerian delegation

were the journalists S. Mocebuh of the *Daily Times* and C. Baiye of the *New Nigerian*.

Comprising the Brazilian delegation were: José Maria Nunes Pereira, Jacques d'Adesky, Michael Turner, Joel Rufino dos Santos and Paulo Roberto dos Santos all of the Center for African and Asian Studies (CEAA); Lytton Guimarães of the University of Brasília; Nelson Araújo of the Center for African and Oriental Studies (CEAO) of the University of Bahia; Carlos Serrano and Francisco Valente, of the African Studies Center, University of São Paulo; Carlos Meira Mattos of Mackenzie University and the writer Raymundo Souza Dantas.

(The CEAA delegation also conducted working sessions with some of the Nigerian professors in its Rio de Janeiro headquarters with the following results: invitation offered to come as visiting professors to CEAA during next year to U. J. Ogwu, of the Latin America Department of NIIA and to Fola Soremekun, specialist in Angola and African culture within the Diaspora. Prof. Soremekun participated in working sessions at CEAA in 1975 during his first visit to Brazil. NIIA was invited to participate in CEAA's international symposium which will take place in August 1981 in Rio de Janeiro.)

ÉVÉNEMENTS

1ère SÉMINAIRE SUR LE RACISME ET L'APARTHEID EN AFRIQUE AUSTRALE

Le Premier Séminaire sur le Racisme et l'*Apartheid* en Afrique Australe s'est déroulé à Rio de Janeiro du 26 au 30 Mai 1980 patronné par l'Institut des Pays en Développement, IPED, par le Centre d'Études Afro-Asiatiques - CEAA, par le Centre Candido Mendes, par la Maison de l'Université Leopold S. Senghor et par Brésil de la Fondation Léopold S. Senghor et par l'Institut des Recherches des Cultures Noires (IPCN) ainsi qu'avec la collaboration du Centre d'Information des Nations Unies au Brésil.

On marqué leur présence au Séminaire des membres des Nations Unies, des Ambassadeurs, des représentants diplomatiques, des professeurs, des journalistes et un public d'environ 200 personnes.

La session d'ouverture fut présidée par le Professeur Amílcar Alencastre, Président de la Commission Organisatrice du Séminaire; les trois séances de travail furent dirigées respectivement

par S. E. Vishnu Wassiamal, Ambassadeur du Ghana au Brésil, par la diplomate Nken Wadibia, Représentante du Comité Spécial des Nations Unies contre l'*Apartheid* et S. E. Timothy Mgbokwere, Ambassadeur du Nigéria au Brésil. La session de clôture a été présidée par le diplomate J. Dramon, envoyé spécial du Ministère de la Culture de la République de Guinée, lequel est également membre du Comité spécial des Nations Unies contre l'*Apartheid*.

Il a été présenté et discuté les communications suivantes par ordre de présentation: "Le Racisme en Afrique Australe: aspects historiques" par José Maria Nunes Pereira du CEAA; "L'Impératif de l'Indépendance de la Namibie" par Maria Helena Barbosa du CEAA; "Mulâtres et Indiens discriminés dans l'*Apartheid*" par Aquino Furtado; "L'Afrique du Sud et la Politique d'engagement de l'Amérique Latine" par

Evaldo Dinis du Journal *O Globo*; "Organismes non Gouvernementaux dans la lutte contre l'*Apartheid*" par Judite Rosário du CEAA; "La Militarisation de l'Afrique du Sud" par J. Monserrat Filho de la *Tribuna da Imprensa*; "Les prétentions de l'Alliance du Gouvernement de Pretoria avec l'Amérique Latine" de Amílcar Alencastre de l'IPED; "Le Brésil et l'*Apartheid*" de Amauri Pereira du Sinba.

Madame Nken Wadibia a prononcé lors de la session d'ouverture une déclaration officielle de son Comité sur la réalité de l'*Apartheid* et les Ambassadeurs Africains ont expliqué la position de leur pays face à l'*Apartheid* et au racisme.

Des messages de soutien ont été adressés par leurs Excellences: Le Secrétaire Général de l'Organisation de l'Unité Africaine (OUA), Les Ministres des Relations Extérieures de Tanzanie et de Zambie, le Premier Ministre de Guyane, Sam Nujoma, Secrétaire Général du SWAPO, Mouvement de Libération reconnu par les Nations Unies et par l'OUA comme unique représentant légitime du peuple de la Namibie. Ces messages ont été lus aux personnes présentes.

L'Ambassadeur Marcos Azambuja, Chef du Département Afrique-Asie et Océanie du Ministère des Relations Extérieures du Brésil a envoyé un message de félicitations pour la réalisation de ce Séminaire.

Les conclusions du Séminaire, déjà publiées au Journal Officiel du Congrès National le 19 Juin de cette année furent les suivantes:

1. Les participants du Séminaire condamnent avec véhémence le système de l'*Apartheid* dans la République Sud-Africaine comme un crime contre la civilisation pratiqué par un régime marginal de la société humaine. Ce système odieux exclu tous les droits civils de 84% de la population formée de Noirs, Mulâtres et Asiatiques. Toute personne honnête et juste a le devoir de protester par tous les moyens dont elle dispose contre cette offense à la dignité humaine.

2. Considérant la nécessité de renforcer et d'amplifier l'isolement international du Gouvernement raciste Sud-Africain, les participants du Séminaire protestent contre les Gouvernements qui, quoique déclarent appuyer d'une manière rhétorique le boycott recommandé par l'ONU, favorisent le régime de l'*Apartheid* en le soutenant de forme directe ou indirecte, soit politiquement, économiquement et/ou militairement.

3. Condamnent les firmes multinationales qui intensifient leurs aides économiques et financières à la République Sud-Africaine et annoncent, pour bientôt, la divulgation d'une liste de ces firmes parmi lesquelles se rencontrent quelques unes brésiliennes.

4. Réprouvent la politique des Gouvernements des États Unis, de France, d'Allemagne Fédérale, d'Israël et de Grande Bretagne, qui par voie di-

recte donnent une aide militaire fondamentale au régime raciste de l'Afrique du Sud. Toute forme de collaboration, quelle que soit, dans le domaine nucléaire avec le Gouvernement de Pretoria doit cesser immédiatement. Dans le cas de l'utilisation des armes nucléaires par le régime de l'*Apartheid*, les puissances occidentales, en particulier la République d'Allemagne Fédérale et Israël les plus impliqués dans cette question, seront également responsables devant l'humanité.

5. Dénoncent l'aide politique, économique et militaire croissante qu'Israël donne à l'Afrique du Sud. L'axe Telaviv-Pretoria constitue aujourd'hui une des plus importantes mailles d'appui au régime raciste.

6. Exigent l'application la plus rigoureuse des décisions de l'ONU contre l'occupation illégale de la Namibie par l'Afrique du Sud, les participants du Séminaire adressent deux appels au Gouvernement Brésilien: i) L'autorisation de procéder à l'ouverture au Brésil d'un bureau du SWAPO, Mouvement Nationaliste considéré par l'ONU et par l'OUA comme unique représentant du peuple Namibien. ii) Concède des bourses d'études aux réfugiés namubiens qui tôt ou tard devront assumer la direction de leur pays. Le même appel a été également lancé pour le bénéfice des réfugiés sud-africains.

7. Répudient les agressions brutales sud-africaines contre la souveraineté et l'intégrité territoriale de l'Angola, du Mozambique et de la Zambie. Attirent l'attention de l'opinion publique sur l'alliance évidente entre l'Unita, commandée par Jonas Savimbi, et les racistes de l'Afrique du Sud qui terrorisent les populations du Sud de l'Angola et sabotent leur économie.

8. Réprouvent tout projet, quel qu'il soit, de créer le dénommé "Pacte de l'Atlantique Sud", plaidé par les Gouvernements de l'Uruguay, du Chili et du Paraguay ainsi que par les secteurs radicaux des autres pays du Cône Sud, y compris le Brésil. Considèrent que le Gouvernement brésilien doit continuer à s'opposer à de tels projets, capables de transformer l'Atlantique Sud en une région de confrontation militaire. Cette région atlantique peut, sans bases militaires étrangères, se transformer en un bel exemple pour les autres mers du Monde, comme étant un océan de paix et de collaboration fraternelle entre les peuples d'Afrique et d'Amérique Latine.

9. Considérant les efforts de la communauté internationale pour intensifier la lutte contre le racisme et l'*Apartheid* en Afrique Australe, les participants du Séminaire manifestent leur appui à la politique actuelle du Gouvernement brésilien à l'égard de l'Afrique du Sud. Dans le même temps, ils jugent l'urgence que cette politique soit, autant que possible, ferme et cohérente afin d'aboutir immédiatement à la rupture des relations diplomatiques, économiques et culturelles avec le régime ségrégationniste.

10. Enfin, les participants du Séminaire décident que, jusqu'à la réalisation du second Séminaire prévu pour 1981 à São Paulo, l'actuelle Commission Organisatrice se transforme en Commission Permanente, visant à dénoncer et à aler-

ter l'opinion publique contre les crimes et les manoeuvres politiques de l'Afrique du Sud, pour maintenir le régime de l'*Apartheid*, ainsi que développer un travail ayant pour but de concrétiser les recommandations du Séminaire.

1ère RENCONTRE BRÉSIL-NIGÉRIA

Réalisée sous les auspices de l'Université de São Paulo, la Première Rencontre Brésil-Nigéria a réuni au siège de la Fédération du Commerce de São Paulo du 29 au 31 Juillet, professeurs, africanistes et spécialistes en relations internationales des deux pays.

Les thèmes de l'Agenda de la Rencontre ont recouvert les aspects politiques, économiques, stratégiques et culturels. *Aspects politiques*: "Perception de la politique externe Nigérienne par les Brésiliens" et "Position des deux pays face au problème de l'*Apartheid* en Afrique du Sud". *Aspects économiques*: "Problèmes économiques de l'Afrique", "Relations économiques entre le Brésil et le Nigéria" et "Nécessité de la création d'un nouvel ordre économique international et les mécanismes pour sa réalisation". *Aspects stratégiques*: "Les relations des super-puissances avec l'Afrique", "Le rôle des pays africains dans la politique mondiale" et "Le rôle du Brésil dans la politique mondiale". *Aspects culturels*: "Contribution culturelle africaine au Brésil et contribution culturelle brésilienne en Afrique".

Parmi les sujets débattus, on mettra en évidence les points suivants: les relations du Brésil avec l'Afrique du Sud, la situation socio-économique de l'Afrique en général et au Nigéria en particulier, le lien entre la question raciale brésilienne et les relations du Brésil avec l'Afrique. Ce dernier point fut particulièrement discuté par la majorité des participants noirs brésiliens.

La délégation nigérienne était formée par les professeurs A. B. Akinoyemi, O. C. Eze, R. A. Akindede, U. J. Ogwu, I. Aluko, tous du Nigerian Institute of International Affairs - NIIA; I. B. M.

Haruna et S. Oyovbaire de l'Université Ahmadu Bello; I. Sagay et F. Soremekun de l'Université de Ifé; Essien-Udom de l'Université d'Ibadan et A. Jinadu de l'Université de Lagos. Des journalistes nigériens ont accompagné la délégation du Nigéria, il s'agit de S. Mocebu du *Daily Times* et C. Baiye du *New Nigerian*.

La délégation brésilienne était composée par: José Maria Nunes Pereira, Jacques d'Adesky, Michael Turner, Joel Rufino dos Santos et Paulo Roberto dos Santos, tous du Centre d'Études Afro-Asiatiques - CEAA; Lytton Guimarães de l'Université de Brasilia; Nelson Araújo du Centre d'Études Afro-Orientales de l'Université de Bahia; Carlos Serrano et Francisco Valente du Centre des Études Africaines de l'Université de São Paulo; Carlos Meira Mattos de l'Université Mackenzie et l'écrivain Raymundo Souza Dantas.

(La délégation du CEAA a aussi réalisé, dans ses installations à Rio de Janeiro, des sessions de travail avec quelques uns des professeurs nigériens ayant eu comme résultat: la venue comme professeurs visitants du CEAA pour la prochaine année de U. J. Ogwu du Département Amérique Latine du NIIA et de Fola Soremekun, spécialiste en études angolaises et culture africaine dans la Diaspora. Il est à noter que le Professeur Soremekun avait déjà participé à des sessions de travail au CEAA en 1975, lors de sa première visite au Brésil. Soulignons aussi que le NIIA a été invité par le CEAA à participer au Congrès International qui se déroulera en Août 1981 à Rio de Janeiro.)

L'ENJEU AFRICAÏN: STRATÉGIES DES PUISSANCES

Gérard Chaliand

Paris: Seuil, Coleção l'Histoire Immediata,
1980, 164p.

O livro de Chaliand, reconhecido especialista das questões políticas africanas, divide-se em duas partes: a primeira busca desenhar a rede de interesses que recobre o continente; a segunda, aborda algumas das questões regionais mais importantes. Constitui-se no que os franceses costumam chamar de um *sur vol*, neste caso, sobre as questões estratégicas envolvendo o continente africano na atualidade. Entretanto, um *sur vol* de qualidade nem sempre uniforme, variando segundo a problemática e região enfocadas, o que seria de esperar em se tratando de um empreendimento de tal ousadia levado a cabo individualmente.

Na primeira parte Chaliand toma como base de suas análises a constatação de que a calma reinante até há pouco sobre o espaço africano, como continente reservado à exploração européia, teve o seu fim em meados dos anos 70. Duas seriam, para o autor, as razões desta mudança que tornaram a África de hoje um teatro de enfrentamento das grandes potências: a revolução dirigida por Mengistu Mariam, na Etiópia, e, sobretudo, a vitória dos movimentos de liberação nas ex-colônias portuguesas. Ambas tornaram a presença soviética de algo provisório — basta lembrar Guiné Conacri e o Egito — em um fenômeno substantivo. A partir daí o anticolonialista francês dissecou os interesses das diversas potências — Estados Unidos, Mercado Comum Europeu, União Soviética, países árabes, Japão e China —, avalia em seguida as possibilidades de resistência dos poderes locais, concluindo que a África é uma presa fácil aos interesses extracontinentais.

Na segunda parte, o autor do consagrado *Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo* debruça-se sobre as questões da África Austral, do Chifre da África e do Saara Ocidental — as chamadas "zonas quentes" do continente de Amílcar Cabral. Nesta segun-

da metade do livro, interesse maior centra-se no sul da África, pela sua importância. A África do Sul constitui a única potência regional do continente; suas reservas minerais são estrategicamente indispensáveis ao mundo ocidental e sua localização para o controle dos Oceanos Atlânticos e Índico é inegável. A natureza do *apartheid*, por sua vez, tende a colocar as potências ocidentais numa situação difícil e a aguçar as condições já existentes na dominação de uma minoria branca sobre a maioria *coloured*.

L'Enjeu Africain é um destes livros que não permite ao leitor uma atitude passiva. É inquietante, concordemos ou não com suas análises e proposições. De certa forma o autor assume uma postura expressa, propositada, de irromper contra um conjunto de mitos que os articulistas sobre África cuidaram, ao longo dos anos, de estabelecer. Ele pretende, numa descrição direta e forte, desideologizar as problemáticas e visões que dela temos; por outras palavras, dá nome aos bois.

Infelizmente, nem sempre o resultado é bem sucedido.

Visando sobretudo ao grande público e manejando um número razoável de informações, o autor não escapa a certas formulações ideológicas. A uma imagem "rósea" da África, ele contrapõe uma imagem pessimista.

Por vezes, pelo pouco cuidado no tratamento de certas informações, ou pela utilização de conceitos imprecisos, o resultado é o contrário do esperado e as previsões tendem a falhar. Assim, Chaliand não consegue, às vésperas da independência de Zimbábue, prever qualquer possibilidade de vitória a curto prazo, mesmo mínima, para a Frente Patriótica e menos ainda para a sua ala mais radical, liderada pelo atual primeiro-ministro, Robert Mugabe.

Não se pode fugir ao comentário de que pelo menos são duvidosas certas análises e comparações, como por exemplo alinhar numa escala comparável o regime de Botha ao de Macias, ou as possibilidades de desenvolvimento de Moçambique e de Malawi, ou ainda tecer os africanos de terem

"importado" o sistema estatal europeu sem apreender seu "espírito" democrático.

Por outro lado, contudo, deve-se reconhecer o mérito a Gérard Chaliand de, percorrendo um espaço social extremamente amplo, tocar chagas reais da África — dos conflitos tribais/nacionais à trama da exploração neocolonial europeia, velha de anos, mas sempre presente e "promissora".

Elimar Nascimento

AMÉRICA LATINA, ÁFRICA E ATLÂNTICO SUL

Amílcar Alencastre

Rio de Janeiro: Editora Paralelo, 1980, 102p.

A ausência de bibliografia nacional voltada para a análise de conjunturas que envolvam não só a América Latina, como também a África assinala a oportunidade da publicação de *América Latina, África e Atlântico Sul*.

Através de uma abordagem de caráter jornalístico, o autor desenvolve seu trabalho tendo como fontes básicas os principais periódicos brasileiros e os da imprensa europeia e americana. Busca informar e suscitar questões polêmicas na proporção mesma da marca polêmica do objeto de seu trabalho: o Atlântico Sul e toda a sua problemática, a envolver interesses contraditórios e conflitantes.

Inicialmente o autor trata da origem da idéia de formação de um pacto militar para proteger uma zona normalmente apontada como pacífica, ante a ausência de bases militares ou campo de provas nucleares. A crença de perigo iminente para a área, com o avanço do comunismo internacional, é o pretexto de que se serve o regime racista sul-africano para sugerir a criação de tal pacto militar na região. As atitudes ofensivas da África do Sul, no entanto, têm um objetivo bem delineado: a extensão de seu domínio político a toda a África Austral. E a justificativa para a sua própria sobrevivência e manutenção de seu regime não pode-

ria ser outra: a defesa do Ocidente, a guerra contra o comunismo internacional. Dessa forma, afirma o autor, todo o processo de isolamento imposto à África do Sul não a pegou de surpresa, pois há mais de uma década ela planeja sua estratégia, concretizada seja através de agressões militares aos países vizinhos, seja pela tentativa de estabelecer alianças várias com outros países, especialmente os do Cone Sul da América Latina.

A seguir o autor analisa precisamente a posição desses países (Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia) frente à proposta sul-africana, os interesses que os levam a simpatizar com tal proposta, bem como a marcha das relações diplomáticas, econômicas e políticas entre o regime do *apartheid* e os países do Cone Sul.

Destaque especial é dado à posição do Brasil, que passa de uma posição dúbia para uma recusa clara da criação do Pacto do Atlântico Sul, por não julgar necessário alianças navais para a área. A partir de 1973/1974, quando o Brasil inicia sua "nova política africana", após a descolonização, a idéia de formação de tal pacto é definitivamente afastada. A nova diplomacia brasileira, marcadamente pragmática, e a reorientação de sua política econômica no sentido de privilegiar o intercâmbio comercial com os países africanos e do Terceiro Mundo em geral, exigiam que o Brasil não se deixasse envolver pelo preconceito da coloração ideológica.

Já a posição africana é tratada no 3.º capítulo da obra. E nela o autor mostra especialmente como a independência dos países africanos nos quais a África do Sul tinha interesses econômico-políticos bem claros, como Angola e Moçambique por exemplo, se tornou uma ameaça, o que evidencia suas atitudes expansionistas e neo-colonialistas.

Nos capítulos finais, o Prof. Alencastre desenvolve uma análise das relações da República da África do Sul com as grandes potências industrializadas ocidentais, demonstrando que o desenvolvimento sul-africano se dá através de "uma verdadeira

orgia de capitais estrangeiros", presentes em todos os setores da economia sul-africana. Inglaterra, França, Alemanha Ocidental, Estados Unidos, Israel e Japão têm suas presenças na economia da África do Sul examinadas com o apoio de bom número de dados informativos e estatísticos, levando à conclusão de que são esses países que contribuem decisivamente para o fortalecimento do regime do *apartheid*.

Maria Helena de Oliveira Barbosa

O QUILOMBISMO – DOCUMENTOS DE UMA MILITÂNCIA PAN-AFRICANISTA

Abdias do Nascimento

Rio de Janeiro: Vozes, 1980, 207p.

Está reinaugurada a polêmica. O mais novo livro de Abdias do Nascimento reintroduz e aprofunda alguns aspectos apresentados em *O Genocídio do Negro* (Editora Paz e Terra), onde o autor pretende mostrar o sistemático plano de eliminação física e cultural do negro brasileiro. O Quilombismo é apresentado ao público leitor "Em memória dos 300 milhões de africanos assassinados por escravagistas, invasores, opressores, racistas, estupradores, saqueadores, torturadores e supremacistas brancos (...)". Entre outras qualidades o livro é portador, também, de um grande significado dentro da produção intelectual dos afro-brasileiros: trata-se da reflexão de um negro sobre o racismo. Portanto, Abdias torna-se um porta-voz qualificado, assumindo o papel de sujeito histórico do discurso. Um discurso que se propõe racial e político, ou em outras palavras, um discurso sistematizador.

Amplamente documentado, o autor transcende a simples denúncia, para demonstrar os mecanismos institucionais que impedem e mascaram a participação dos negros nos centros de decisão e poder. No documento n.º 4, intitulado "Etnia afro-brasileira e política internacional", são apresentadas diversas teses que, em conjunto, visualizam a paradoxal participação bra-

sileira em fóruns internacionais até 1974, ora conivente com o regime apartheidista da África do Sul, em seu esforço de disfarçar ou esconder seus compromissos comerciais, ora emprestando sua fiel colaboração ao salazarismo colonial, ao não cumprir as muitas resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas que condenavam as guerras coloniais de Portugal.

Sob um outro aspecto, o texto de Abdias nos remete em direção aos caminhos do pan-africanismo, e podemos reconhecer, flagrantemente, as indicações para um discurso internacionalista do negro, que ele consubstancializou, na prática, nos vários congressos internacionais de que participou na África e nas Américas negras. Exemplo disso foram suas intervenções em diversos seminários, do VI Congresso Pan-Africano (Dar-es-Salaam, 1974) ao Encontro sobre Alternativas do Mundo Africano (Dacar, 1976), dos Faculty Seminars na Universidade de Ifé (Ile-Ifé, 1976/77) ao I Congresso da Cultura Negra nas Américas (Cáli, 1977), entre outros.

Ao apontar e desenvolver as diversas formas de resistências que vão do plano cultural ao político, o autor situa-nos, por um lado, que "aquelas sociedades mais intrinsecamente ocidentalizadas são as menos capazes de deter o acelerado processo da própria deterioração" — afirmação que permite sugerir a necessidade da presença de um modelo cultural criativo que se pretenda ecumênico. Por outras palavras, as culturas africanas, as culturas negras, cultura dos africanos e de seus descendentes na Diáspora, como expressão desse modelo. No documento n.º 3 "Considerações não sistematizadas sobre arte, religião e cultura afro-brasileiras", Abdias, após criticar as tentativas de se apagar a memória do afro-brasileiro, lembra que "foi em suas religiões ancestrais que o africano encontrou um espaço onde se apoiar e defender o que lhe restava de identidade humana". Outro aspecto enfocado é o processo de supressão das línguas africanas, o que representa para Abdias "mais um ato na tragédia genocida que a sociedade brasileira desencadeou con-

tra os africanos e seus descendentes". Na música, no teatro, nas contribuições lingüísticas e comportamentais, o negro soube reagir e permanecer como cidadão culturalmente digno. No aspecto da resistência política, Palmares é o grande paradigma que vai propiciar a montagem do discurso filosófico-político do autor: "O Quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, objetivando a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no País."

Estas formas de resistências sociais mantêm — hoje — sua continuidade através dos clubes, grêmios, terreiros, centros, afochés, escolas de samba, gafieiras, morros e conjuntos habitacionais, sem falarmos no grande número de entidades afro-brasileiras cobrindo o território nacional de ponta a ponta e que representam as trincheiras organizacionais do negro brasileiro contemporâneo. O "ABC do Quilombismo" de Abdias nos coloca diante de propostas como: "A revolução quilombista é fundamentalmente anti-racista, anticapitalista, antilatifundiária, antiimperialista e anti-neocolonialista"; "o quilombismo considera a transformação das relações de produção, e da sociedade de modo geral, por meios não violentos e democráticos uma via possível". Utopia ou uma real proposta política do negro brasileiro? Seja qual for a resposta, a eficácia do texto é permitir uma tensão teórica nos meios intelectuais, sobretudo entre os intelectuais negros, no sentido de acelerar o debate que possibilite a criação de uma "ideologia política" para o Movimento Negro Brasileiro. O caminho é árduo e longo e o que desponta como principalidade é a tarefa de desmontar o edifício ideológico que impõe uma ordem social injusta, oprimindo sobremaneira a comunidade afro-brasileira, a fim de recolocar o negro na cena brasileira e contribuir com um *quantum* de africanização para esta nossa pretensa arianizada cultura.

Paulo Roberto dos Santos

MONNAIE, SERVITUDE ET LIBERTÉ
— LA RÉPRESSION MONÉTAIRE DE
L'AFRIQUE

Joseph Tchundjang Pouemi

Paris: Éditions Jeune Afrique/Éditions
Conseuil, 1980, 285p.

Monnaie, Servitude et Liberté é uma obra de análise e reflexões críticas sobre o papel da moeda na economia africana, visando a demonstrar o estado de repressão monetária que a África contemporânea ainda sofre e a importância, para ela, de implantar políticas monetárias mais eficazes no sentido de, novamente, atribuir à moeda todo o seu papel e toda sua força de influência sobre as outras realidades econômicas e sociais.

Embora numerosos estudos já tenham abordado os problemas da dependência comercial e tecnológica da África, poucas obras observaram até o presente, com tanto rigor e clareza, o fenômeno monetário das economias africanas. Sob esse aspecto, pensamos que o africano Joseph Tchundjang Pouemi — professor da Universidade de Yaoundé, depois diretor do Departamento de Economia Pública da Universidade de Abidjan e atualmente ensinando no Centro Universitário de Douala — contribuiu significativamente no debate sobre o desempenho do desenvolvimento econômico da África e seus bloqueios.

Mesmo que não se compartilhe dos encaminhamentos e conclusões da análise, será difícil, tanto agora quanto no futuro, não admitir que o controle da moeda escapa às autoridades africanas. Na verdade, em graus variados e segundo as heranças coloniais, a solução de muitas das atuais dificuldades econômicas que a África enfrenta, passa por um melhor domínio dos circuitos financeiros e, portanto, monetários.

Em relação à África, Pouemi afirma: “uma moeda independente não é somente possível, é indispensável a uma política que se deseje nacional”. Entretanto, como constata o autor, a África independente, com algumas exceções, por não ter com-

preendido esta questão adotou, como no caso da zona do franco, uma moeda de tipo colonial que escapa ao controle do Estado; e, em outros casos, moedas satélites, cuja plena liberdade de política monetária é limitada porque conservam certos aspectos da moeda colonial. Daí resulta, acrescenta ele, que a moeda é administrada e, não, gerada. Ela é reprimida do interior porque não pode desempenhar o papel que lhe é reservado: o de promover e sustentar, a partir da soberania monetária, a vida econômica, o crescimento e a ordem social.

Para o autor, a política monetária escapa, de uma segunda maneira, ao controle do Estado porque a repartição do crédito realizado a partir do circuito bancário (marcado pela mais fraca presença de africanos em seus quadros) privilegia o setor mais avançado da economia e o de importação-exportação, particularmente voltado para as antigas metrópoles.

A análise, porém, não se resume a este diagnóstico. Ela vai mais além no que se refere à reflexão dos problemas monetários da África, denunciando os mecanismos externos da repressão, que, segundo ele, estão ligados à estrutura do atual sistema monetário internacional. Esta abordagem interessará não só a todos os países da África, mas também a todos os países em desenvolvimento, porque, segundo Tchundjang Pouemi, “em sua essência, as questões monetárias escapam significativamente do Terceiro Mundo, totalmente da África”, no que se refere à reforma do sistema monetário internacional.

Mostrando de forma perspicaz o impasse dessa tentativa de reforma, ele revê o papel do FMI, o qual critica severamente, destrinchando o problema da inflação internacional e do endividamento do Terceiro Mundo, notando neste último ponto que “os países ditos liberais têm medo da concorrência: eles se protegem contra a invasão de seus mercados pelos produtos provenientes dos países pobres, que ajudam. Em que mundo estamos? Como querem que os países do Terceiro Mundo reembolsem as dívidas, que dizem ser expressivas, se [os países do

Terceiro Mundo] não podem vender seus produtos?"

Se o autor sustenta que a reforma do sistema monetário internacional, "se faz sem a África, contra ela, e que não há saída para o diálogo Norte-Sul porque as nações do Norte recusam a mudança", pensa, no entanto, que existem perspectivas esperanças. Por exemplo, a criação de um verdadeiro banco central mundial, o estabelecimento de uma integração monetária regional africana e o reforço, no domínio do monetário, da cooperação horizontal entre os países do Terceiro Mundo.

Monnaie, Servitude et Liberté é, assim, um livro que elucida, melhor dizendo, lança uma luz reveladora sobre os mecanismos monetários, bem como sobre a forma como atuou na África: a auto-repressão do interior e a repressão comandada do exterior.

Este livro, escrito por J. Tchundjang Pouemi depois que lhe lembraram as palavras de Cabral — "os intelectuais africanos devem se sacrificar" —, atingiu seu objetivo, isto é, o de indicar novas orientações que permitam à África dar aos meios monetários uma maior eficácia. Não fora só por este motivo, o livro merece uma grande difusão e demonstra mais uma vez a vontade da *intelligentsia* africana de enfrentar os desafios lançados às nações jovens.

Jacques d'Adesky

LÍNGUAS NACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM ÁFRICA: GUIA METODOLÓGICO PARA USO DOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO

Joseph Poth
Lisboa: Unesco/Edições 70, 1979, 142p.

O processo de descolonização na África não pode consistir em uma simples independência política, muitas das vezes apenas formal. A ênfase na sua imprescindível complementaridade econômica tem sido enunciada em instâncias e momentos diversos, como por exemplo na última reunião

da OUA (1.º a 4-7-80, em Freetown, Serra Leoa), quando constituiu o tema central.

A independência econômica, sendo concebida como o conteúdo que preenche e dá sentido à independência política, é definida como a sua condição imprescindível. Ao mesmo tempo, porém, ela não é uma condição suficiente. Na esteira do pensamento de Amílcar Cabral, para citar um autor próximo de nós, deveríamos lembrar que a dimensão cultural é também uma complementaridade indispensável.

A diversidade dos caminhos nacionais na África, quanto ao enfrentamento da descolonização cultural, é um fato inegável que se sustenta na especificidade histórica de cada país. No entanto, existem certas questões comuns; e é uma dessas questões que o francês Joseph Poth, com mais de 20 anos de experiência de África, enfrenta: o ensino da língua nacional (ou das línguas nacionais), sistema adotado por vários países africanos com o intuito de "preservar e promover a identidade cultural da nação".

Se o ensino da(s) língua(s) nacional(is) já existia, para outros, na perspectiva de certos movimentos de libertação, para Poth surge como necessidade imperiosa advinda de três fatores. Em primeiro lugar, do índice alarmante de reprovação escolar, face à dificuldade dos alunos em dominar com precisão a língua estrangeira (e, acrescentaríamos, face à conotação ideológica, por vezes marcante, de "língua do colonizador"). Em segundo, do progresso da lingüística na descrição do sistema de funcionamento das línguas africanas (todas já estudadas ou em processo de). E, finalmente, da descoberta pedagógica de integrar o meio na formação global das crianças.

O autor, especialista em didática da língua junto ao Instituto Nacional de Educação do ex-Império Centro-Africano, debruça-se em particular sobre a problemática do ensino das línguas articuladamente à formação dos professores primários. Em outras palavras, ele responde à questão sobre qual o papel dos institutos de formação de professores no ensino das línguas

nacionais. Poth parte de uma hipótese forte-interessante, segundo a qual os fracassos registrados em diversos países assentam-se, de um lado, na frágil formação dos professores primários, e, de outro, no incipiente desenvolvimento das pesquisas lingüísticas aplicadas. A partir daí ele assinala a necessidade de uma dupla integração: do estudo das línguas nacionais à formação dos professores, e dos institutos de formação à pesquisa didática.

Apesar do nível de abstração adotado, a qualidade do enquadramento das diversas

facetas da questão, de forma objetiva e imparcial, torna o texto de Joseph Poth indispensável para consulta de todos os especialistas e curiosos do problema. E, ao mesmo tempo, constitui material interessante para os países africanos de língua comum — Cabo Verde, Guiné, Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique —, que se deparam com a questão, sem ainda terem alcançado uma posição completamente nítida e sólida.

Elimar Nascimento

RELAÇÃO DE ALGUNS LIVROS INCORPORADOS À BIBLIOTECA DO CEEA EM 1980

1. Abranches, Henrique. *Reflexões sobre Cultura Nacional*. Lisboa: Edições 70, 1980.
2. Albright, David E. (Editor). *Communism in Africa*. Bloomington & Londres: Indiana University Press, 1980, 278p.
3. Almeida, Pedro Ramos de. *História do Colonialismo Português em África*. (Cronologia: séc. XV-séc. XVIII.) Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, Coleção Imprensa Universitária, 1978, 496p.
4. ————. *História do Colonialismo Português em África*. (Cronologia: séc. XIX.) Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, Coleção Imprensa Universitária, 1978, 318p.
5. ————. *História do Colonialismo Português em África*. (Cronologia: séc. XX.) Vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, Coleção Imprensa Universitária, 1979, 476p.
6. Andrade, Mário de. *Amilcar Cabral — Essai de Biographie Politique*. Paris: François Maspero, 1980, 170p.
7. Bessis, Sophie. *L'Arme Alimentaire*. Paris: François Maspero, Coleção Cahiers Libres 357, 1979, 311p.
8. Biarnes, Pierre. *L'Afrique aux Africains — 20 Ans d'Indépendance en Afrique Noire Francophone*. Paris: Armand Colin, 1980, 480p.
9. Bourges, Hervé & Wauthier, Claude. Prefácio de Samir Amin. *Les 50 Afriques*. (Afrique Centrale, Afrique des Grands Lacs, Afrique Australe, Océan Indien.) 2 vols. Paris: Éditions du Seuil, 1979.
10. Bourgoin, Henri & Guillaume, Philippe. *Côte d'Ivoire: Economie et Societé*. Paris: Éditions Stock, 1979, 355p.
11. Bouvier, Paule. *L'Europe et la Coopération au Développement*. Bruxelas: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1980, 192p.
12. Cabral, Amilcar. (Coordenação de Carlos Comitini.) *A Arma da Teoria*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, Coleção Terceiro Mundo, 1980, 93p.
13. Carter, Gwendolen M. & O'Meara, Patrick (Editores). *Southern Africa: The Continuing Crisis*. Bloomington: Indiana University Press, 1979, 404p.
14. Cedetim — Centre D'Études Anti-impérialistes. *L'Impérialisme Français*. Paris: François Maspero, Petite Collection, 1980, 242p.
15. Centre d'Études d'Afrique Noire de Bordeaux. *Année Africaine — 1977*. Paris: Éditions A. Pedone, 1979, 576p.

16. Chaleur, Pierre. *L'Afrique Industrielle*. Paris: G.-P. Maisonneuve et Lorose, 1979, 337p.
17. Chiavenato, Júlio José. *O Negro no Brasil: Da Senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo: Livraria Brasiliense Editora, 1980, 260p.
18. Clarence-Smith, W. G. *Slaves, Peasants and Capitalists in Southern Angola, 1840-1926*. Cambridge: Cambridge University Press, Coleção African Studies Series, 1979, 132p.
19. Comité Zaïre. *Zaïre: Le Dossier de la Recolonisation*. Paris: Éditions l'Harmattan & Bruxelles: Éditions Vie Ouvrière, 1978, 294p.
20. Comitini, Carlos. *África Arde – Lutas dos Povos Africanos pela Liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, Coleção Terceiro Mundo, 1980, 359p.
21. Conac, Gérard (Organizador). *Les Institutions Administratives des États Francophones d'Afrique Noire*. Paris: Edit. Economica e Centre National de la Recherche Scientifique, Coleção La Vie du Droit en Afrique, 1979, 317p.
22. Cornevin, Marianne. *L'Apartheid: Pouvoir et Falsification Historique*. Paris: Unesco, 1979, 155p.
23. Daniel, Philip. *Africanisation, Nationalisation and Inequality. Mining Labour and the Copperbelt in Zambian Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, 202p.
24. Davidson, Basil. *L'Afrique au XX^e Siècle. L'Éveil et les Combats du Nationalisme Africain*. Paris: Éditions Jeune Afrique, Coleção Le Sens de l'Histoire, 1979, 446p.
25. Davidson Basil & Bronda, Antonio. *Crossroads in Africa*. Nottingham: Russel Press Ltd., 1980, 100p.
26. Delancey, Mark W. (Editor). *Aspects of International Relations in Africa*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, African Studies Program, 1979, 254p.
27. Dumont, René & Mottin, Marie-France. *L'Afrique Etranglée*. Paris: Éditions du Seuil, Coleção l'Histoire Immédiate, 1980, 289p.
28. Eades, J. S. *The Yoruba Today*. Cambridge: Cambridge University Press, Coleção Changing Cultures, 1980, 188p.
29. Entralgo, Armando (Organizador). *Africa. Política* (1.^a parte). Havana: Editorial de Ciências Sociais, 1979, 287p.
30. Gazzo, Yves. *Afrique du Nord: D'Hier à Demain – Essai d'Analyse Économique*. Paris: Edit. Economica, 1979, 153p.
31. Girault, René. *Diplomatie Européenne et Impérialismes, 1871-1914*. Paris: Masson, Coleção Relations Internationales Contemporaines, 1979, 256p.
32. Gonidec, P.-F. *Les Systèmes Politiques Africains*. Paris: Libraire Général de Droit et de Jurisprudence, 1978, 431p.
33. Guernier, Maurice. *Tiers-Monde: Trois Quarts du Monde*. Paris, Dunod, 1980, 154p.
34. Harbi, Mohammed. *Le FLN: Mirage et Réalité. Des Origines à la Prise du Pouvoir (1945-1962)*. Paris: Éditions Jeune Afrique, Coleção Le Sens de l'Histoire, 1980, 446p.
35. Heikal, Mohammed. *Le Sphinx et le Commissaire – Heurs et Malheurs des Soviétiques au Proche-Orient*. Paris: Éditions Jeune Afrique, Coleção Le Sens de l'Histoire, 1980, 366p.
36. Henfil. *Henfil na China (Antes da Coca-Cola)*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, Coleção Edições do Pasquim, 1980, 310p.
37. Hodder, B. H. *Africa Today – A Short Introduction to African Affairs*. Londres: Methuen & Co. Ltd., 1978, 166p.
38. Honwana, Luís Bernardo. *Nós Matamos o Cão Tinhoso*. São Paulo: Edit. Ática, 1980, 96p.
39. Hull, Richard W. *Modern Africa. Change and Continuity*. Nova Jérsei: Prentice-Hall, Inc., 1980, 274p.
40. Lambert, Denis-Clair. *Le Mimétisme Technologique du Tiers-Monde*. Paris: Edit. Economica, 1979, 176p.

41. Lanning, Greg & Mueller, Marti. *Africa Undermined – Mining Companies and The Underdevelopment of Africa*. Middlesex: Penguin Books, 1979, 592p.
42. Lopes, Manuel. *Os Flagelados do Vento Leste*. São Paulo: Edit. Ática, 1979, 271p.
43. Machel, Samora Moisés. *Declaramos Guerra ao Inimigo Interno* (Texto integral do discurso pronunciado em 18 de março de 1980). São Paulo: Edit. Quilombo, 1980, 75p.
44. Mazrui, Ali A. *The African Condition – A Political Diagnosis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, 142p.
45. M'Bokolo, Elikia. *L'Afrique au XXe Siècle, Le Continent convoité*. Paris-Montreal: Etudes Vivantes, 1980, 281p.
46. McEvedy, Colin. *The Penguin Atlas of African History*. Londres: Butler & Tonner Ltd., 1980, 142p.
47. Meillassoux, Claude. *Les Derniers Blancs – Le Modèle Sud-Africain*. Paris: François Maspero, 1979, 311p.
48. Monteil, Vincent. *L'Islam Noir – Une Religion à la Conquête de l'Afrique*. Paris: Editions du Seuil, Coleção Espirit, 1980, 474p.
49. Mouton, Claude & Chalmin, Philippe (Organizadores). *Matières Premières et Echanges Internationaux*. Paris: Edit. Economica, 1980, 339p.
50. Musée Royal de l'Afrique Centrale, de Tervuren, Bélgica. *Bibliographie Ethnographique de l'Afrique Sud-Saharienne (1976)*. Tervuren, Bélgica: Musée Royal de l'Afrique Centrale, 1980, 451p.
51. Myers, Desai B. *U. S. Business in South Africa*. Bloomington & Londres: Indiana University Press, 1980, 375p.
52. Nascimento, Abdias do. *O Quilombismo – Documentos de uma Militância Pan-africanista*. Petrópolis: Vozes, 1980, 281p.
53. Nascimento, Elisa Larkin. *Pan-Africanism and South America – Emergence of a Black Rebellion*. Buffalo, Nova Iorque: Afrodiaspora, 1980, 179p.
54. Nodinot, Jean-François. *Le Nigeria*. Paris: Éditions du Sorbier, 1980, 172p.
55. Organisation of African Unity. *What kind of Africa by the Year 2000*. Genebra: International Institute for Labour Studies, 1980, 135p.
56. Paléologue, Eustache. *Les Nouvelles Relations Économiques Internationales*. Paris: Presses Universitaires de France, Coleção Tiers-Monde do Institut d'Études du Développement Économique et Social de l'Université de Paris I – Iedes, 1980, 280p.
57. Pedler, Frederick. *Main Currents of West African History, 1940-1978*. Londres: The MacMillan Press Ltd., 1979, 301p.
58. Pepetela (Pestana, Artur). *As Aventuras de Ngunga*. São Paulo: Edit. Ática, 1980, 62p.
59. Petras, James. *Imperialismo e Classes Sociais no Terceiro Mundo – Uma Perspectiva Crítica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, Coleção Biblioteca de Ciências Sociais/Sociologia, 1980, 257p.
60. Pinsky, Jaime (Organizador). *Questão Nacional e Marxismo*. São Paulo: Edit. Brasiliense, 1980, 332p.
61. Pomonti, Jean-Claude. *L'Afrique Trahie*. Paris: Hachete, Coleção Notre Siècle, 1979, 207p.
62. Poth, Joseph. *Línguas Nacionais e Formação de Professores em África: Guia Metodológico Destinado aos Institutos de Formação*. Lisboa: Edições 70, 1979, 141p.
63. Potholm, Christian P. *The Theory and Practice of African Politics*. Nova Jérsei: Prentice-Hall, INC, 1979, 379p.
64. Poulantzas, Nicos. *Repères, Hier et Aujourd'hui – Texte sur l'Etat*. Paris: François Maspero, Coleção Dialectiques-Interventions, 1980, 189p.
65. *A Revolução Sul-Africana* (Documentos Fundamentais do Congresso Nacional Africano – ANC). Amadora, Portugal: Editorial Caminho, Coleção Nosso Mundo, 1980, 132p.

66. Rocha, Jofre. *Estórias do Musseque*. São Paulo: Edit. Ática, 1980, 47p.
67. Rodinson, Maxime. *Les Arabes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1979, 174p.
68. Sando, C. K. Lumuna. *Zaire: Quel Changement pour quelles Structures? – Misère de l'Opposition et Faillite de l'État*. (La Mémoire Historique d'un Peuples.) Bruxelas: A.F.R.I.C.A., 1980, 160p.
69. Santos, Joel Rufino dos. *Quatro Dias de Rebelião*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, 94p.
70. _____. *O que É o Racismo?*. São Paulo: Livraria Brasiliense Editora, Coleção Primeiros Pasos, 1980, 82p.
71. Santos, Milton. *O Espaço Dividido: os Dois Circuitos da Economia dos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., Coleção Ciências Sociais, 1979, 345p.
72. Sarassoro, Hyacinthe. *La Corruption des Fonctionnaires en Afrique – Étude de Droit Pénal Comparé*. Paris: Edit. Economica, Coleção La Vie du Droit en Afrique, 1980, 230p.
73. Schwarz, Alf. *Colonialistes, Africanistes et Africains*. Montreal: Nouvelle Optique, 1979, 108p.
74. _____. *Les Faux Prophètes de l'Afrique ou l'Afr(eu)canisme*. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 1980, 244p.
75. Sidman, Ann Wilcox & Makgetla, Neva. *Outposts of Monopoly Capitalism*. Westport, Connecticut: Lawrence Hill & Company, Publisher, INC, 1980, 370p.
76. Senghor, Léopold Sédar. *La Poésie de l'Action – Conversation avec Mohamed Aziza*. Paris: Éditions Stock, Coleção Les Grands Leaders, 1980, 361p.
77. Silva, Armindo Patrício da (Organizador). *Teorias do Comércio Internacional – 1 (Especialização e Crescimento)*. Lisboa: Centro de Estudos da Dependência/Iniciativas Editoriais, 1979, 232p.
78. Soares, Teixeira. *O Brasil no Conflito Ideológico Global – 1937-1979*. Rio de Janeiro: Edit. Civilização Brasileira, 1980, 238p.
79. Tchundjang Pouemi, Joseph. *Monnaie, Servitude et Liberté – La Répression Monétaire de l'Afrique*. Paris: Éditions Jeune Afrique/Éditions Conseil, 1980, 285p.
80. Tenaille, Frank. *Les 56 Afriques. Guide Politique*. 2 vols. Paris: François Maspero, 1979, 254p.
81. Uanhenga Xitu (Carvalho, Agostinho Mendes de). *Os Sobreviventes da Máquina Colonial Depõem*. Lisboa: Edições 70, 1980, 161p.
82. Unesco (Organização de J. Ki-Zerbo). *Histoire Générale de L'Afrique I – Méthodologie et Préhistoire Africaine*. Paris: Jeune Afrique/Stock/Unesco, 1980, 893p.
83. Unesco (Organização de G. Mokhtar). *Histoire Générale de l'Afrique II – Afrique Ancienne*. Paris: Jeune Afrique/Stock/Unesco, 1980, 925p.
84. Vieira, José Luandino. *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*. São Paulo: Edit. Ática, 1979, 96p.
85. Wadada Nabudere, O. *Essays on the Theory and Practice of Imperialism*. Londres: Onyx Press Ltd. & Dar-es-Salaam. Tanzania Publishing House, 1979, 186p.
86. Wriggins, W. Howard & Adler-Karlsson, Gunnar. *Le Dialogue Nord-Sud et la Réduction des Inégalités*. Paris: Edit. Economica, 1980, 154p.

estudos
AFRO-ASIÁTICOS

NÚMERO ANTERIOR

Intercâmbio Comercial Brasil-África
(1958-1977)

Jacques d'Adesky

Os Dois Mundos de André Rebouças, Corné-
lius May e Stephan Zweig

Leo Spitzer

O Zen e as Artes Japonesas

Gustavo Alberto Corrêa Pinto

A Poesia de Angola no 1.º Ano de Indepen-
dência

Mário Antônio de Oliveira Fernandes

Documento: Angola - Relações Exteriores

